BRASIL AÇUCAREIRO

ANO IX — VOL. XVII JUNHO — 1941 N.º 6

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Criado pelos decretos ns. 22.789 e 22.981, respectivamente, de 1 de junho e 25 de julho de 1933

Expediente : nos dias uteis, de 9 horas às 11 e meia e de 13 e meia às 17 horas. Aos sábados, de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente.
Delegado do Ministerio da Fazenda — Alberto de Andrade Queiroz, vice-presidente.
Delegado do Ministerio do Trabalho — Otavio Milanez.
Delegado do Ministerio da Agricultura — Alvaro Simões Lopes.
Delegado dos usineiros de Pernambuco — Alde Sampaio.
Delegado dos usineiros de São Paulo — José Inacio Monteiro de Barros
Delegado dos usineiros do Estado do Rio — Tarcisio de Almeida Miranda.
Delegado dos usineiros de Alagoas — Alfredo de Maia.
Delegado dos banguezeiros e plantadores de cana — Moacir Soares Pereira.

CONSELHO CONSULTIVO

Delegado dos usineiros da Baía — Arnaldo Pereira de Oliveira, presidente.
Delegado dos plantadores de São Paulo — Romeu Cuocolo, vice-presidente.
Delegado dos usineiros da Paraíba — Luiz Veloso.
Delegado dos plantadores da Paraíba — Osvaldo Trigueiro.
Delegado dos plantadores de Pernambuco — Aderbal Novais.
Delegado dos plantadores de Alagoas — João Soares Palmeira.
Delegado dos plantadores de Sergipe —
Delegado dos usineiros de Sergipe — João Dantas Prado.
Delegado dos plantadores da Baía — José Augusto Lima Teixeira.
Delegado dos plantadores do Estado do Rio — Dermeval Lusitano de Albuquerque.
Delegado dos usineiros de Minas Gerais — Joaquim Azarias de Brito.
Delegado dos plantadores de Minas Gerais — José Pinheiro Brandão.

Sede: RUA GENERAL CAMARA, 19-4°, 6° e 7° ands.

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

Fones: Presidencia, 23-6249; Vice presidencia, 23-2935; Gerencia, 23-5189; Contabilidade, 23-6250; Secretaria, 23-0796; Almoxarifado, 23-6253; Alcool-motor, 23-2999; Estatística, 43-6343; Fiscalização, 23-6251; Publicidade, 23-6252; Jurídica, 23-6161; Funcionalismo, 43-6109; Gabinete Médico, 43-7208; Estudos Econômicos, 43-9717; Portaria, 43-7526.

Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.
Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

PARAIBA — Rua Barão do Triunfo, 306 — João Pessoa.
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58 — 1.° — Recife.
ALAGOAS — Edificio da Associação Comercial — Maceió.
SERGIPE — Avenida Rio Branco, n.° 92, 1.° and. — Aracajú.
BAIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.° and. — São Salvador.
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos.
SÃO PAULO — Rua da Quitanda, 96 — 4.° — São Paulo.
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte.

DISTILARIA CENTRAL DE PERNAMBUCO : Cabo — E.F. Great Western — Pernambuco.
Endereços : Caixa Postal, 97 - Recife; Telegráfico - DICENPER - Recife.

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO : Estação de Martins Lage — E. F. Leopoldina.
Endereços : Caixa Postal, 102 - Campos; Telegráfico - DICENRIO - Campos; Telefônico — Martins Lage 5.

SUMARIO

JUNHO — 1941

POLITICA AÇUCAREIRA 3
O 8.º ANIVERSARIO DO I.A.A. 8
DIVERSAS NOTAS: Defesa da safra 1941/42 — Conselho Internacional do Açucar — Redistribuição de saldo — Liberação de excessos de produção — Exportação de acucar — Distilaria Central Presidente Vargas — Alcool anidro nas distilarias de Pernambuco — Medidas de proteção à aguardente — Recurso ao sr. Ministro da Agricultura 10
ANUARIO AÇUCAREIRO 16
DESSACARIFICAÇÃO DE MELAÇOS 16
A GUERRA E O ABASTECIMENTO DE AÇUCAR NA EUROPA 18
CURIOSIDADES SOBRE A CANA DE AÇUCAR — A. J. Rodrigues de Carvalho 19
MOVIMENTO DA SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO I.A.A. EM 1940 20
O USO DA INVERTASE NA PRODUÇÃO DE MELAÇOS INVERTIDOS. 21
A CULTURA SIMULTANEA DA CANA DE AÇUCAR E DE LEGUMINOSAS 24
A DOENÇA DAS LISTAS AMARELAS DA CANA 25
O SUPLICIO DOS LAVRADORES DE CANA NA TERRA GOITACA' NO SÉCULO XVII — Alberto Lamego 28
LEGISLAÇÃO 31
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 33
MELAÇOS E ADUBOS 41
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL 42
CULTURA DA CANA DE AÇUCAR — Renato Azzi 45
BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1941 48
ORÇAMENTO PARA 1941 50
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 51
FIM DE SAFRA — Apolonio Sales 53
OBSERVAÇÕES SOBRE O COMBATE QUIMICO E BIOLOGICO DA LAGARTA DA FOLHA DA CANA DE AÇUCAR — Mario B. de Carvalho 54
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 56/59
A PRODUÇÃO DE ALCOOL NA AUSTRALIA 60
MODO DE ESCREVER OS NUMEROS E OS SIMBOLOS 61
PUBLICAÇÕES 62
COMENTARIOS DA IMPRENSA 63
INDICE ALFABETICO E REMISSIVO 66

ANUNCIOS

NOTICIAS DE PETREE & DORR 2
CODIC. 9
COMPANHIA GERAL DE MATERIAL RODANTE S/A. 17
USINA SERRA GRANDE S/A. 18
LES USINES DE MELLE 22-23
THE ALUMINIUM PLANT & VESSEL CO. LTD. 27
EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. 30
LUIK & KLEINER LTDA 40
GONÇALVES FONSECA & CIA. 43
E. G. FONTES & CIA. 46
BALANÇAS AUTOMATICAS "KRON" 47
BANCO DO BRASIL ..... Capa
CIA. USINAS NACIONAIS ..... "

Redação e Administração - RUA GENERAL CAMARA, N.º 19 - 7.º Andar — Sala 12 — Telefone: 23-6252 — Caixa Postal — 420
Diretor: MIGUEL COSTA FILHO
Redator principal: Joaquim de Melo
Redatores: Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo.

Noticias de Petree & Dorr

CONCEDIDA A MEDALHA "PERKIN" AO DR. JOHN V. N. DORR

HOMENAGEM AOS 45 ANOS DE TRABALHOS DORR.

No ano 1894, John V. N. DORR começou seu trabalho nas Industrias Quimicas Norte-Americanas estudando melhoramentos nos processos e máquinas para reduzir os gastos da operação e aumentar os rendimentos dos produtos de melhor qualidade.

Nos Laboratorios de pesquizas DORR e nos centros Industriais do mundo o Dr. DORR tem mais de 100 cientistas e engenheiros ajudando nos melhoramentos contínuos que vêm sendo aplicados nas Industrias de ACUCAR, PAPEL, CIMENTO, ALUMINIO, OURO, PRATA, COBRE, e de industrias quimicas diversas, alem de trabalhos sanitarios e tratamento de aguas, etc.

Como reconhecimento aos servicos progressivos da organizacão DORR, as Sociedades Cientificas honram com medalhas de mérito e distinção o Chefe Dr. John V. N. DORR:

Franklin Institute, Medalha John Scott;
American Institute of Mining & Metallurgical Engineers, Medalha James Douglas;
United Engieneering Trustees, Presidencia em 1931;
American Institute of Chemical Engineers, Presidencia em 1932 e 1933;
Society of The Chemical Industry, Medalha da Industria Quimica 1938;
National Association of Manufacturs, Medalha Bandeirante Moderno;
Rutgers University, Doutor em Ciencias;
South Dakota School of Mines, Doutor em Engenharia;
Michigan College of Mining & Technology, Doutor em Engenharia;

Em 1941, um Comité representando as Sociedades:

The Society of Chemical Industry
The American Chemical Society
The Electrochemical Society
The American Institute of Chemical Engineers
La Societé de Chimie Industrielle,

escolheram o Dr. John V. N. DORR para receber a Medalha Perkin que foi restabelecida em homenagem ao Dr. William H. Perkin, no ano 1906, para comemorar seus 50 anos de trabalhos na Industria Quimica das Tintas à base de alcatrão de carvão.

No Brasil muitas Industrias têm modernizado suas fábricas com os processos e aparelhos DORR, recebendo continuamente os beneficios do serviço progressivo da organização DORR.

PETREE & DORR ENGRS. INC.

570 Lexington Ave. New York City.

Caixa Postal 3623 — Rio de Janeiro — Telefone 25-6086

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO IX — VOL. XVII JUNHO DE 1941 N.º 6

POLÍTICA AÇUCAREIRA

A elaboração de um ante-projeto, destinado a regular a situação de usineiros e fornecedores, tem sido objeto de tanta exploração, que consideramos de nosso dever historiar as "démarches" havidas, para afastar, de uma vez por todas, as dúvidas suscitadas, mostrando a sem razão de críticas que vieram a público.

Há meses vinha sendo o assunto considerado pela Presidencia do Instituto, que havia pedido sugestões a varios representantes de classe, para a elaboração de um ante-projeto. À vista, porem, da escassez de sugestões, resolveu o sr. Barbosa Lima Sobrinho mandar elaborar um ante-projeto, para estudo de uma comissão de técnicos do Instituto, reunidos sob a sua presidencia.

Concluido, esse ante-projeto foi distribuido entre os técnicos, para ser submetido a um rigoroso estudo. Tratava-se, como era evidente, de um simples esboço, até aquele momento desconhecido, senão em tudo, ao menos em parte, da Presidencia do Instituto, assim como dos técnicos que não haviam colaborado nessa primeira versão. Nas reuniões realizadas sob a presidencia do sr. Barbosa Lima foram alterados pontos substanciais desse primeiro projeto. Caira, por exemplo, o direito de opção para compra da terra, no caso do fornecedor com mais de 10 anos de trabalho. Desapareceram, tambem, os preceitos que incluiam o trabalhador de campo entre os fornecedores. Ficara sujeita a estudo mais minucioso a questão relativa à inclusão do trabalho agrícola no ante-projeto, sob a impressão, que já conquistara a maioria da comissão de técnicos, de que não convinha pleitear o Instituto atribuições, que na verdade deviam caber ao Ministerio do Trabalho. Não satisfeita ainda, a Presidencia do Instituto mandou passar a limpo as alterações feitas, para que o projeto, assim modificado, voltasse de novo ao estudo da comissão de técnicos.

A essa altura, os produtores se manifestaram junto ao Instituto, para que lhes fosse dado conhecimento desse ante-projeto. Ao que se respondeu que ainda não estava concluido o trabalho e que, ao terminar, o Instituto pediria ao sr. Presidente da República autorização para a divulgação do projeto. O Governo agiria, de certo, como o faz sempre, dando conhecimento do ante-projeto e justo seria que os produtores confiassem na ação do sr. Presidente da República. Quanto ao Instituto, achava o sr. Barbosa Lima Sobrinho que devia ter, para com o Governo, a deferencia de esperar as suas ordens, antes de tornar conhecido o ante-projeto em elaboração.

DIVULGA-SE A VERSÃO PRIMITIVA

Foi quando chegou ao conhecimento dos produtores a versão primitiva. Divulgação feita subrepticiamente. De posse dos produtores o ante-projeto primitivo e não obstante o Instituto frisar que se tratava apenas de um esboço, não se detiveram os interessados. Trataram de mimeografar a versão em apreço divulgando-a amplamente, num movimento que apenas podia valer como trabalho de agitação. Por mais que se dissesse que já havia profundas modificações nesse projeto inicial, ninguem quís esperar o resultado do trabalho, para um pronunciamento seguro. Panfletarios e "méneurs" encontraram a sua hora favoravel. E a onda ía crescendo, por mais que o Instituto frisasse que se tratava apenas de um esboço. Por que? Por uma razão simples. E' que os animadores da revolta não se contentavam com a alteração, por mais ampla que fosse, daquela copia já emendada. O que eles queriam era asfixiar qualquer movimento de reforma da lei 178.

Não se reconhecia ao Instituto, nem ao Governo, o direito de rever o estatuto das relações entre usineiros e fornecedores de cana. E para esse combate, seria melhor o projeto primitivo do que os outros já emendados. Matar-se-ía, no nascedouro, a idéia mesma da reforma.

Nesse sentido, uma comissão de usineiros procurou o sr. Barbosa Lima Sobrinho, para pedir que se desse à classe conhecimento do ante-projeto. Ao que o presidente do Instituto respondeu que esse trabalho ainda demoraria algum tempo e que, à vista da agitação existente, seria interéssante que os usineiros fizessem uma análise completa da versão, de que haviam tido conhecimento, pois que essa contribuição concorreria para a propria elaboração do ante-projeto. Houve, na reunião, uma especia de concordancia com essa sugestão. Mas essa atitude se modificara quase em seguida à reunião. Voltou a prevalecer a idéia de recusar qualquer contribuição, que tivesse por base o ante-projeto divulgado. De modo que os usineiros pediram nova audiencia ao Presidente do Instituto, o que foi imediatamente concedido. Veiu, assim, a reunião de 23 de abril.

A REUNIÃO DE 23 DE ABRIL

Compareceram usineiros das principais regiões açucareiras do país. De S. Paulo vieram os srs. Monteiro de Barros, Pinto Alves e Airosa; de Campos, os srs. Tarcisio Miranda, Julião Nogueira, Eduardo Brennand, Fernando Pessoa de Queiroz; da Baía o sr. Armando Oliveira; de Minas os srs. Bouchardet, Alcino Guimarães; de Alagoas, os srs. Alfredo de Maia e Oscar Berardo; de Pernambuco os srs. Rego Barros, Batista da Silva, Alde Sampaio; da Paraiba, o sr. João Ursulo de Sergipe, o sr. Valter Prado Franco.

Antes de dar a palavra ao representante dos usineiros, o sr. Barbosa Lima Sobrinho fez uma exposição dos antecedentes da questão. Nessa exposição, começou o presidente do I. A. A. por esclarecer a gênese do atual projeto, que surgiu como uma consequencia de inúmeras queixas de fornecedores de cana, principalmente da Baía e do Estado do Rio de Janeiro. Em virtude das continuadas reclamações dos fornecedores de cana da Baía, o Ministerio do Trabalho chegou a elaborar um ante-projeto de lei, regulando as transações entre usineiros e fornecedores de cana. Seria desagradavel para o I. A. A. aceitar soluções unilaterais e incompletas. Conseguiu então fazer sustar a marcha desse ante-projeto. Seria injustiça obscurecer o apoio que os interventores da Baía e do Estado do Rio têm dado às reivindicações dos fornecedores de cana dos seus respectivos Estados. Esses dois interventores têm agido junto ao sr. Presidente da República que, sempre interessado por assuntos de ordem social, encarregou o Presidente do Instituto de elaborar um projeto de lei tendente a fazer desaparecer os desentendimentos existentes entre as duas classes, que necessitam de ambiente de harmonia para um trabalho proficuo.

Seria preciso esclarecer, continuou o sr. Barbosa Lima Sobrinho, que a incumbencia da elaboração da lei era de carater pessoal, porquanto o I.A.A. não tem atribuições legislativas. E, se por acaso pertencesse ao I.A.A. a função de elaborar ante-projetos de lei — cousa que nunca ocorreu até hoje — seria essa função privativa da Comissão Executiva.

Iniciados os trabalhos para a elaboração da lei, começou a ser discutido um projeto, que recebeu críticas e reformas da comissão de estudos organizada. Esse projeto sofreu profundas e sucessivas alterações, durante meses. Foi quando uma copia do ante-projeto primitivo foi levada subrepticiamente ao conhecimento dos produtores e organizou-se a reação de que aquela sessão era um índice. Relembrando ainda o primeiro contacto que tivera com a delegação que o procurara na última semana, renovou o sr. Barbosa Lima Sobrinho o pedido mais de crítica que de colaboração. Crítica aliás no mais amplo sentido, porem crítica construtora. Poderiam objetar os srs. usineiros que tal crítica seria inocua porquanto a comissão de estudos formada no I. A. A. já estaria discutindo a nona versão do ante-projeto, enquanto os produtores possuiam a oitava versão. Que mal, porem, havia nisso ? Se as objeções dos usineiros concordassem com o que a comissão já eliminara, seria isso uma demonstração do conhecimento real da situação canavieira. Se as objeções desses produtores, porem, se chocassem com o que a comissão decidira aceitar, essa iria então estudar as razões apresentadas. Os pontos substanciais tanto estão na oitava como na nona versão. Daí julgar desnecessaria a entrega de cada nova versão, à proporção que o debate

fosse alterando o projeto anterior. Não se acabaria nunca o trabalho. Embora o sr. Presidente da República não tenha determinado um praso para entrega, julga-se, entretanto, já em falta pela demora. Quer cumprir o mais breve possivel o seu dever, e é ele proprio o seu único juiz. Apresentado o trabalho ao sr. Presidente da República, nada impediria que fosse então divulgado, para conhecimento de todos os interessados.

Em seguida o presidente concedeu a palavra ao representante dos usineiros, sr. Sebastião do Rego Barros, que começou lembrando haver o sr. Presidente lamentado que tivesse vindo à luz o projeto de reforma da lei 178. Embora haja razão, em parte, nessa sua apreciação porque o projeto estava ainda em elaboração, julga ter sido uma felicidade o amplo conhecimento e debate do assunto que tanto interessa à industria açucareira. Depois de fazer uma síntese das declarações do sr. Barbosa Lima Sobrinho, o sr. Rego Barros observou que os produtores entenderam que seria inocua uma discussão em torno de um projeto já alterado, e em vista disso resolveram dar, por escrito, o pensamento da classe. O ponto de vista dos usineiros está expresso na seguinte carta que passou a ler :

"Exmo. Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Da primeira vez que um grupo constituido por usineiros de diversos Estados procurou v. excia. para se entender a respeito do projeto de reforma da Lei 178. v. excia. acordou que fossem nomeados representantes dos usineiros com o fim de, em reuniões posteriores. transmitir a v. ex. o pensamento da classe e apresentar críticas e sugestões ao projeto, então do conhecimento de varias deles.

Como v. ex. esclareceu que o projeto, primitivamente formulado, sofrera varias alterações e como, por outro lado, a materia é de suma e vital importancia para a economia açucareira, os usineiros representantes previamente reunidos e abaixo assinados resolveram, como meio que lhes pareceu mais acertado para o estudo da materia, fazer a v. ex. as solicitações que se seguem :

1.ª) Que não fosse feita a discussão imediata do projeto antes de lhes ser fornecida copia deste com as suas últimas modificações, poupando-se assim trabalho inutil e perda de tempo.

2.ª) Que lhes fosse dado tempo para estudo e só então marcada nova data para discussões.

3.ª) Como, repetindo o que já foi dito acima, a materia é de suma e vital importancia para a economia açucareira e até para a propria economia do país, os usineiros pedem venia para solicitar que, antes de qualquer resolução definitiva, mande v. ex. proceder a um inquérito com o fim de apurar se as usinas podem subsistir, caso reduzidas exclusivamente à parte fabril, ou submetidas às novas condições impostas pelo projeto.

Conhecedores da elevação de espírito de v. ex. e testemunhas da ponderação que tem revelado nos seus atos como Presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, estão certos da aquiescencia de v. ex. e subscrevem-se com estima e admiração.

Rio, 23 de abril de 1941.

(aa.) Alde Sampaio.
M. Batista da Silva.
Antonio L. Brennand.
Companhia Usina Tiuma — Fileno de Miranda.
Usina Maria das Mercês S./A — Antonio Cisneiros Cavalcanti.
Julião Jorge Nogueira — Presidente do Sindicato dos Industriais de Açucar e Alcool de Campos.
Tarcisio d'Almeida Miranda.
Cesar Proença.
Eduardo Brennand.
Dr. Carlos Alberto Pires de Sá.
Luiz T. M. Aché.
Fernando Pessoa de Queiroz.
Carlos Pinto Alves.
J. I. Monteiro de Barros.
Vitor Airosa.
Mario Pinto Bouchardet — Presidente do Sindicato de Açu-

car e Alcool do Estado de Minas.
João Ursulo, pela Paraíba.
Alfredo de Maia — Alagoas.
Arnaldo Pereira de Oliveira.
Valter Prado Franco.
Heribaldo Dantas Vieira".

Retomando a palavra, o sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou que os dois primeiros itens estavam suficientemente respondidos com a exposição feita no inicio da reunião, e, com respeito ao pedido de um inquérito, iria tomá-lo em consideração, para o devido estudo, desde que esse inquérito não redundasse em retardamento na conclusão dos trabalhos da comissão, que no momento revia o projeto.

Adiantou s. s. que até o dia 10 de maio recebia com prazer quaisquer sugestões e críticas, não somente de ordem regional, como até de interesse pessoal do usineiro. Com os produtores de açucar assumia o compromisso de, em anexo, enviar ao sr. Presidente da República, todas as críticas e sugestões recebidas, bem como informaria o Governo sobre a solicitação dos produtores, no sentido de ser dada a publicidade ao texto definitivo da lei.

Observou finalmente o presidente do Instituto que aproveitava a oportunidade para declarar que a filiação doutrinaria do projeto tem sido mal compreendida pois se inspira muito mais no código italiano do trabalho, com o fundo agrario, a corporação e os contratos coletivos, do que em qualquer tendencia esquerdista, inclusive o socialismo agrario mexicano.

Dessa reunião, sairam os usineiros com uma impressão desfavoravel, segundo se lê da narrativa de pessoa autorizada: "Fora de dúvida, porem, foi que, de volta do Instituto, todas as delegações alí presentes, e falando pela palavra do dr. Rego Barros, traziam um profundo desconsolo quanto ao resultado final de nossa campanha".

DESCONSOLO, POR QUE ?

Mas por que esse desconsolo ? Que é que se desejava ? Adiar a elaboração do projeto, ou colaborar nele ?

Se era adiar a elaboração, estava certo o desconsolo. A Presidencia do Instituto não transigiria. Mas se se tratava — como se dizia — de conhecer o ante-projeto, ou de nele influir, a solução dada pela Presidencia abriria margem a essa contribuição, tanto mais quanto se estabelecera que os usineiros fariam a crítica daquela versão inicial sem nenhum compromisso de colaboração. Guardariam, pois, sua atitude de adversarios do projeto.

Realmente, por que não discutir o projeto inicial ? Se ele merecia as críticas feitas, tanto melhor para os usineiros, que teriam argumentos mais fortes e mais faceis. Comprometera-se o Instituto a, quando enviasse o ante-projeto à Presidencia da República, juntar o memorial dos usineiros, o que apoiaria o pedido comum — do Instituto e dos usineiros — para a divulgação do ante-projeto.

Depois desses fatos, o dr. Oscar Berardo promoveu uma reunião, a que compareceram os srs. Batista da Silva, Oscar Berardo, Bartolomeu Anacleto e Gileno Dé Carli. Aventou-se então a idéia de um estudo dos pontos substanciais do ante-projeto. Ouvida a respeito, a Presidencia do Instituto concordou. E a 28 de abril se efetuava no Instituto uma nova reunião, com a presença dos srs. Barbosa Lima, Batista da Silva, Alfredo de Maia, Eduardo Brennand, Pinto Alves, Oscar Berardo, Gileno Dé Carli e Bartolomeu Anacleto. Nessa reunião foram debatidos todos os pontos que estavam sendo estudados no ante-projeto. Deu-se conhecimento aos presentes até do que constava apenas de emendas a tinta, no texto da nova copia em estudos. No dizer insuspeito de pessoa presente a essa reunião, o ambiente fora "tranquilo e de franca cooperação".

POR QUE SE INTERROMPERAM ESSES ENTENDIMENTOS ?

Cessaram esses entendimentos — veja-se bem — por deliberação dos proprios usineiros. Foram cassados os poderes que vinham permitindo aos srs. Batista da Silva e Bartolomeu Anacleto a representação dos produtores de Pernambuco. À vista dessa atitude, São Paulo preferia acompanhar a tese de Pernambuco. De modo que se chegara a esta conclusão absurda: os usineiros protestavam contra o fato de não conhecerem o projeto em elaboração. Quando lhes era dado conhecimento desse projeto, eles se abstinham de qualquer entendimento com o Instituto. Isso positivava a impressão deixada pelos acon-

tecimentos anteriores, isto é, de que havia em algumas correntes de interessados a preocupação exclusiva de combater e não de conhecer esse projeto.

Ao mesmo tempo, todavia, ficara esclarecido que nem todos os usineiros se colocavam nesse ponto de vista. Ao contrario, muitos queriam tomar uma atitude de entendimento e de cooperação com o Instituto, e a medida da Presidencia, marcando as reuniões com os produtores, permitira a definição desses dois partidos.

No momento, porem, em que foram interrompidas essas conversações, de tudo se deu explicação completa aos produtores, através da seguinte nota do DIP :

NOTA OFICIAL

"Incumbido de reunir elementos, que servissem de base à elaboração do ante-projeto de reforma da lei 178, que regula as relações entre os usineiros e os fornecedores de cana, o presidente do Instituto do Açucar e do Alcool tomou por ponto de partida uma proposta, organizada por elementos técnicos daquela autarquia. Todavia, como a proposta não representava seu pensamento integral, não podia tomar a iniciativa de remetê-la aos interessados, na convicção de que tal atitude se prestaria a mal entendidos e interpretações tendenciosas. Obtida, porem, uma copia desse trabalho inicial e largamente difundida entre os interessados, achou o presidente do Instituto que, dada a existencia dessa divulgação, seria mais util provocar o pronunciamento imediato dos produtores. Convidou prestigiosos representantes da classe e a eles deu conhecimento, não só das alterações já feitas no ante-projeto, como até mesmo daquelas que estavam ainda em elaboração. Estímulo amplo e minucioso debate de todas as medidas, tomando na maior consideração as propostas e as críticas dos produtores. Esse esforço de trabalho em conjunto foi interrompido, uma vez que os poderes de alguns dos representantes de classe, que participavam das reuniões, foram cassados, ou suspensos, até que se publicasse a redação final do ante-projeto. Como este não estava pronto, tornava-se praticamente impossivel, por deliberação dos proprios produtores, a participação de seus representantes, na fase da elaboração do ante-projeto. À vista dessa atitude, e dentro dos propósitos que haviam inspirado a reforma em estudo, o presidente do Instituto do Açucar e do Alcool pediu e obteve autorização do governo para, logo depois de concluido o ante-projeto, dar conhecimento dele aos interessados, afim de que se pronunciassem sindicatos e associações da classe. No momento, porem, em que se comunica essa deliberação, convem acentuar que o que se concedeu representa menos que o que estava sendo praticado, pois que afastou a contribuição, ou crítica dos produtores, na fase inicial da elaboração do ante-projeto".

CONCLUSÃO

Em conclusão :

I — O ante-projeto, de que tanto se falou, era apenas um esboço.

II — A Presidencia do Instituto nunca recusou a colaboração dos produtores, para a elaboração do ante-projeto.

III — Admitidos a discutir toda a materia em debate, os produtores resolveram não aceitar uma colaboração, que de maneira tão veemente haviam reclamado.

IV — Apesar da resistencia de alguns nucleos irredutiveis, grande é a corrente dos que desejam corresponder ao apelo da Presidencia do Instituto, para um estudo leal da reforma da lei 178.

V — Não anima a Presidencia do Instituto, na elaboração dessa reforma, senão o propósito de assegurar o progresso da industria açucareira por uma definição mais perfeita das relações entre usineiros e fornecedores.

VI — Não houve, no debate estabelecido, questão em que se vedasse o pronunciamento livre dos produtores e a crítica mais sincera dos dispositivos do ante-projeto.

VII — Em diversas oportunidades, o sr. Presidente da República recomendou ao Instituto a redação de um ante-projeto de reforma da lei 178.

VIII — Em todos estudos e trabalhos feitos, não houve outra preocupação que a de obedecer ao sentido social da ação do governo do sr. Getulio Vargas, tantas vezes manifestada em discursos e leis, que estão sendo fielmente cumpridas. Não se deve perder de vista, no assunto, o discurso que s. ex. pronunciou no Recife a 5 de setembro de 1933.

O 8º ANIVERSARIO DO I. A. A.

O Instituto do Açucar e do Alcool completou, no dia 1.º do mês corrente, o 8.º aniversario de sua fundação. De fato, tem a data de 1.º de junho de 1933 o decreto n.º 22.789 do sr. Getulio Vargas, então Chefe do Governo Provisorio da República, organizando este Instituto, com a fusão da Comissão de Defesa da Produção do Açucar, criada pelo decreto n.º 20.761, de 8 de dezembro de 1931, e da Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor, instituida por portaria do Ministerio da Agricultura, de 4 de agosto de 1932.

A propria origem dessa organização é uma prova de que ela não foi decretada como um ensaio ou aventura nos dominios econômicos do país, consubstanciando alguma doutrina exótica ou refletindo ideologias triunfantes em outras nações. Longe disso, com a reunião de dois orgãos preexistentes, um há mais de um ano e outro há quase um ano, o Instituto surgiu como fruto madura da experiencia administrativa, destinado a realizar o que se pode chamar a maior obra de economia dirigida no Brasil, mas que só assumiu esse carater através de suas realizações e não por influxo de teorias mal adaptadas ao nosso ambiente.

Talvez o período de oito anos pareça pequeno para o julgamento dessa obra, principalmente nos tempos vertiginosos em que se desdobrou, quando instituições e até Estados aparentemente fortes se esboroaram do dia para a noite. Mas a simples estabilidade do I. A. A. neste octenio, sem alterações fundamentais na sua estrutura, embora com o desenvolvimento crescente dos seus serviços, demonstra uma ação de eficiencia que resiste a todas as críticas.

Aliás, os acréscimos introduzidos no Instituto, desde a sua criação até a atualidade, e que se concretizam em diversas Secções novas, são decorrentes de solicitações dos meios açucareiros nacionais, correspondendo, portanto, às suas palpitantes necessidades.

E nada mais lógico, porque a centrale da lavoura, industria e comercio do açucar tem sido tão benéfico a essas classes, por harmonizar e garantir os respectivos interesses, que se justificam os seus apelos constantes a essa instituição, para resolver questões ocorrentes, à margem de suas atividades normais.

Para melhor se avaliar a influencia do Instituto em favor da produção açucareira impunha-se um balanço de suas condições, antes e depois de criado o aparelho de defesa. Ver-se-ia como melhorou consideravelmente a sua situação, pela firmeza das cotações do açucar, graças não só às intervenções oportunas no mercado e à exportação das quotas de equilibrio, como ao aproveitamento dos excessos da materia prima ou à sua conversão em alcool-motor.

Só o fomento dessa industria representa uma conquista econômica de vulto e valor excepcionais para o país. E' a base para a formação do carburante nacional, cada vez mais necessario pelo seu emprego nos motores de explosão, à proporção que se desenvolvem os transportes terrestres, marítimos, fluviais e aereos. Alem de reduzir a importação do combustivel estrangeiro, à medida que aumenta a proporção da mistura de alcool anidro com a gasolina, concorre para o incremento de uma nova fonte de riqueza, cujas possibilidades de expansão são quase ilimitadas, porque utiliza materia prima dependente apenas do esforço dos homens e da uberdade do solo.

O último fator decresce mesmo hoje de importancia na cultura da cana, que passou de extensiva a intensiva, em diversas zonas açucareiras do país, graças a outro notavel serviço do governo, por intermedio do Banco do Brasil, concedendo financiamento para a irrigação e adubação da lavoura canavieira, o que lhe permite obter maiores rendimentos em menores areas de terra. Essa inovação de ordem cultural junto ao aparelhamento industrial do proprio Instituto, com o seu conjunto de Distilarias Centrais para a fabricação do alcool anidro, abre tais perspectivas à produção alcooleira do Brasil que quase basta para assegurar o consumo nacional, principalmente se as iniciativas da política açucareira forem acompanhadas pela exploração comercial do petroleo brasileiro, em que tanto se empenha tambem o governo do presidente Getulio Vargas.

Sem dúvida, ainda subsistem desentendimentos prejudiciais entre os plantadores de cana e os fabricantes de açucar, não raro resultantes de seu mutuo interesse em aproveitar as vantagens conquistadas pelo produto, à sombra da organização que a salvou das crises periódicas, reerguendo-a a uma posição relevante no seio da economia brasileira. Mas esses desentendimentos serão resolvidos a tempo pelo Instituto, com o mesmo espírito de justiça a que já habituou as classes vinculadas à velha industria.

Sociedade Constructora de Distilarias e Industrias Chimicas Limitada

Oficina e Escritorio:

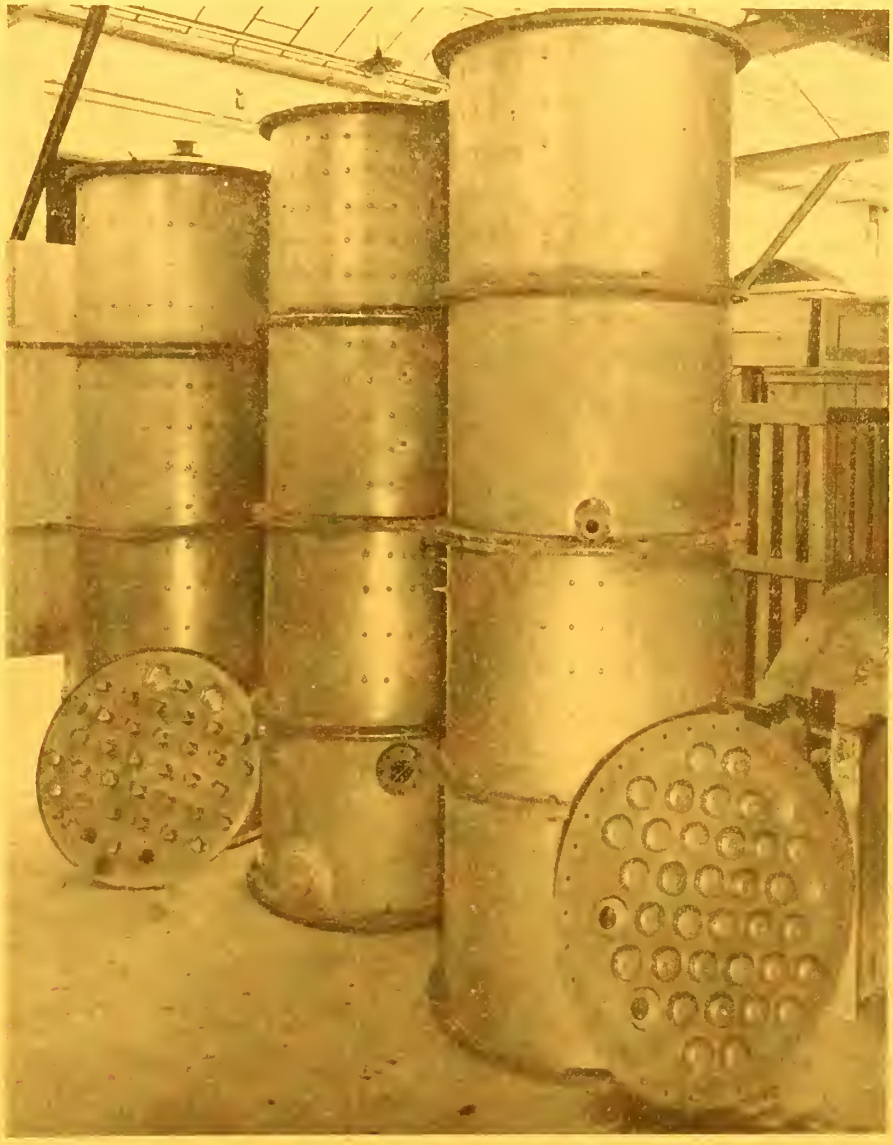
Rua Aurelia, 184

Telefone 5-0617

Telegramas: "CODIC"

SÃO PAULO

CAIXA POSTAL 3161



Colunas de deshidratação, capacidade 10.000 litros em 24 horas.
Fornecida ás Usinas Sta. Maria, Cambaíba (E. do Rio) e Pontal, (Minas Gerais).
Construção de distilarias completas de alcool anidro ou retificado.

Informações no Rio:

ERNESTO SILAGY

Rua General Câmara, 19 — 9º and. — Caixa Postal 3354 — Tel. 23-6209 — RIO DE JANEIRO

DIVERSAS NOTAS

DEFESA DA SAFRA 1941/1942

Ao abrir a sessão extraordinaria efetuada pela C. E. do Instituto do Açucar e do Alcool a 14 de maio ultimo, o sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou tê-la convocado para apresentação dos planos de defesa da safra açucareira 1941/42, a se iniciar em junho nos Estados do Sul, tudo na conformidade do art. 8.º do decreto 22.789, de 1-6-933.

O plano inicial da defesa da safra, que se refere à produção intra-limite nacional, foi organizado pela Secção de Estudos Econômicos, de cuja autoria é ainda a elaboração de um plano de colocação da produção extra-limite nacional, no caso de tolerancia dessa produção.

O terceiro documento ainda a considerar é o que se refere ao plano de defesa da produção intra-limite, apresentado pela Gerencia do Instituto.

Observou o presidente que a lei criara o dever, para a presidencia do Instituto, de apresentar à Comissão Executiva, em maio de cada ano, relatorio completo das atividades do Instituto e da execução dos planos da defesa da safra. Sucedia, porem, que em maio não se podia ter uma impressão completa da execução do plano da safra.

Havia alguma cousa a apurar, para verificação do resultado das providencias adotadas. Pedia venia, por isso, para cumprir esse dever em oportunidade melhor. Achava que o mês de setembro seria a ocasião para esse relatório.

Entrando, depois, no assunto da defesa da safra 1941-42, assinalou que os problemas do ano corrente são os mesmos da safra passada. O Instituto continua a ter diante de si a ameaça dos excessos de produção, como em maio de 1940. Restava, pois, apurar se as medidas tomadas para a safra em andamento podia chegar à evidencia das medidas necessarias à defesa da nova safra.

Em maio do ano passado, havia o problema dos excessos da safra anterior. Os Estados do Norte, onde se esperava um extra-limite pequeno, excederam todas as estimativas. No total da safra, verificara-se um **superavit** de mais de dois milhões de sacos sobre a limitação das usinas do país. Todavia, o consumo tivera nova reação e as vantajosas possibilidades de exportação haviam permitido quase que o equilibrio da safra questionada. Não se podia esperar a mesma facilidade na safra 1940-41, como tivera oportunidade de acentuar em maio do ano passado, diante da situação internacional e das reações que poderia exercer no mercado brasileiro. Defendera, por isso, como fundamento do plano da safra para 1940-41, as seguintes providencias :

I — O plano da safra seria estabelecido dentro da limitação em vigor ;

II — O extra-limite que se verificasse seria exportado sob a responsabilidade exclusiva dos produtores ;

III — Caso o Instituto aceitasse a incumbencia de exportação fá-lo-ia por conta dos produtores.

Delineava-se, assim, o combate ao extra-limite, combate que prosseguiu sem desfalecimentos no decurso da safra, como o demonstravam o Memorial enviado aos produtores, em 14 de agosto de 1940, e o estudo feito pela Presidencia e lido em sessão da Comissão Executiva, em 11 de setembro de 1940. Nesse último estudo, concluia pela apreensão pura e simples de todo o açucar produzido acima dos limites das fábricas.

Que resultado haviam dado essas medidas? O melhor possivel. A previsão da safra 1940-41 fora de 15.401.500 sacos, para um consumo previsto de 12.000, aproximadamente. Devido às medidas tomadas, ou por influencia de outros fatores, o certo é que a produção desceu a 13.580.000 sacos, o que fazia cair o excesso de 3.401.500 sacos a..... 1.580.000, ou seja uma redução inicial de.... 1.821.500 sacos. Não representava muito esse algarismo, quando se considerava a dificuldade de colocação daquele excesso de..... 1.580.000 sacos, com os mercados externos praticamente bloqueados pela guerra. Para vencer esses obstáculos, o Instituto não poupou esforços. Começou pela quota de equilibrio imposta à produção intra-limite: 380.000 sacos. Do extra-limite de Campos, conseguiu-se destinar à transformação em alcool cerca de 339.000 sacos. De Pernambuco 97.600 sa-

cos. Para exportação houve 126.826 sacos do extra-limite do norte e 172.000 sacos do intra-limite dessa região, afim de permitir a colocação, no mercado interno, de uma quantidade correspondente ao extra-limite do Sul. Em São Paulo, 100.000 sacos foram tambem levados à transformação em alcool. Ao todo 1.216.759 sacos que, deduzidos do saldo de produção de 1.580.000 sacos, traziam um **superavit** de cerca de 364.000 sacos, a acrescentar aos estoques do ano anterior. Para quem estava sob a ameaça de um **superavit** de 3.400.000 sacos, a vitoria não foi inexpressiva, no combate à superprodução.

E' verdade que as exportações planejadas não se consumaram todas. Entretanto, os negocios estão fechados com firmas idoneas, aguardando apenas a ordem de embarque, abertos os créditos respectivos, com as necessarias garantias. Achava mesmo de seu dever chamar a atenção dos senhores delegados para o trabalho meritorio que, no sentido das exportações, desenvolvera a Gerencia do Instituto.

Não obstante, havia na situação geral ainda um elemento inquietante: a posição dos estoques. Seria interessante comparar esses estoques em 1.º de junho de cada ano, desde 1934.

	Sacos
1934	1.415.924
1935	2.118.066
1936	1.774.225
1937	1.681.811
1938	1.590.685
1939	1.490.848
1940	2.139.629

Se tomassemos a media aritmética dos seis anos que vão de 1934 a 1939, encontrariamos um número inferior a 1.680.000 sacos. Entretanto, em 1940, o estoque excedeu de mais de 500.000 sacos àquela media do sexenio anterior. E em vez de se atenuar, esse fenômeno mostra-se, ao contrario, muito agravado, no paralelo entre os estoques da safra anterior e da atual. Basta considerar a posição das duas safras, de junho a abril:

Meses	Safra 1939/40	Safra 1940/41
Junho	1.127.135	2.197.563
Julho	1.223.741	1.993.699
Agosto	1.337.108	2.160.262
Setembro	1.564.032	2.456.703
Outubro	2.376.258	3.332.541
Novembro	3.292.509	4.215.284
Dezembro	4.186.601	4.796.896
Janeiro	4.368.209	4.946.167
Fevereiro	4.222.303	5.115.463
Março	3.854.463	4.830.449
Abril	3.009.854	3.990.378

Basta essa comparação para se vêr, através dos estoques, que ainda não chegamos a uma posição normal, ou tranquilizadora.

Cumpria não esquecer esses fatos, ao considerar a safra em perspectiva — a de 1941-42 — estimada em cerca de 14.043.222 sacos, de acordo com os dados seguintes:

	Sacos
Alagoas	1.551.222
São Paulo	2.330.000
Estado do Rio	2.882.000
Minas Gerais	500.000
Pernambuco	4.700.000
Sergipe	850.000
Transporte	12.813.222
Baía	750.000
Paraíba	270.000
Diversos	210.000
	14.043.222

O consumo, entretanto, não podia ser calculado acima de 12.000.000 a 12.100.000 sacos. Basta considerar os números seguintes:

			Sacos
Estoque em 30-4-1940.	2.998.071		
Produção até 30-4-41.	13.425.290		
	16.423.361		
Estoque em 30-4-1941.	3.990.378		12.432.983
Alcool — Campos:			
Quota Equilibrio.	80.000		
Excesso	210.859	290.859	
Pernambuco exterior até 30-4-941		92.749	383.608
Consumo em 12 meses			12.049.375

Tinhamos, assim, um consumo mensal de cerca de 1.004.031 sacos, o que corresponde ao consumo dos quatro meses — janeiro a abril de 1941.

Os cálculos da Gerencia haviam chegado a um número aproximado, assim como o da Secção de Estudos Econômicos, estes últimos tomados em período diverso: de 31 de maio a 1.º de junho do ano seguinte. Não havia, pois, que esperar milagres.

Diante desses números, achava que se devia prosseguir, nas linhas gerais do plano da safra, adotado para o ano anterior, dentro dos seguintes fundamentos :

a) — quota de sacrifício dentro da limitação ;
b) — obediencia estrita aos limites de produção ;
c) — combate sistemático à produção extra-limite, que só poderia ser tolerada, para transformação em alcool, ou para exportação por conta do produtor.

Pedia ainda a atenção da Comissão Executiva para que se incluisse no plano da safra o rateio dos saldos, dentro dos liimtes dos Estados, assim como as providencias que pudessem concorrer para a redução de produção de açucar extra-limite e das usinas que contassem com distilarias de alcool anidro.

Havia safras em que quatro ou cinco usinas se tornavam responsaveis por uma produção extra-limite de cerca de 400.000 sacos, numa única safra, o que não deixava de onerar toda a comunhão. Era necessario rever os criterios até então adotados, para que se não repetissem ocorrencias dessa ordem, que tão gravemente perturbavam os planos gerais de defesa da produção.

Resolveu então a Comissão Executiva que o debate do plano de defesa obedecesse à seguinte ordem :

I — Quota de equilibrio, dentro da limitação ;

II — Quota de 5% sobre a limitação geral do Estado, ou de 10% sobre o limite da usina, para segurança do mercado ;

III — Fórmula do rateio dos saldos dentro do limite ;

IV — Destino da produção extra-limite.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇUCAR

Na sessão realizada pela Comissão Executiva do I. A. A., a 24 de abril último, foi lido o seguinte telegrama do sr. Hugh Elles, presidente do Conselho Internacional do Açucar :

"As comunicações feitas pelo sr. Alencar em 20 de fevereiro e 1º de março, com relação à quota açucareira do Brasil, foram cuidadosamente examinadas. Com a redução dos canais de escoamento, em consequencia da guerra, mesmo os países signatarios do Acordo Internacional que dependem quase inteiramente da exportação estão impossibilitados de colocar as quotas reduzidas que foram atribuidas na última reunião. Quando todos os membros do Conselho, inclusive os grandes países importadores, como os Estados Unidos e a Inglaterra, acham mais conveniente reduzir a produção afim de evitar a desastrosa acumulação de estoques, a proposta do Brasil no sentido de ser mantida integralmente a quota de exportação, conforme o Acordo, iria criar uma situação embaraçosa, tanto do ponto de vista do Acordo como da colaboração internacional. Espero sinceramente que V. S. reconsiderará o problema à vista das observações acima. — (a.) **Hugh Elles**, presidente do Conselho Internacional do Açucar".

O sr. Barbosa Lima Sobrinho fez considerações em torno do assunto, contrarias à proposta do Conselho, pelo que de prejudicial, e mesmo incompativel com as necessidades da defesa da produção brasileira, representa a mesma.

A retenção dos estoques excedentes às necessidades do consumo interno, quando as possibilidades de utilização de materia prima, para transformação em alcool, já atingem o máximo compativel com a capacidade de nossas distilarias, viria criar uma situação insustentavel para a manutenção da política de defesa da produção açucareira, nesta, como nas próximas safras brasileiras.

Os delegados presentes hipotecaram o seu inteiro apoio ao ponto de vista manifestado pelo presidente do I. A. A., tendo s. s. proposto e a Comissão Executiva aprovado, por unanimidade, que seja dada a Sir Hugh Elles, presidente do Conselho, por intermedio da

Embaixada Brasileira, em Londres, a seguinte resposta ao questionado telegrama :

"Recebeu Instituto apelo Sir Hugh Elles sentido aceitar reduções quota exportação açucar. Lembro regime quotas exportação depende essencialmente regularidade comercio internacional. Situação atual, quotas são quase apenas nominais ou sujeitas terriveis incertezas acontecimentos momento. Será possivel encontrar num ano pedidos superiores à quota sem haver no seguinte possibilidade colocar qualquer parcela dessa quota Quando faltam bases regularização exportações açucar seria imprudente aceitar reduções por não haver garantias ou mesmo probabilidades definidas futura colocação quota mesmo reduzida. Adianto atual safra, Brasil impossibilitado exportar alem sessenta porcento sua quota. Nossa tese consiste manutenção quotas fixadas título provisorio até que situação internacional permita planos mais seguros em que a compromissos efetivos correspondam possibilidades definidas. Peço levar esse ponto vista conhecimento Presidente Conselho".

REDISTRIBUIÇÃO DE SALDO

Terminada a safra do Estado da Paraiba, foi constatado que a Usina Monte Alegre apresentou um saldo de produção de 2.815 sacos de açucar.

De acordo com a legislação vigente, esse saldo deverá ser redistribuido entre as usinas do Estado que tiverem excessos de produção.

Feito o necessario cálculo da redistribuição mencionada, apurou-se que caberiam, sobre o saldo de 2.815 sacos, da Usina Monte Alegre, às demais usinas, as seguintes quotas :

Usina Sant'Ana, 346 sacos; Usina Santa Helena, 595 sacos; Usina Santa Maria, 139 sacos; Usina Santa Rita, 489 sacos; Usina São João, 1.224 sacos; Usina Tanques, 22 sacos. Saldo a distribuir: 2.815 sacos.

A Comissão Executiva aprovou a proposta de redistribuição do saldo da Usina Monte Alegre, nas condições acima indicadas.

LIBERAÇÃO DE EXCESSOS DE PRODUÇÃO

Dependendo as possibilidades de liberação dos excessos de produção dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de exportação de açucar intra-limite de Pernambuco e Alagoas, a Gerencia do I. A. A. apresentou à Comissão Executiva um relatorio sobre a situação das operações entaboladas nesse sentido.

Há, em Pernambuco, em vias de fechamento, dois negocios de exportação de açucar intra-limite, num total de 126.668 sacos e inteiramente fechado um lote de 20.000 sacos.

Em Alagoas, há, definitivamente fechado, um lote de 70.000 sacos de açucar intra-limite, para o exterior.

Existe, assim, a perspectiva de uma exportação intra-limite, de 216.668 sacos, por conta dos quais poderá ser liberada idêntica quantidade, nos Estados do Sul.

De acordo com os cálculos procedidos pela Gerencia, para se poder compensar as diferenças entre os preços de aquisição de açucar intra-limite, no Norte, e o preço apurado na sua exportação, confirma-se que o máximo valor a pagar pelos extra-limite do Sul, a título de indenização, é o de Rs. 23$000 por saco de açucar cristal, ou correspondente na escala de polarização, por açúcares de tipos inferiores.

A margem obtida entre o preço de venda de açucar extra-limite, nos mercados internos, e a indenização referida, o Instituto empregará na cobertura da diferença entre o custo do açucar intra-limite, em Pernambuco e Alagoas, e o respectivo líquido apurado, na sua exportação para o exterior.

O açucar extra-limite, nos Estados do Sul, será vendido pelas proprias usinas, por conta do Instituto, prestando ao mesmo as devidas contas de venda, mediante exibição de comprovantes.

A taxa de defesa, paga pelas usinas, ao dar saida do açucar, será restituida pelo Instituto.

No ato da entrega pelas Usinas, ao Instituto, da importancia apurada na venda do açucar, ser-lhes-á pago o valor da indenização prevista, de 23$000 por saco de açucar cristal, mais o montante da taxa de defesa paga.

A título de cobertura de despesas de selos e outras, e como compensação pela cláusula "del credere", o Instituto abonará aos respectivos produtores uma comissão de 5% sobre o valor da venda do açucar.

Havendo, no Estado do Rio de Janeiro, a

liberar um volume de cerca de 130.000 sacos; em São Paulo, cerca de 135.000 sacos, e em Minas Gerais, cerca de 150.000 sacos, ou seja um total de cerca de 415.000 sacos de açucar, resolveu a Comissão Executiva autorizar a venda de 225.000 sacos, desse extra-limite, para compensação dos 216.000 sacos que serão exportados do intra-limite de Pernambuco e Alagoas, dependendo, entretanto, a efetiva realização da colocação do extra-limite, do definitivo fechamento das operações de venda para o exterior.

Desde que fique definitivamente assentada a saída dos 225.000 sacos, dos excessos dos três referidos Estados do Sul, aquela quantidade se distribuirá equitativamente entre os mesmos, isto é: São Paulo — 75.000 sacos; Estado do Rio de Janeiro, 75.000 sacos e Minas Gerais 75.000 sacos.

O restante dos excessos desses Estados aguardará solução, de acordo com as condições que se forem apresentando.

O Instituto autorizará as usinas a vender o açucar extra-limite, na proporção indicada, mediante troca de correspondencia, em que fiquem expressamente assentadas e aceitas as condições já mencionadas, relativas aos mutuos pagamentos e indenizações.

A falta de cumprimento das obrigações assumidas, por parte de qualquer usina, outorgará ao Instituto o direito de apreender ou requisitar açucar de qualquer safra da Usina, para cobrir o valor proveniente da falta havida.

A distribuição das quotas de cada Estado se fará a cada Usina, na proporção dos respectivos excessos de produção.

EXPORTAÇÃO DE AÇUCAR

O I. A. A. recebeu do Consul Geral Britânico, nesta Capital, o memorandum de 28 de abril p. p. comunicando que as facilidades pedidas pela firma Aranha, Goetze & Cia. para obtenção do "navicert" n.º S 69 X A, referente a um embarque de 5.000 toneladas de açucar cristal, para Las Palmas, nas Canarias, não podem ser concedidas, por estar a quota fechada.

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do Instituto, o sr. Barbosa Lima Sobrinho informou que aquela providencia se referia a uma venda de 5.000 toneladas de açucar, para o referido porto de Las Palmas, entabolada com a firma Aranha, Goetze & Cia., desta praça; negada, entretanto, a concessão do "navicert", pelas autoridades inglesas, se desfez a operação, por se tornar impossivel o transporte do referido açucar

A colocação, no exterior, desse produto, que se destinava, em parte, a compensar a parcela de açucar extra-limite dos Estados do Sul, a colocar nos mercados internos, deverá ser providenciada, por intermedio de outros interessados.

Com o obrigatorio cancelamento do negocio referido, a situação das exportações, em Pernambuco, se resume na seguinte:

a) — **Intra-limite** — Venda — 5.000 tons..

	Sacos
Carlos A. Clulow..	83.334
E. G. Fontes & Cia.	20.000
	103.334
A vender — intra-limite.. .	46.666
Total autorizado, intra-limite	150.000

Dessa parcela de 46.666 sacos, já se acham em perspectiva de venda 25.000 sacos, havendo, pois, disponiveis, apenas 21.666 sacos.

b) — **Extra-limite** — Do extra-limite do Estado de Pernambuco, vendeu a Cooperativa dos Usineiros, diretamente,..... 10.160 sacos, estando em negociações para a colocação de mais 70.000 sacos.

Estimado em 120.000 sacos o extra-limite de Pernambuco, há ainda disponiveis, dos excessos do Estado, cerca de 40.000 sacos.

c) — Em Pernambuco existem, pois, para exportação, de acordo com as anteriores combinações, 61.666 sacos de açucar cristal.

d) — No Estado de Alagoas estão vendidos, para o exterior, 70.000 sacos de açucar demerara, da produção intra-limite, e destinados à compensação de extra-limite, a liberar, nos Estados do Sul; e 33.500 sacos vendidos para o exterior, por conta do extra-limite do Estado, sujeita esta quota ao devido reajustamento, no caso de não atingir o excesso do Estado aquela quantidade.

DISTILARIA CENTRAL PRESIDENTE VARGAS

O sr. Anibal Matos, assistente técnico do I. A. A., em detalhada exposição, prestou informações ao presidente do Instituto sobre os trabalhos da Distilaria Central Presidente Vargas.

No período analisado, atingiu a produção um mínimo diario de 40.372 litros e um máximo de 57.826 litros, apurada uma media de 47.665 litros.

A media diaria de açucar dissolvido foi a de 1.038 sacos e uma media de 35.870 quilos de melaços.

A produção media de alcool não atingiu um gráu de maior eficiencia, devido ao maior tempo na fermentação do açucar.

Um segundo relatorio, referente aos trabalhos da mesma distilaria, evidenciou já uma maior eficiencia na produção diaria, que atingiu uma media de 49.125 litros e uma utilização diaria de 1.178 sacos de açucar.

ALCOOL ANIDRO NAS DISTILARIAS DE PERNAMBUCO

Para conhecimento da Comissão Executiva do I. A. A., o sr. presidente, em sessão de 24 de abril, apresentou os dados abaixo, relativos ao fornecimento de alcool anidro pelas distilarias de Pernambuco.

Em 1939, foi de 11.841.039 litros de alcool anidro aquele fornecimento, contra 12.993.005, em 1940.

No Brum, no Recife, foram entregues, em 1939, para mistura local 6.358.844 litros e 6.071.335 litros, em 1940.

Os embarques de alcool anidro para o Rio de Janeiro, elevaram-se de 5.482.195 litros, em 1939, para 6.921.670, em 1940.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO À AGUARDENTE

O Interventor Federal no Estado do Rio enviou ao Ministro da Fazenda um oficio a respeito das medidas de proteção da aguardente, fazendo sobre o assunto diversas sugestões. Entre elas figuravam a cobrança, em dobro, do selo sobre os produtos de alcool desdobrado e o recebimento, pela Distilaria de Martins Lage, em Campos, dos excessos da produção de aguardente, tal como se pratica atualmente com as usinas, para o estabelecimento de quotas.

O titular da pasta da Fazenda acaba de responder ao oficio em questão, comunicando ao Interventor Federal não ser possivel atender às sugestões feitas, tendo em vista as conclusões em contrario aprovadas pela Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool.

Em seu parecer, informa o Instituto que, pela proposta apresentada, o litro de alcool anidro viria a ficar em pouco mais de 1$200, quando o preço de venda é de 350 reis. Informou ainda que, calculando-se em 320 réis o custo real de produção de um litro de aguardente, as despesas para obtenção de um litro de alcool anidro atingiriam 780 réis, preço esse a que deveriam ser acrescidas as despesas de lubrificantes, arrastador, seguros e fretes para o Rio de Janeiro, sem contar com as de transportes do produto até à Distilaria.

Quanto ao recebimento do excesso da produção, esclareceu o aludido orgão que, por absoluta falta de transporte ferroviario e por não ter onde armazenar aguardente, tornar-se-ia impraticavel o plano de defesa, bastando dizer que o Instituto tem, em "stock", na Distilaria Central em Martins Lage, 2.729.843 litros de alcool anidro e 65.083 de alcool de 2.ª, à parte a existencia de abundante materia prima da safra 1940/41, para transformação em alcool.

RECURSO AO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA

Na sessão realizada a 7 de maio último pela Comissão Executiva do I.A.A., foi longamente tratado o recurso dirigido pela Usina Ariadnópolis ao sr. Ministro da Agricultura contra a resolução que lhe negou revisão de quota de produção. O assunto foi novamente submetido ao exame do Instituto pelo titular daquela pasta e sobre ele falou o sr. Barbosa Lima Sobrinho mostrando que tal revisão só poderia ser feita para todo o Brasil e que seria a subversão total da política de limitação.

A' vista das explicações prestadas pelo presidente, que confirmam os argumentos contidos no parecer da Secção Jurídica, resolveu a Comissão Executiva, por unanimidade de votos, aprová-lo, determinando a restituição do processo ao sr. Ministro da Agricultura, com a anexação de copia autenticada do referido parecer da Secção Jurídica e de um extrato da ata daquela sessão, no que se refere ao assunto em causa.

ANUARIO AÇUCAREIRO

Já está sendo organizado pelas Secções de Publicidade e de Estatística do I.A.A. o "Anuario Açucareiro", de 1941, que deverá saír em dezembro deste ano.

Esse número — o sétimo dessa publicação — terá uma feição especial, constituindo uma comemoração do decenio da defesa da produção açucareira. Foi a 7 de dezembro de 1931 que, pelo decreto n. 20.761, o Governo Provisorio criou a Comissão de Defesa da Produção do Açucar. Anteriormente, porem isto é, a 15 de setembro do mesmo ano, o sr. Getulio Vargas baixou um decreto, de número 20.401, adotando as primeiras medidas para a defesa da industria e do comercio do açucar, então assoberbadas por grave crise.

Não se trata, pois, de comemorar o decenio do I.A.A., que, como sabe o leitor, foi criado em 1933, e sim o decenio da política de defesa da industria açucareira do país, com o intuito de mostrar os resultados práticos da intervenção do Estado nesse setor da economia nacional.

Da ação da primitiva Comissão e do Instituto do Açucar e do Alcool, que a sucedeu, no cumprimento da política governamental de proteção à mais antiga industria nacional, terão os leitores uma análise pormenorizada através de um estudo comparativo da economia açucareira do Brasil, nos decenios 1921-1930 e 1931-1940. Esse estudo será feito pelo nosso companheiro dr. Joaquim de Melo.

A contribuição da Secção de Estatística, como sempre, será vultosa e elaborada de acordo com os principios daquela ciencia, apresentando, entretanto, algumas inovações.

DESSACARIFICAÇÃO DE MELAÇOS

Em trabalho apresentado à segunda reunião dos Tecnologistas do Açucar de Hawaí, o técnico W. L. McCleery informa sobre as pesquisas de laboratorio em torno do problema da extração de açucar que fica nos melaços finais pelo processo do sacarato. Está quase defintivamente provado que a glucose deve ser primeiramente removida dos melaços, antes que a sacarose possa ser recuperada como sacaratos de calcio ou de bario.

Parece viavel a fermentação seletiva e que esta possa ser controlada, de modo a evitar a perda de sacarose ou reduzí-la ao mínimo. Duas correntes de fermento foram estudadas, a saber, o fermento Olivarius e "Cryptococcus glabratus". As condições ótimas são 44 a 46° Brix, de 6, 7 a 6,9 pH para o primeiro; e 39 a 42° Brix de 6,2 a 6,5 pH para o segundo fermento.

O tempo necessario para a completa eliminação da glicose fermentavel varia de 24 a 48 horas, quando se usa 20 por cento de material e uma rápida agitação por ar comprimido apressa materialmente a reação. Parece necessario em cada terceira ou quarta cozedura fazer-se uma inoculação de material puro. O teor de alcool dos melaços fermentados varia de 2,5 a 3,5 por cento, por volume, dependendo da quantidade de glicose originariamente presente nos melaços e do fermento usado.

Dos melaços assim fermentados, pode-se logo precipitar o açucar sob a forma de sacarato de calcio ou de bario, parecendo que ambos podem ser facilmente filtrados e lavados. E' necessario, todavia, dar aos melaços fermentados uma clarificação preliminar, antes que possam ser formados sacaratos de satisfatoria pureza. Isso pode ser feito a um pH entre 11,0 e 11,6, com cal somente e sem diluição, sendo de 8 a 12 por cento sobre a sacarose dos melaços a quantidade de CaO utilizada. Depois de clarificados, os melaços podem ser filtrados sem dificuldade e estão em condições de receber CaO ou BaO. Verificou-se que a pureza do sacarato de calcio ou de bario e a recuperação da sacarose dependem grandemente da quantidade e qualidade da cal viva adicionada. Para um trabalho satisfatorio, indicam-se estas quantidades: 130 por cento de CaO e 85 a 110 por cento de BaO sobre o açucar dos melaços.

Usando-se cal viva de boa qualidade e aparelhos eficientes para mistura e resfriamento, é provavel que se possa obter, em escala comercial, sacaratos com uma media de pureza de 85 por cento da verdadeira pureza. Presentemente, as recuperações até 94 por cento da sacarose dos melaços foram obtidas com o emprego de sacarato de calcio como precipitante. Os gráus de pureza do sacarato de bario foram um pouco mais baixos, mas convem procurar saber se o sacarato de bario não pode ser precipitado sem a necessidade de reevaporação a cerca de 85° Brix.

A praticabilidade da dessacarificação dos resíduos de melaços pela maneira descrita é atualmente um problema econômico e as suas possibilidades parecem estar menos num estrito processo de dessacarificação do que num processo que combine tambem a recuperação do alcool de fermento, dioxido de carbono e potassa, esta última dos residuos dos licores dos sacaratos. Acredita-se ainda que a complexa vitamina B_6 possa ser separada dos residuos do licor da dessacarificação. Por enquanto, ainda não se tentou calcular os custos de tal processo de extrair açucar de melaços, para o que seriam precisos dados mais minuciosos.

Companhia Geral de Material Rodante S. A.

Caixa Postal 208

End. Teleg.: METALUGICA

RIO DE JANEIRO

Fábrica de vagões e accessorios para Estradas de Ferro. Vagões para cana, metálicos e de madeira. Vagões para alcool, melaço, oleo, gasolina. Vagonetes, "trolleys", basculantes, de qualquer tipo.

Um dos vagões da serie construida para o Instituto do Açucar e do Alcool

pela

Companhia Geral de Material Rodante S. A.

RIO DE JANEIRO

Rua Buenos Aires 100 — 8.º andar — salas 82 a 86 — Tel. 23-4030

A GUERRA E O ABASTECIMENTO DE AÇUCAR NA EUROPA

"The International Sugar Journal", número de fevereiro, comenta:

"Com relação ao produto que mais de perto nos interessa, — o açucar — parece que não haverá falta acentuada do mesmo para os consumidores europeus, exceto, provavelmente, na França, onde a safra de beterraba de 1940 foi grandemente danificada pela invasão das tropas alemãs, e na Noruega, que não produz açucar. Mas, como por toda parte o açucar está racionado, é possivel que as rações esgotem o açucar produzido e se forme assim um apreciavel excesso, que poderá ser armazenado para casos de emergencia ou transformado em artigos detinados a outros fins que não o consumo humano. A produção de açucar na Alemanha propriamente dita — isto é, tal como existia antes de se iniciar a presente guerra — vem aumentando consideravelmente. Não haverá falta de trabalho, porque a Alemanha não só detem um grande número de prisioneiros de guerra como recorre à conscrição forçada de trabalho na maioria dos territorios conquistados. Em relação ao término da campanha de 1914-18, as condições atuais da industria européia de açucar de beterraba são muito diferentes. Nada indica, ao menos por enquanto, que a industria encontre agora, como encontrou há vinte anos, a mesma falta da materia prima, que permitiu o avanço da industria rival do açucar de cana. No conflito atual, a perda de homens não foi tão grande como no de 1914, isso porque os modernos métodos de luta permitem a conquista de vitorias sem apreciavel sacrificio do elemento humano, como se viu tanto na França como na Africa.

Relativamente ao abastecimento de açucar no Reino Unido, parece que a industria local, conforme as condições do tempo, produzirá uma boa safra media que cobrirá quase um terço das necessidades do consumo atual. Quanto ao resto, existem nos paises produtores grandes quantidades de açucar de cana disponiveis. O problema essencial é, todavia, o do transporte e está intimamente relacionado com as operações militares. Não há por enquanto indicações de que a ração presentemente distribuida venha a ser reduzida. Deve-se observar que, em comparação com o estado de coisas de 1914-18, a Inglaterra não tem agora a obrigação de transportar alimentos para a França nem a de ajudar a Italia".

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
ASSUCAR
TODOS OS TIPOS
"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

CURIOSIDADES SOBRE A CANA DE AÇUCAR

A. J. Rodrigues Filho
(do Instituto Agronômico
de S. Paulo)

1) — CANAS RESISTENTES AO FRIO.

Os Estados de Luisiana e Flórida são os fornecedores de açucar aos Estados Unidos, dentro do continente norte-americano. Devido às suas condições climáticas, que apresentam uma estação hibernal deveras rigorosa para a cana, a cultura desta graminea encontra, em certas ocasiões, violentos óbices à sua marcha normal. O inverno intenso obriga os plantadores a adotar métodos especiais de cultura e aproveitamento da cana, e os têm, vigilantes, à procura de variedades resistentes ao frio.

O Departamento de Agricultura norte-americano conseguiu reunir um consideravel número de especies e formas de Saccharum. A observação cuidadosa daquelas especies denotou, com real satisfação dos técnicos, que uma delas, originaria do Turquestão, era capaz de suportar, perfeitamente, uma temperatura baixa, bem mais baixa da que é mortal às canas cultivadas. Alem disso, a mesma cana selvagem (Saccharum spontaneum) apresenta desenvolvimento rápido, muito vantajoso para a precocidade de maturação.

O valor desse material saltou aos olhos dos geneticistas americanos, que anteviram nele o ponto de partida para solucionar o serio problema de ter variedades de mérito econômico e resistentes ao frio. Ora, se a primeira dessas qualidades existe nas "canas nobres" e a segunda na cana selvagem do Turquestão, fazia-se mister cruzá-las, procurando reunir, nos filhos, os valores ambicionados.

Organizou-se o plano de trabalho, que logo de inicio tropeçou com um grave obstáculo. Acontece que as "canas nobres" florescem em Flórida, em dezembro, ao passo que a cana selvagem do Turquestão solta o penacho em julho, isto é, cinco meses antes da anterior. Como cruzar as duas, à vista do polen não suportar um armazenamento demorado, que lhe tira as faculdades vitais? Os americanos não esmoreceram e observaram que as canas nobres florescem em julho, no sul do Equador. Assim sendo, resolveu-se o plantio destas na Colombia, enquanto a cana selvagem era plantada nos Estados-Unidos. No mês de julho do ano seguinte ambas as variedades estavam florescidas, uma soltando polen em abundancia e outra em condições de receber esse polen e fecundar-se. Porem a distancia que separa esses dois centros de trabalho é grande, e os grãos de polen não suportariam uma travessia demorada, pois perderiam sua capacidade fecundante. Então os americanos lançaram mão do recurso supremo — a aviação. Os grãos de polen voaram dos Estados Unidos para fecundar as plantas expectantes da Colombia.

Cerca de 15.000 "seedlings" surgiram daqueles cruzamentos, dos quais alguns morreram ao frio e outros resistiram galhardamente. Os estudos prosseguem, novos cruzamentos estão sendo tentados, havendo probabilidade dos geneticistas americanos atingirem o fim colimado.

Afinal a aviação ainda semeia vidas ou proporciona meios para tal!

2) — CANAS PATENTEADAS.

A obtenção de boas variedades de cana é tanto mais palpavel quanto maiores forem os cruzamentos realizados e, consequentemente, quanto maior o número, de "seedlings" conseguidos. Dentro desse grande vulto de individuos acham-se inclusas, provavelmente, canas com qualidades de valor econômico. Cumpre ao selecionador, durante as provas de seleção, uma empós outra, ir isolando o material interessante, colocando-o cada vez mais próximo das variedades "standard" cultivadas e procurando superá-las. Para tal, alem de acuidade na observação, precisa ele de certa dose de sorte, pois mesmo escolhendo pais bons, às vezes seus esforços de melhoramento são baldados.

Afinal, essa tarefa redunda em trabalho assás exaustivo. Para evidenciar o fato, cite-se o ocorrido em Porto Rico, exemplo anotado no Boletim Técnico n.º 34, do Instituto Agronômico: "em 1925 foram produzidos na Estação Experimental Insular, Rio Piedras, P.R., 260.000 "seedlings" de cana, que, após as provas seletivas, ficaram reduzidas suces-

MOVIMENTO DA SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO I. A. A. EM 1940

Pela natureza das suas atribuições, a Secção de Fiscalização é das mais importantes do Instituto do Açucar e do Alcool. E' o que atesta o movimento dos seus serviços, no ano de 1940, pelo que o divulgamos a seguir:

1 — ARRECADAÇÃO DE TAXAS — PARTIDAS —

Taxa de defesa (3$100) e demais taxas e sobre-taxas escrituradas na Secção:

a) Total arrecadado — Rs. 40.561:902$800;

b) N.º de lançamentos feitos		32.257
c) N.º de guias conferidas e escrituradas		26.274
d) N.º de avisos de crédito recebidos do Banco do Brasil e Coletorias Federais		257

2 — INFRAÇÕES - (SAFRA (1940/41)

a) Autos lavrados	67	
b) Notificações	6	73
c) — N.º de sacas correspondentes.....	165.931	

3 — CORREPONDENCIA

EXPEDIDA

a) Epistolar	6.093	
b) Telegráfica	1.852	7.945

RECEBIDA

Protocolada, providenciada e arquivada:

a) Epistolar	8.636	
b) Telegráfica	5.973	14.609

INTERNA

Com informações e consultas à Adnistração	659

CIRCULARES EXPEDIDAS

Com ordens de serviço e instruções	16

4 — PROCESSOS DIVERSOS

Informados e encaminhados para diligencias fiscais	1.056

5 — PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS FISCAIS

No valor de **Rs. 2.015:707$300,** conferidas e registradas	785

6 — ROTEIROS DOS FISCAIS

Conferidos e registrados	785

7 — AVISOS DE RECOLHIMENTOS DE SALDOS

Verificados nas prestações de contas dos Fiscais	785

---

sivamente a 32.000, 12.500, 80, e, finalmente, apenas 3 resistiram à última seleção.

O sr. B. A. Bourne, palmilhando dificuldades semelhantes, obteve nos Estados Unidos três variedades de cana: — F.-31-962, F.-30-35 e F.-31-436. Aponta-as como canas muito valiosas para as condições de cultura de sua região. Ciente das qualidades das variedades enumeradas e, naturalmente, fazendo um retrospecto dos trabalhos que elas lhe trouxeram, resolveu o sr. Bourne tirar o maior proveito possivel de sua obra. Para isso dirigiu-se ao Departamento de Patentes de Plantas dos Estados Unidos e, muito americanamente, registrou-as sob as patentes números 203, 210 e 220, respectivamente.

O controle dessas interessantes e originais patentes hão de constituir serio labor para o referido senhor, dada a maneira facil de se propagar a cana de açucar.

8 — ORDENS DE PAGAMENTO A FISCAIS

Registradas	481

9 — OCORRENCIAS

Fichas das principais ocorrencias verificadas em 1940, excetuadas as referentes a autos de infração	139

10 — DOSSIERS

Existentes na Secção, sobre diversos assuntos relativos a consultas, pareceres, etc.	219

11 — FICHAS-RELATORIOS DE FISCALIZAÇÃO (*)

Recebidas dos Fiscais, conferidos os s/cálculos, confronto c/os de outros documentos fiscais, protocoladas, confirmadas e arquivadas	10.110

12 — BOLETINS DE PRODUÇÃO SEMANAL

Recebidos das Usinas, conferidos, confrontados c/outros documentos e arquivados	8.888

13 — MAPAS DE PRODUÇÃO DIARIA

Idem, idem, ...	1.938

14 — NOTAS DE REMESSA

Recebidas dos Fiscais, conferidas, confrontadas c/outros documentos, registradas e arquivadas	67.547	
Recebidas, ainda em andamento	33.218	100.765

(*) — Até abril de 1941 — Refere-se à safra 1940/41, ainda em curso.

O USO DA INVERTASE NA PRODUÇÃO DE MELAÇOS INVERTIDOS

Num comunicado que fez a 13.ª Conferencia Anual da Associação dos Tecnologistas do Açucar de Cuba, Julio González Maiz dá alguns detalhes sobre a produção de melaços invertidos com o emprego de um tipo especial de fermento — denominado invertase — que possue sobre a sacarose um alto poder hidrolizante. Esse fermento é distribuido em pacotes de 80 libras e na aparencia não difere do fermento comum, usado na industria de panificação. Custa a libra 17 cents e pode conservar a sua atividade durante uma semana em temperatura inferior a 10.º C.

O ciclo da inversão dependerá da capacidade dos tanques disponiveis, mas é aconselhavel efetuar a inversão no mais breve tempo possivel, afim de evitar perdas de açucar totais na temperatura de reação. Levando-se em conta os preços vigentes para os açucares totais e, na base de 60 cents. por 100 libras de melaços e de 17 cents. por libra de invertase, o ciclo ideal fica entre 10 e 12 horas, não incluido um período de hora e meia para esterilização.

Bastam dois tanques de xarope, trabalhando alternadamente, ambos equipados com serpentinas de ar comprimido e com mangueiras para limpesa, podendo-se usar tambem um par de cristalizadores. Dois baldes esmaltados com a capacidade de 20 litros contêm a invertase e um filtro circular de 12 polegadas faz a separação e a desintegração das partículas de fermento. Adiciona-se metade do fermento e agita-se a massa por dois minutos com ar; e depois de adicionado o resto do fermento, faz-se nova agitação tambem por dois minutos.

Mantem-se nos tanques uma temperatura entre 55 e 60º C. e a inversão é efetuada numa polarização de 9ºV. Em seguida, vem a esterilização, que se faz numa temperatura de 80 a 90º C. e é mantida por um período de uma e meia a duas horas, depois do que o xarope é bombeado para suprir os tanques dos aparelhos de vacuo. Aí, é misturado com 40 por cento de xarope não invertido ou com uma quantidade suficiente para que a mistura tenha a pureza de cerca de 20 por cento. A concentração nos aparelhos de vacuo deve ser feita a 25º Brix, depois do que é necessario esfriar o xarope em cristalizadores.

A invertase produz um melaço invertido mais leve que o produzido por HCl, H_2SO_4 ou outro ácido. Convem notar que o tratamento por fermento faz perder a cor do produto. Durante o armazenamento, pode aparecer fungoides na superficie, que deve ser evitada pela adição de oleo crú para formar uma película protetora; pode-se tambem adicionar um pó para branquear.

Para concluir, podem-se adiantar algumas cifras. Com um ciclo de 10 horas e um pH de 6,4, o custo da invertase por 1.000 galões de melaços invertidos foi de 1 dolar e 15 cents; para um ciclo de 12 horas, 1 dolar e 10 cents. Isto quer dizer que um milhão de galões custará no primeiro caso mais 50 dólares do que no segundo.

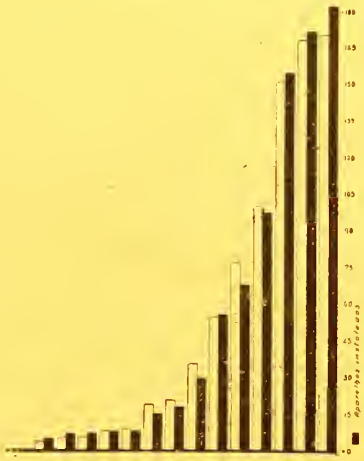
Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FRS. 17.000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX -- SÈVRES -- MELLE
(Deux - Sèvres) - FRANCE

PROCESSOS AZEOTRÓPICOS DE DESHIDRATAÇÃO E FABRICAÇÃO DIRETA DO ALCOOL ABSOLUTO

Desenvolvimento mundial dos processos azeotrópicos



INSTALAÇÕES NO BRASIL

	Litros
Usina Catende — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Etablissements Barbet..	30.000
Usina Santa Terezinha — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Estabelecimentos Skoda..	30.000
Usina Timbó Assú — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Etablissements Barbet..	5.000
Distilaria Presidente Vargas — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Estabelecimentos Skoda..	60.000
Usina Cucaú — 4ª técnica — Construtor: Estabelecimentos Skoda..	15.000
Usina Trapiche — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet..	15.000
Usina Santo Inacio — Aparelho novo — 2ª técnica — Em montagem pelos Estabelecimentos Skoda..	5.000
Usina Tiúma — Aparelho novo — 4ª técnica — Construida pela filial dos Est. Barbet no Brasil..	21.000
Usina Nossa Senhora das Maravilhas — Aparelho novo — 2ª técnica — Em funcionamento. —Etablissements Barbet..	15.000
Usina Pumati — 4ª técnica — Em construção — Est. Barbet..	20.000
Usina Serra Grande — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Estabelecimentos Skoda..	12.000
Usina Brasileiro — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento pelos Estabelecicimentos Barbet..	15.000
Usina Paineiras — Aparelho sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda — Em montagem..	5.000
Distilaria Central do Estado do Rio — 2 aparelhos mistos — 2ª e 4ª técnicas — Em funcionamento — Construida pelos Estabelecimentos Barbet..	60.000
Conceição de Macabú — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 2ª técnica pelos mesmos Estabelecimentos.. ..	9.000
Companhia Engenho Central Laranjeiras — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelo Est. Barbet — Em funcionamento..	6.000
Cia. Usina do Outeiro — Em funcionamento Aparelho Sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet. ..	5.000
Usina do Queimado — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet..	6.000
Usina Santa Cruz — Aparelho sistema Barbet, transformado pelos Est. Skoda — Em funcionamento..	12.000
Usina São José — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor Est. Skoda..	20.000
Companhia Engenho Central Quissaman — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet.. ..	15.000
Usina Barcelos — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda. ..	10.000
Usina Santa Maria — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil..	10.000
Usina Pontal — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil.	10.000
Usina Cambaíba — Aparelho 4ª técnica construido pela filial dos Est. Barbet, no Brasil..	10.000
Distilaria de Ponte Nova — Aparelho novo — 4ª técnica — Em construção pelos Est. Skoda..	20.000
Usina Amalia — F. Mattarazzo Jr. — Retificador Barbet, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Barbet — Em funcionamento..	10.000
Usinas Junqueira — Aparelho de distilação — Retificação contiuua, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Skoda — Em funcionamento..	20.000
Usina Miranda — Aparelho 4ª técnica, fornecido pela Aluminium Plant and Vessel Co. — Em montagem..	10.000

Para todas as informações dirija-se a **GEORGES P. PIERLOT**

Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984

RIO DE JANEIRO

Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FRS. 17.000.000

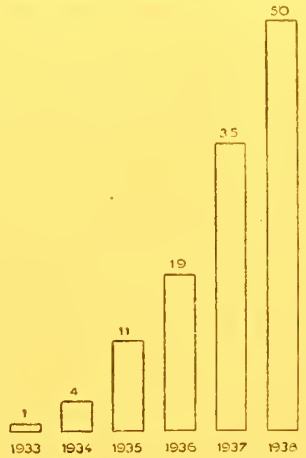
Anciennement: DISTILLERIES des DEUX-SÈVRES - MELLE (Deux-Sèvres) FRANCE

DISTILARIAS APLICANDO O NOVO PROCESSO DE FERMENTAÇÃO DAS USINES DE MELLE

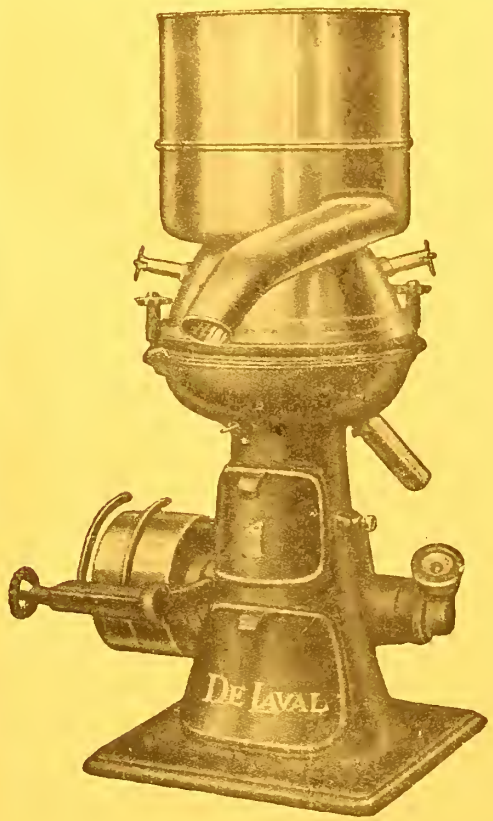
(PATENTEADO EM TODOS OS PAISES)

Mais de 50 instalações na Europa: em França, Alemanha, Austria, Bélgica, Italia, Suiça, Tchecoslovaquia, realizando uma produção diaria de 1.000.000 de litros de alcool.

Gráfico do desenvolvimento do processo de fermentação



Capacidade de produção diaria em litros



INSTALAÇÕES NO BRASIL

Amalia (Em funcionamento)	10.000
Barcelos "	10.000
Catende "	30.000
Laranjeiras "	4.000
Outeiro "	5.000
Piracicaba "	15.000
Porto Feliz "	20.000
Santa Bárbara "	6.000
Santa Cruz "	15.000
Utinga "	10.000
Vassununga "	3.000
Vila Raffard "	20.000
São José "	22.000
N. S. das Maravilhas "	15.000
Cucaú "	15.000
Pureza "	5.000
Brasileiro "	15.000
Serra Grande "	12.000
Timbó Assú "	5.000
Quissaman "	10.000
Usina Miranda (Em montagem)	3.000
Santa Maria "	20.000
Pumatí "	15.000
Trapiche "	20.000
Ponte Nova "	15.000
Pontal "	10.000
Cambaíba "	10.000
Conc. de Macabú "	10.000

O novo processo de fermentação das USINES DE MELLE proporciona as seguintes vantagens:

Notavel aumento do rendimento de fermentação.
Aumento da capacidade de produção das instalações de fermentação.
Grande segurança e funcionamento tornando quase automático o trabalho.
Melhor qualidade do alcool fabricado.

Usineiros e distiladores, peçam informações a **GEORGES P. PIERLOT**
Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984
RIO DE JANEIRO

A CULTURA SIMULTANEA DA CANA DE AÇUCAR E DE LEGUMINOSAS

A idéia de fazer a cultura da cana de açucar simultaneamente com a de varias leguminosas tem sido sugerida em varias oportunidades e ensaiada especialmente em Mauritius, onde Sornay, desde 1916, advogava essa prática e lembrava o feijão soja como adaptavel ao fim visado. Os beneficios esperados são varios; e alem da vantagem imediata, em dinheiro, com a venda das leguminosas colhidas, conta o agricultor com o que representam, como adubo, os seus residuos, permitindo elas ainda um mais efifiente controle das ervas daninhas, ao mesmo tempo que protegem o solo da erosão e impedem que ele se torne compacto. E' evidente que essa prática envolve novas despesas, mas acredita-se que elas seriam compensadas pelo valor do produto. Há um aspecto, porem, que ainda não foi convenientemente esclarecido. E' o seguinte: Qual será a influencia que sobre as culturas de cana exercerão as leguminosas ? Procurando responder a essa pergunta, os técnicos V. C. Alma e J. P. Tiangsing escrevem um artigo numa revista especializada das Filipinas, do qual vamos dar um resumo para conhecimento dos nossos leitores.

O trabalho dos citados técnicos apresenta os resultados combinados de duas experiencias, realizadas uma na estação de outubro de 1935 a fevereiro de 1936, e a outra na estação de setembro de 1936 a fevereiro de 1938. Em cada caso, estabeleceram-se quatro canteiros repetidos, compreendendo os seguintes tratamentos: (a) controle; (b) rotação com amendoim; (c) rotação com feijão soja; (d) adubação com sulfato de amonia (20,6 por cento de nitrogenio disponivel), aplicada em torno da semente antes de ser esta coberta e na proporção de 300 quilos por hectare. As sementes consistiam de roletes com três ou mais olhos, imersos em agua corrente durante 36 horas, antes do plantio; os roletes foram plantados em sulcos de um metro, com um intervalo de 50 centímetros entre eles. Antes de cobrir os sulcos, duas ou três sementes da respectiva leguminosa eram colocadas na fileira, entre os roletes.

Diferenças entre os canteiros tornaram-se logo evidentes. No canteiro de controle, a germinação dos roletes foi em media, na primeira experiencia, de 88,98 mais ou menos 0,60; nos canteiros de sulfato de amonia, 93,53 mais ou menos 0,42; nos canteiros de amendoim, 75,49 mais ou menos 1,10; e nos canteiros de feijão soja, 79,34 mais ou menos 1,28 por cento. Verifica-se, pois, que o efeito do sulfato de amonia sobre a germinação parece ter sido benéfico, enquanto a cultura simultanea de leguminosas foi nociva. As leguminosas germinaram três semanas antes da cana e a explicação dada para esse fato é que as leguminosas agem como competidoras na limitada quantidade de umidade existente, ao passo que o sulfato de amonia age como absorvente da umidade.

Notou-se tambem que a proliferação de ervas daninhas foi mais abundante nos canteiros com sulfato de amonia do que nos de cultura simultanea. Infelizmente, o rápido crescimento das leguminosas não só eliminou as ervas daninhas como prejudicou o desenvolvimento das canas. Tomando as cifras referentes à colheita na segunda experiencia como medida de crescimento relativo (colmos em condições de serem moidos por touceira), encontramos os seguintes dados: para o canteiro de controle, 4,03; para o de sulfato de amonia, 4,80; para o de cultura simultanea com amendoim, 3,63; para o de cultura simultanea com feijão soja, 3,80. Não houve diferença apreciavel na produção de colmos que não estavam em condições de serem moidos.

Os efeitos da parada de desenvolvimento foram evidentes nas safras. Na primeira experiencia, o rendimento de canas em toneladas por hectare foi: no canteiro de controle, 68,07; no canteiro com sulfato de amonia, 78,14; no canteiro de cultura simultanea com amendoim, 58, 58; no canteiro de cultura simultanea com feijão soja, 62,57; o rendimento de açucar, **piculs** (1) por hectare, foi, na mesma ordem, o seguinte: 97,03, 96,55, 60,32 e 70,63. Na segunda experiencia, as cifras relativas ao rendimento de cana foram estas, respectivamente, 70,32, 77,11, 56,94 e 66,53; e quanto ao rendimento de açucar, 103,45 125,01, 96 e 96,52. Uma comparação mais minuciosa dos resultados mostra uma diferença entre as duas experiencias. Enquanto nenhum dos três tratamentos afetou o teor de sacarose da cana na segunda experiencia, na

(1) — 63,25 kg.

A DOENÇA DAS LISTAS AMARELAS DA CANA

Com base nas observações que fez durante o ano de 1920, Martin, em 1930, apresentou o primeiro relatorio a respeito da doença da cana de açucar, denominada doença das listas amarelas (chlorotic streak), designação essa que foi dada em 1932, no congresso da Sociedade Internacional dos Tecnologistas da Cana de Açucar. O relatorio em apreço referindo-se às observações feitas nas plantações da Olaa Sugar Company, em Hawaí, com a variedade POJ 36 e nele se reconhecia a semelhança do mal com o que Wilbrink estudara em Java e lá se conhecia sob o nome de "quarta doença". Desde então, a doença das listas amarelas foi identificada em Porto Rico, Queensland, Mauritius e Luisiana.

Como o proprio nome o indica, o sintoma característico é a presença de uma ou mais listas amareladas nas folhas, seguindo as nervuras e raramente penetrando na bainha. Essas listas, quanto ao contorno, são tipicamente difusas, no que se distinguem da **leaf scald.** Nas folhas onde ocorrem varias listas, encontram-se tambem areas necróticas. Outros sintomas são a descoloração dos feixes vasculares nos nós e uma diminuição mais ou menos evidente do crescimento. A ocorrencia da molestia, pelo menos nas suas formas mais agudas, é limitada aos distritos mais úmidos. As varidades de cana variam consideravelmente uma das outras quanto à suscetibilidade; quando se plantam sementes atingidas pelo mal em terreno seco — mesmo que sejam de variedade suscetivel — os sintomas que em seguida aparecem são temporarios e em forma atenuada. Nessas condições, parece que a doença não é transmissivel.

Do ponto de vista comercial, um fato de grande importancia é este: enquanto a doença é transmitida pelos roletes que servem de semente, é possivel obter um controle quase completo pelo tratamento dos roletes com agua à temperatura de 52.° C., durante 20 minutos. Muitos outros fatos, todavia, como o de que todos os anos aparecem contaminados "seedlings" de novos híbridos, provam que há um outro meio pelo qual se propaga o mal.

A descoberta que logo se fez de um meio prático de controle pelo tratamento com agua quente, é talvez a razão que explica o fato de não estar ainda suficientemente esclarecida a verdadeira natureza da molestia. Recentes pesquisas levadas a efeito em Hawaí, sugerem, todavia, que o mal é devido a um quitrideo (Chytrid), gênero de primitivos e obscuros fungos, classificados entre os ficomicetos e descritos por C. W. Carpenter, em artigo para o "Hawaiian Planter's Record".

Os primeiros esforços no sentido da descoberta de um organismo causador do mal falharam, pois não foram isolados organismos considerados capazes de uma re-infecção, fracassando tambem todas as tentativas de transmissão direta ou indireta da doença; não deu resultado positivo mesmo o plantio em presença de insetos vetores potenciais. Esses trabalhos levaram a um estudo mais acurado dos tecidos necróticos. Foram então encontrados esporos esféricos, que somente podiam ser criados em culturas associadas a bacte-

---

primeira o mais baixo rendimento de açucar por tonelada de cana resultou tanto das aplicações de sulfato de amonia como da intercultura com o amendoim. Os respectivos rendimentos por tonelada de cana para os canteiros de controle, de sulfato de amonia, de amendoim e feijão soja foram, em **piculs**, na primeira experiencia, 1,44, 1,22, 1,02 e 1,33, e na segunda 1,49, 1,61, 1,71 e 1,46.

O artigo de que nos estamos servindo não dá suficientes detalhes que nos habilitem a fazer um balanço acurado dos resultados. Contra o mais baixo rendimento de açucar deve-se colocar o lucro que se obtem com as safras de leguminosas. Convem notar que os rendimentos de amendoim e feijão soja obtidos na intercultura são bastante inferiores aos que normalmente se obtêm na cultura pura.

(Adaptado de "The International Sugar Journal")

rias, e que apresentavam pontos de semelhança com esporos anteriormente encontrados em tecidos doentes e cuja importancia não foi, no momento, reconhecida. Essas culturas produziam um fungo primitivo, de estagios ameboides, suspeitando-se, embora não se tenha provado, que esse fungo se relacione com o quitrideo acima referido.

Pretende-se que o organismo aquí considerado seja um quitrideo pelo fato de lhe faltar um estagio micelial. Na sua forma mais conspicua, apresenta-se com esferas negras e densas, espalhadas dentro das células do parênquima e muitas vezes tomando a forma das células dentro das quais se encontram. As esferas menores são hialinas ou cinzentas; e se não é possivel observá-las mais cedo, isso se deve ao fato de que se localizam ao longo de linhas longitudinais. As observações feitas nesses corpos acusam uma forte semelhança com o "Physoderma", doença do milho. Numerosos estagios do desenvolvimento do organismo são descritos, mas não ligados de maneira a formar uma historia coerente da sua vida.

A semelhança que se notou entre o organismo e o "Physoderma" do milho sugeriu uma comparação entre os dois, não limitada ao aspecto morfológico. Em ambos, os mais importantes fatores que controlam a molestia são a temperatura e a umidade. No caso do milho, a infecção se manifesta naquelas partes da folha, protegidas do sol e do vento e nas quais a agua da chuva permanece por mais tempo. A doença é muito comum, portanto, nas areas baixas e úmidas, onde a atmosfera permite que a agua permaneça na bainha o tempo suficiente para que os esporos proliferem. São essas as condições, segundo se acredita, que favorecem a eclosão da doença das listas amarelas na cana, embora o sistema de propagação vegetativa adotado faça com que a cana apresente os meios mais importantes de distribuição.

Outra feição da doença pode ser referida: a ocorrencia de depósitos de uma goma vermelha ou amarela nos vasos condutores, especialmente nos nós. Embora esses depósitos possam obturar os vasos, a sua ocorrencia não basta para explicar o fato de ficarem as folhas listadas. Isso parece ser uma associação de corpos plasmáticos e pequenas esféras do presumido quatrideo com cloroplastos, que mais provavelmente explicariam o fenômeno das listas. E' claro que se faz mister a continuação dos trabalhos em torno da doença a que nos temos referido para que a sua verdadeira natureza possa ser claramente conhecida.

(Traduzido de "The International Sugar Journal").

Historia contemporanea do açucar no Brasil

Preço . . . . . 10$000
Pelo Correio . . . . . 10$600

Aspectos açucareiros de Pernambuco

Preço. . . . . 8$000
Pelo Correio . . . . . 8$600

por Gíleno Dé Carlí

A venda no Instituto do Açucar e do Alcool

Fornecedores de Distilarias Completas

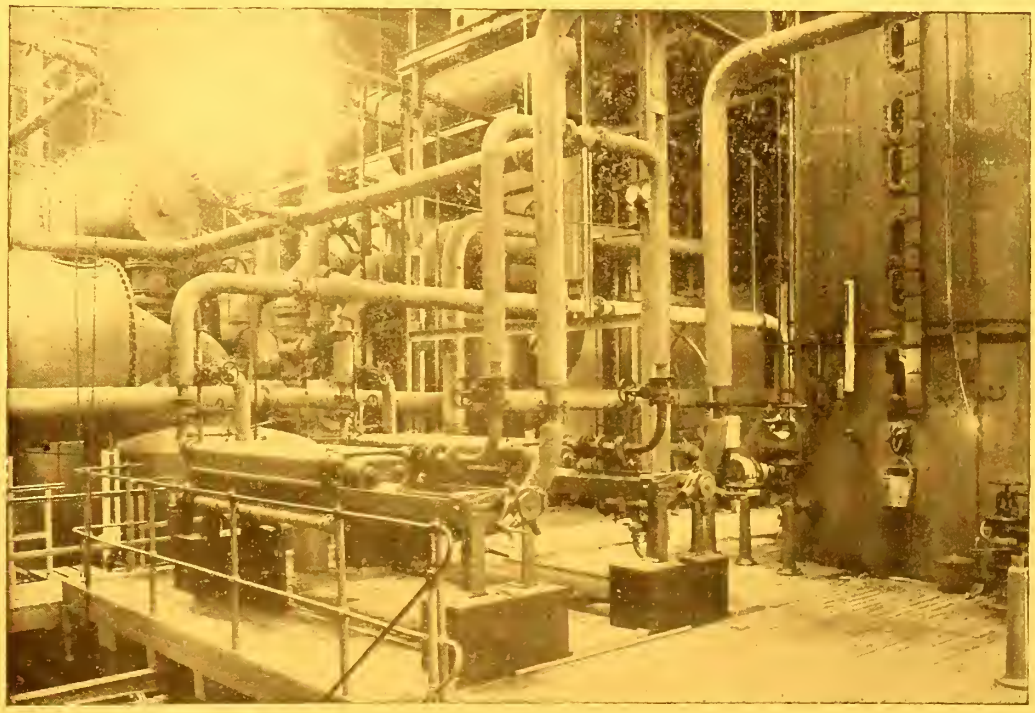
Distilação - Retificação - Deshidratação

Construtores Licenciados

PELAS

USINES DE MELLE

Instalações d'Echaudage — Transmissores de calor de placas



INSTALAÇÃO D'ECHAUDAGE

THE ALUMINIUM PLANT & VESSEL Co. Ltd., Wandsworth - London

Informações: - HENRY J. LAWLESS (Representante Geral no Brasil)

Caixa Postal 1399 Rio de Janeiro Brasil

O SUPLICIO DOS LAVRADORES DE CANA NA TERRA GOITACA' NO SECULO XVII

Alberto Lamego

IV

Os lavradores de cana, ao terem conhecimento da resolução regia de 26 de agosto de 1752, que determinara fosse ajustada a compra da capitania da Paraiba do Sul, receiando que ainda dessa vez não fossem libertados do dominio dos Assecas, levaram ao conhecimento do monarca "o desassossego e susto em que viviam", por não terem as suas vidas garantidas, apresentando um rol de crimes havidos na terra goitacá nos últimos meses e suplicavam que os cobrisse com a jurisdição real.

"Há um ano a essa parte", diziam, "se contam por 11 as mortes feitas e os ferimentos graves atingem a 30 e tudo por adidos da Casa do Visconde".

Era urgente que se desse execução ao ajuste, para que não mais governassem o visconde e seus assalariados. A miseria reinava em todos os lares, por causa do confisco ou abandono das engenhocas e lavouras de cana.

Os dízimos que, no trienio de 1748, tinham sido arrematados por 36 mil cruzados, não alcançaram 28 mil no seguinte.

Sobre a justa pretenção dos lavradores se pronunciou o Procurador da Fazenda, amigo do Visconde de Asseca: "Aos peticionarios não pertence a missão do ajuste, que se há de fazer entre o donatario e os Procuradores Regios que o executarão como e quando lhes parecer. Lisboa 31 de janeiro de 1753".

Não obstante acordarem com este parecer o Procurador da Coroa e o Conselho Ultramarino, ordenou el-rei, em 5 de fevereiro seguinte, que sem demora se procedesse ao reclamado ajuste.

A resolução regia veiu por termo às delongas; o ajuste seria feito imediatamente e não quando parecesse ao Procurador da Fazenda, como, com toda arrogancia, havia declarado na súplica dos lavradores.

O Visconde de Asseca não podia acreditar no que se passava. A perda de tantos proventos, que lhe vinham da sua capitania, ia abrir um grande vácuo nas suas finanças, já bastante estremecidas, com os faustos da Corte e comprometidas por causa de seus inúmeros credores.

Lançou, por isso, mão dos últimos argumentos para demover a Coroa da resolução tomada.

Invocou os serviços dos seus antepassados, não calando o nome do general Salvador Correia de Sá e Benevides, "o felicíssimo restaurador de Angola e do Congo, em cuja atenção fora dada a seus avós por D. Pedro, de gloriosa memoria, a capitania que os seus revoltosos moradores queriam tirar-lhe, esses mesmos justamente castigados pelo general Gomes Freire de Andrade e condenados pela Relação da Baía ao degredo e às penas vís e pecuniarias".

Debuxou com negras cores o quadro em que se viam as suas fazendas de morgado, assaltadas por hordas de malfeitores que livres da sua jurisdição e do seu governo "se vingariam do ex-donatario em infalivel ruina".

Implorou ao monarca que, pela memoria que devia conservar dos seus antepassados, o atendesse nas muitas honras e interesses que tinha na sua capitania, onde tambem se achavam as ditas fazendas, que sem o seu governo não dariam rendas para manter a sua Casa.

Terminou a sua súplica com estas palavras: "Se V. Mag. lhe parecer conveniente ao seu real serviço a compra da minha capitania, não será justo que sendo tão facil o equivalente das fazendas de morgado e ainda mais facil o equivalente do honorífico, se deixe comprar uma e outra cousa."

Era, porem, irrevogavel a decisão d'el-rei e no dia 8 de fevereiro de 1753 os Procuradores Regios, drs. Paulo José Correia e Gonçalo José da Silveira Preto, convidaram-no a apresentar as bases para o ajuste.

O Visconde de Asseca, no dia seguinte, enviou como resposta um longo escrito intitulado: **"Reflexões que devem fazer os srs. Procuradores Regios, para poder-se conseguir com igualdade um acordo para compra e venda da Capitania da Paraíba do Sul".**

Como era preciso, antes de discutir os preliminares do ajuste, preparar o terreno

para o sucesso da sua causa, o Visconde tocava no teclado: "Primeiramente, devem os srs. Procuradores Regios ponderar quanto merece ser atendido um vassalo, que para dar gosto ao seu Soberano sacrifica os interesses da sua Casa e de todos sucessores, quando se resolve a largar mão de todas as jurisdições que logra como donatario, no mesmo lugar em que tem estabelecido o seu morgado, cuja circunstancia se não acha em outra alguma capitania do Brasil".

Com muita habilidade traçou o Visconde as suas **Reflexões** — um verdadeiro balanço — onde se demonstravam as suas perdas presentes e futuras e os grandes lucros que adviriam para a Coroa, desde que fosse realizada a premeditada transação.

E dizia: "Renunciando a sua donataria perderia: o senhorio de 20 leguas de costa e 10 de sertão com todas as ilhas que se descobrissem, 10 leguas ao mar na frontaria das mesmas 20 leguas.

Perderia: o senhorio das duas vilas de S. Salvador e de S. João da Barra; a nomeação de 1 capitão-mor e de 2 sargentos; a de 8 Companhias de Ordenação e duas de cavalos, "providos todos por ele".

Perderia: o provimento de duas alcaidarias-mores das ditas vilas.

Perderia: a nomeação de um ouvidor com alçada até 100$000 nas causas civeis, sem apelação ou agravo e nos crimes, até 10 anos de degredo e 100 cruzados de pena, ainda sem o mesmo recurso legal".

Perderia: o privilegio de poder fazer novas vilas dentro da sua capitania.

Perderia: o provimento de todos os oficios e o privilegio de servirem os nomeados por suas cartas "e a estimavel regalia de criar todos os tabelionatos que julgasse necessarios, o que não é permitido nem aos vice-reis do Brasil".

Perderia: o rendimento de todos os oficios que pelo foral lhe pertenciam, "produzindo cada um mais de 6 mil cruzados".

Perderia: o priivlegio **"de ter ele só o poder de fabricar ou dar licença para novos engenhos ou engenhocas em todo o distrito da sua capitania, recebendo deles os tributos".**

Perderia: os direitos de passagens dos dos rios Macaé, para a parte do Rio de Janeiro e Paraiba do Sul para a parte de Espírito Santo e tambem as esperanças "não muito mal fundadas" do descobrimento de minas de diamante e outras que pelo foral lhe pertencem.

Perderia: 450$000, da importancia da redízima que se lhe pagavam pela Provedoria do Rio de Janeiro, por se acharem arrendados os dízimos da sua capitania, e tambem 300$000 da redízima pelo que pertencia ao ramo arrematado pela Provedoria da Baía.

Perderia, enfim: a dízima do pescado e as esperanças de ver cada vez mais aumentados os rendimentos da sua capitania.

Vejamos agora quais os lucros que, no dizer do Visconde, iria auferir a Coroa, se a esta fosse anexada a sua capitania, "que passaria a pagar os mesmos direitos que se costumavam a cobrar das mais do Brasil, sendo que os seus moradores o fariam com mais gosto, por se verem livres da sua obediencia, o que tanto almejavam".

Receberia: as rendas dos oficios, avaliados em 6 mil cruzados; a redízima em mais de 700$000; os tributos dos engenhos e passagens dos rios, "mal cobrados pela rebeldia dos moradores", mas computados em 200$000; a dízima do pescado e outros direitos, "tudo em cerca de oito mil cruzados, anualmente".

Receberia: os mesmos impostos que se cobravam em todos os portos do Brasil, "das 70 embarcações que entravam e saíam da Caraíba, continuamente."

Receberia: os mesmos direitos que se pagavam em todas as terras do Brasil "do que entrasse para o consumo de mais de 10 mil habitantes, bem do que fosse exportado: mantimentos, gado, assim por terra como por mar".

Receberia, em suma: todos os salarios, imposições, direitos, inclusive o de sal e todos os mais que fossem estabelecidos e que deviam orçar em 25 mil cruzados anualmente.

Em troca de tantos beneficios que dava e do honorífico que perdia, o Visconde exigia para todos os sucessores de sua Casa o título de Visconde de Asseca, com as honras de Conde, as quais deviam lograr, com o mesmo título, todos os que tivessem o direito de suceder na donataria.

Exigia mais o pagamento anual de 8 mil cruzados e, em atenção do desamparo em que ficavam as fazendas do seu morgado, que

se lhe desse mais, na ocasião de assinar a escritura, a soma de 24 mil cruzados.

A sua proposta não foi aceita, pois os Procuradores Regios ofereceram-lhe muito menos do que pedira.

Não lhe davam 24 mil cruzados no ato da escritura; a pensão anual seria reduzida a 4 mil cruzados, mas não se opunham à concessão das honras de Conde, no título que já possuia.

Em 30 de abril, isto foi comunicado ao Visconde pelo Procurador da Fazenda, que no dia seguinte respondeu aceitando o que se lhe propunha e acrescentando: "Fio da sua equidade, para empregar os seus bons oficios de salvar o prejuizo que possa resultar à minha fazenda para o futuro, de qualquer novidade que se queira estabelecer nos Campos".

A Coroa, que tinha urgencia em por termo às discordias que reinavam na terra goitacá, confirmou o acordo e em 1 de junho expediu o decreto que tanta alegria trouxe aos lavradores de cana e ao seu advogado, Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, que ainda se achava em Lisboa e que só regressara, depois de conseguir o perdão dos patriotas e a supressão do dominio dos Assecas na terra goitacá.

A escritura de permuta e subrogação da aludida capitania foi lavrada em 14 do mesmo mês nas notas do tabelião Manuel de Passos Carvalho, representando o imediato sucessor Luiz José Correia de Sá, então governador de Pernambuco, o seu irmão Fr. Salvador Correia de Sá.

Por determinação regia, o dr. Francisco Sales Ribeiro, Ouvidor do Espírito Santo, incorporou à Coroa, a Capitania da Paraíba do Sul, com assistencia dos juizes, oficiais da Câmara, clero, nobreza e povo, convocados para o ato.

E para que todos soubessem que não mais se achavam sujeitos à jurisdição de Martim Correia de Sá e Benevides, 4.º Visconde de Asseca e último donatario da referida capitania, mandou afixar editais e fazer os pregões, ao som de caixas.

A vila de S. Salvador foi sequestrada e passou para a jurisdição real, em 30 de novembro, e a de S. João Da Barra, em 2 de dezembro de 1753, datas em que foram postos em hasta pública os direitos de passagens dos rio Paraiba e Macaé, "a meia dízima de todo o peixe que se pescasse na capitania, e **notificados os senhores de engenhos e de melinetes**, para pagarem os seus impostos, logo do dia da posse à Fazenda Real".

Na mesma ocasião, o Ouvidor suspendeu todos os oficios de justiça e milicia, providos pelo donatario, até terem os seus títulos confirmados pelo governador do Rio de Janeiro.

Era a autopsia dos últimos dias do reinado dos Assecas na terra goitacá e o ferro em brasa na sua justiça venal, origem de todas as calamidades que sofriam os campistas. Embora atenuados, não cessaram por completo os suplicios dos lavradores de cana, que cultivam as extensas terras do morgado do Visconde, o qual ainda subsistia, como veremos.

Empresa Comercial Importadora Ltda.

Representantes exclusivos no Brasil de

LEEDS & NORTHRUP

FILADELFIA — U. S. A.

Fabricante dos afamados aparelhos:

MICROMAX para a indicação, registro e controle automático do pH., aparelho indispensavel na industria açucareira moderna.

Os aparelhos Micromax estão instalados em cento e cinquenta das mais importantes usinas de açucar do mundo.

PONTES para a determinação da cinza no açucar.

Peçam informações e catálogos.

Rua Araujo Porto Alegre, 70 — 8.º andar sala 804

Tels. 42-9460 e 42-9649

LEGISLAÇÃO

BRASIL

PERNAMBUCO

DECRETO-LEI N.º 616 — De 30 de abril de 1941

O Interventor Federal no Estado, no uso de suas atribuições, baixa o seguinte decreto aprovado pelo Departamento Administrativo:

Artigo 1.º — O Governo do Estado autorizará a Cooperativa Central dos Banguezeiros a contratar, com a garantia do Estado, empréstimos, em dinheiro, até o valor de.... 2.650:000$000, com o Instituto do Açucar e do Alcool, destinadas as respectivas importancias ao financiamento de entre-safras aos produtores de açucar banguê.

§ 1.º — Os empréstimos para o financiamento serão concedidos aos banguezeiros que se obrigam a fazer, em suas terras, a cultura de plantas alimenticias (feijão, mandioca e cereais) na proporção de 5% da area ocupada com os canaviais de primeiro corte, reservando mais 5% da area total de cana para a pecuaria na base de um bovino por hectare de pasto.

§ 2.º — Estes empréstimos serão realizados a título de financiamento da entre-safra de 1941-1942, e não poderão ultrapassar ao equivalente de 7$000 por saco de açucar bruto; tomando-se por base 80% da quota de produção de cada engenho e nunca ultrapassando as respectivas limitações estabelecidas pelo Instituto do Açucar e do Alcool.

§ 3.º — Os juros a cobrar serão de 9% a. a., elevaveis a 10% a. a., no caso de mora, e o prazo dos contratos o que as partes acordarem.

Artigo 2.º — As importancias totais dos empréstimos feitos aos banguezeiros serão divididas em prestações mensais, iguais e correspondentes ao número de meses que abrangem o período da entre-safra.

Artigo 3.º — A Cooperativa Central dos Banguezeiros poderá, quando assim o julgar conveniente, reduzir o limite máximo para os empréstimos fixados no parágrafo primeiro do artigo primeiro, tendo em vista as necessidades do banguezeiro, as garantias e idoneidade do mesmo e demais outras circunstancias que lhe pareçam em cada caso dignas de ser tomadas em consideração.

Artigo 4.º — Qualquer impugnação formulada pelo Governo do Estado ou por delegados seus será aceita pelo Instituto do Açucar e do Alcool e pela Cooperativa dos Banguezeiros.

Artigo 5.º — Para melhor garantia e resguardo dos interesses do Estado e do Instituto do Açucar e do Alcool, não serão admitidos à realização de empréstimos aqueles banguezeiros que estejam em situação financeira premente, de modo a tornar possivel a paralização de suas atividades antes de finda a safra, excetuadas aquelas firmas que possam oferecer fiança, de coobrigados de primeira ordem, capazes de responder por si só pela operação, mediante consentimento expresso do Chefe do Governo.

Artigo 6.º — Ficam mantidas as taxas especiais de 8$000 e $100 para saco de açucar produzido de qualquer qualidade que se destinam à primeira amortização do capital mutuado, juros e demais obrigações dos devedores e a segunda a indenizações das despesas de avaliação, fiscalização e outras semelhantes, feitas pelo Instituto mutuante.

Artigo 7.º — A arrecadação da taxa especial de 8$000 e da taxa adicional de $100, referidas no artigo anterior, será feita pela Cooperativa Central dos Banguezeiros no ato da entrega, em seus armazens, dos açúcares procedentes dos engenhos dos produtores que se tenham utilizado do financiamento de que trata o § 2.º do artigo 1.º, deste decreto-lei.

Artigo 8.º — A Cooperativa Central dos Banguezeiros emitirá em favor do mutuario talão comprobatorio do pagamento das taxas relativas a cada remessa de açucar, em duas vias, constituindo a primeira documento privativo do mutuario, que a utilizará como instrumento liberatorio de cada parcela correspondente de açucar.

§ único — A 2ª via do talão referido neste artigo ficará fazendo parte do arquivo da Cooperativa Central dos Banguezeiros.

Artigo 9.º — Nenhum mutuario poderá remeter o seu açucar para outra praça que não seja a do Recife ou das cidades onde existirem entrepostos da Cooperativa Central dos Banguezeiros, sem o previo pagamento das

taxas nomeadas no artigo 6.º deste decreto-lei.

Artigo 10.º — Quando a importancia arrecadada de um contribuinte, em virtude da taxa de 8$000, de que trata o artigo 6.º for suficiente para o pagamento do capital que lhe houver sido mutuado, juros, despesas e mais responsabilidades decorrentes do contrato, considerar-se-ão extintas as taxas citadas pelo presente decreto-lei em relação ao mesmo contribuinte, sendo em consequencia suspensa imediatamente a respectiva cobrança.

Artigo 11.º — O açucar transportado clandestinamente será apreendido, lavrando-se o competente auto pelo fiscal, assinado pelo condutor ou a rogo deste por duas testemunhas, sendo o processado encaminhado à Secretaria da Fazenda.

§ único — O açucar apreendido de acordo com o estatuido neste artigo será vendido por intermedio de um corretor à ordem do Secretario da Fazenda. Do produto da venda serão deduzidas as taxas a que se refere o artigo 6.º; a importancia da multa que será recolhida ao Tesouro do Estado como renda eventual e qualquer despesa determinada pela apreensão. O saldo porventura existente será depois devolvido ao infrator.

Artigo 12.º — Para cada infração do presente decreto-lei, alem da apreensão prevista no artigo anterior, será imposta a multa de 500$000 a 5:000$000, elevada ao dobro na reincidencia e cobravel por executivo fiscal.

Artigo 13.º — Para completo controle do serviço de fiscalização os mutuarios ficarão obrigados a apresentar o orçamento de aplicação do financiamento, o qual deverá ser rubricado pelas partes contratantes, passando este documento a constituir parte integrante do contrato.

§ único — A Cooperativa Central dos Banguezeiros remeterá semanalmente à Secretaria da Fazenda um mapa de todo o açucar produzido e transportado pelos engenhos dos produtores financiados.

Artigo 14.º — Os contratantes apresentarão à Secretaria da Fazenda quitação dos impostos federais, estaduais e municipais, sob pena de não ser firmado pelo titular daquela Secretaria o respectivo contrato.

Artigo 15.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrario.

(aa) **Agamenon Magalhães.**
Apolonio Sales.
José do Rego Maciel.

("D. do Estado", 1-5-41).

ALAGOAS

DECRETO-LEI N.º 2.663 — De 8 de maio de 1941

Estabelece a comissão de $400, por saco de 60 quilos, cobravel sôbre as vendas de açucar, tipo banguê, efetuadas por intermedio da Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.

O Interventor Federal no Estado de Alagoas, usando das atribuições que a lei lhe confere, de conformidade com o inciso IV do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n.º 102, do Departamento Administrativo do Estado, e,

considerando que o referido art. 8.º do Decreto-Lei n.º 2.619, de 10 de setembro de 1940, tornou obrigatoria a venda dos açúcares banguês, por intermedio da Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas;

considerando que o referido art. 8.º criou encargos à Cooperativa aludida, sem lhe dar meios de, eficientemente, atendê-los,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas autorizada a cobrar pelos serviços oriundos do art. 8.º do Decreto-Lei n. 2.619, de 10 de setembro de 1940, a comissão de $400, por saco de 60 quilos, sobre as vendas dos açucares efetuadas pela mesma.

§ único — O saldo que porventura resultar da comissão arrecadada, por ocasião do balanço anual, será distribuido proporcionalmente entre os que para ela contribuiram.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, despachou os seguintes processos :

Em 11-3-41

581/39 — Maria Joaquina de Alvarenga — Campo Belo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.828/39 — Antonio Alves de Sousa — Pontalina — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.100/39 — Alfredo de Almeida Braga — Santa Branca — SP — Cancelamento de inscrição — Arquivado por ter o requerente desistido do seu pedido.

551/40 — João Alves Tinin — Jardim — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

567/40 — Carlos Frossard de Sousa e outros — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

649/40 — José Alves de Lanna — Itanhomí — Tarumirim — MG — Montagem de engenho de rapadura — Deferido.

1.182/40 — João Francisco de Figueiredo — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.229/40 — Leontino Borges Pires — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.230/40 — Manuel dos Passos Cortes — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.438/40 — Carlos Mendes Peixoto — Ubá — Minas Gerais — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.664/40 — João Ferreira Diniz — S. José Calçado — ES — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

1.688/40 — Lázaro Teixeira de Toledo — Buenópolis — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.885/40 — Eliseu Pereira Nunes — Picos — PI — Transferencia de engenho — Deferido.

2.356/40 — Antonio Tavares Pereira — Ubá — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.520/40 — Arnaldo de Faro Sobral — Rosario — SE — Transferencia de inscrição — Autorizada a transferencia de acordo com o parecer da Secção Jurídica.

2.609/40 — Antonio Francisco da Silva — Monte Alegre — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.656/40 — Josefino Anisio dos Reis — Mesquita — MG — Modificação de registro — Deferido.

2.928/40 — Manuel Alves Vilela e outros — Piranga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por já se achar inscrito.

3.399/40 — Felix Guisard Filho — Taubaté — S. Paulo — Inscrição de engenho e de aguardente — Mandou fazer a inscrição, nas condições indicadas no parecer, ou seja, relacionando-se o maquinario existente para o fabrico de aguardente.

3.004/40 — Benedito Pereira Gomes — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.081/40 — Delfino Pio de Oliveira — Viçosa — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.155/40 — Antonio Ciscoto — São João Nepomuceno — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.239/40 — Camilo Mota — Cambucí — RJ — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

3.418/40 — Coriolano Fontenele — Viçosa — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por já se achar inscrito.

3.512/40 — Manuel Inacio de Sousa — Frutal — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.531/40 — Francisco Paulino de Oliveira — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.069/40 — Julio Cipriano — Governador Valadares — MG— Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

4.106/40 — J. Ursulo & Irmãos — Sapé — PB — Inscrição de fábrica de alcool — Deferido.

4.137/40 — Camilo Carvalho de Oliveira — Sto. Amaro — BA — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

Em 25-3-41

6.093/35 — Fortunato Reinaldo do Rego — Alagoas do Monteiro — PB — Inscrição de engenho — Deferido.

7.799/35 — Albino Pegoraro — Cambucí — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

74/36 — Manuel Bento — Senador Pompeu — CE — Baixa de inscrição — Arquivado por ter o interessado desistido do seu pedido.

143/36 — Antonio Borges Ribeiro — Bomfim — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

593/36 — Adelino Batista de Sousa — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Arquivado por ter o requerente desistido do seu pedido.

Art. 2.º — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e da Produção assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo do Estado de Alagoas, em Maceió, 8 de maio de 1941, 53º da República.

Ismar de Gois Monteiro.
Orlando Valeriano de Araujo.

(D.O., 10-5-41).

2.210/36 — Bertoldo Oliveira — São Vicente Ferrer — MA — Inscrição de engenho — Deferido.

29/38 — Mariano de Sousa Brandão — Passos — MG — Inscrição de engenho — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

838/38 — Antonio Furtado de Mendonça Neto — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

2.096/38 — Fidelis Martins Rocha — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

2.344/38 — Manuel Antonio de Matos — S. Tomaz de Aquino — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.345/38 — José Antonio de Maria — S. José de Piranhas — PB — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.371/38 — Luiz Marques — Mar de Espanha — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.414/38 — João Pitangui — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.188/38 — José Ferreira da Silva — Itaperuna — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.214/38 — Bento Lopes de Faria — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.242/38 — Manuela Augusta de Morais — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.403/38 — A. Pedrosa Lira — Guarabira — Paraíba — Montagem de fábrica de aguardente. — Deferido.

3.809/38 — Manuel Luiz Candido — São Paulo — Transferencia de inscrição — Arquivado por estar prejudicado, de vez que o interessado já deixou de ser proprietario.

838/39 — Joaquim Bernardes de Novais — Tupaciguara — MG — Transferencia de engenho — Deferido.

1.305/39 — Luiz Pimenta de Padua — S. Sebastião do Paraiso — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

1.627/39 — João Gomes Coutinho — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.747/39 — Manuel Vitorino da Silva — Joazeiro — CE — Remoção de engenho — Deferido.

2.069/39 — Emilio Machado Ribeiro — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

2.115/39 — Alfredo José de Oliveira — Frutal — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.184/39 — Francisco Lopes de Farias Lima — Atalaia — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.401/39 — Abido Bussade — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.582/39 — José Xavier de Araujo — Capela — AL — Inscrição de engenho — Indeferido.

3.396/39 — Rodolfo Malard — Pirapora — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.606/39 — Edesio Guimarães Gonçalves — Tarumirim — MG — Montagem de alambique — Deferido.

3.618/39 — Caetano Cera — Piracicaba — SP — Instalação de alambique — Deferido.

3.696/39 — Cortizo, Faingold & Cia. — Jaboatão — PE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.840/39 — João de Santana Pithon — Sto. Antonio de Jesus — BA — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.208/39 — Daví Paulati — Rio Preto — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.264/39 — Idalina Maria de Jesus — Goiandira — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.293/39 — Francisco Gonçalves de Oliveira — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.301/39 — Manuel Ribeiro Quintan — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.374/39 — Messias Pinto Guimarães — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.640/39 — Manuel Soares — Vila Cristina — SE — Incorporação de quota — Arquivado por ter o requerente desistido do seu pedido.

35/40 — Raul José Riane — Tarumirim — MG — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido.

227/40 — José Joaquim Garcia Rosa — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

250/40 — João P. Malimann — Estrela — RGS — Transferencia de inscrição — Deferido.

550/40 — Teodomiro Filgueiras Sampaio — Jardim — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

796/40 — Manuel Augusto Gonçalves — Miraí — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

965/40 — João Evaristo de Lima — Passos — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

964/40 — Benvindo Ferreira Neves — Passos — MG — Cancelamento de inscrição — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

1.111/40 — Francisco de Paula Gomes — Curvelo — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

1.144/40 — João Prudencio da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.265/40 — Ernesto Lopes Filho — Atalaia — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.449/40 — Urbano Procopio de Oliveira Pires — Leopoldina — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.470/40 — Manuel Tobias Shuab — Bom Jesus de Itabapoana — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.738/40 — Antonio Galdino da Silva — Carangola — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não ter sido atendida a intimação do Coletor local.

1.800/40 — Sizelizio Simões de Lima — Itaberaí — GO — Inscrição de fábrica de aguardente e remoção de maquinario — Deferido.

1.992/40 — Alcindor Francisco de Aquino — Sto. Antonio do Monte — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.034/40 — Joaquim Peixoto de Sousa — Rio Bonito — Go — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.102/41 — Francisco de Assiz Amaro — Conselheiro Lafayette — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquivado por já se achar inscrito.

2.273/40 — João Passos de Matos — Guarará — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.351/40 — Vitorio Cocatte — Tocantins — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.471/40 — Vicente Lopes Rosado — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Indeferido.

2.556/40 — Artur Ribeiro da Costa — Curvelo — MG — Montagem de engenho rapadureiro — Arquivado, uma vez que o municipio onde seria instalado o referido engenho é servido por Estrada de Ferro.

2.621/40 — José Martins Jales — Viçosa — MG — Aumento de limite — Indeferido.

2.660/40 — Antonio Herculano de Amorim — Passos — MG — Montagem de engenho rapadureiro — Arquivado, uma vez que o municipio onde seria instalado o referido engenho é servido por Estarada de Ferro.

2.686/40 — Joaquim Furtado Maranhão — Mauriti — Ceará — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.711/40 — Adriano José das Mercês — Sto. Antonio de Jesus — BA — Inscrição de engenho — Deferido.

2.712/40 — Agostinho José das Mercês — Sto. Antonio de Jesus — BA — Inscrição de engenho — Deferido.

2.827/40 — Darci Henriques da Cunha — Itaperuna — RJ — Pedido de informações — O sr. Presidente mandou transmitir ao interessado a informação prestada pela Secretaria.

2.831/40 — Herval da Silva Lessa — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.866/40 — Benevenuto Rodrigues de Barros — S. Tomaz de Aquino — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.868/40 — Artur Justiniano de Santa Inês — Valença — BA — Alteração de inscrição — Indeferido.

2.929/40 — Virgilio Pinto Viana — Ubá — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.945/40 — Antonio da Silva Jardim — Padua — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado, por não haver o que deferir, uma vez que já se acha inscrito.

2.950/40 — Antonio Gonçalves do Couto — Itaocara — RJ — Inscrição de engesho rapadureiro — Arquivado por já se achar inscrito.

3.110/40 — Leopoldo Halkcmann & Cia. — Estrela — RGS — Pede seja considerado sem efeito seu pedido de baixa de inscrição de fábrica de aguardente — Arquivado, devendo-se comunicar aos interessados a situação real da fábrica neste Instituto.

3.226/40 — João, Augusto e Albino Melega — Piracicaba — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido.

3.389/40 — Severino Pereira de Sousa — Piancó — PA — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.953/40 — Gualberto de Assiz Pereira — Abre Campo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 25-3-41

4.160/40 — Pedro Antonio da Silva — Campina Verde — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.218/40 — Amancio Alves Pereira — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.235/40 — Adelina Sobreira de Figueiredo — Joazeiro — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.246/40 — Willy Rothe — Teófilo Ottoni — MG — Montagem de engenho de aguardente — Indeferido.

4.251/40 — Sebastião Pereira Paiva — Jequeri — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.252/40 — Sebastião Pereira Campos — Teófilo Ottoni — MG — Montagem de fábrica de aguardente — Arquivado em vista da decisão da Comissão Executiva em 20-2-41.

4.256/40 — Osorio Dutra do Nascimento — Rio Branco — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.264/40 — José da Fonseca Viana — Santa Luzia — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.277/40 — Jarbas Estrela — Ipamerí — GO — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.282/40 — Francisco Furtado de Melo — Mar de Espanha — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.283/40 — Francisco Ferreira da Silva — Divinópolis — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.286/40 — Agenor Duarte Melgaço — Pequí — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.292/40 — Arnô Froeder — Teófilo Ottoni — MG — Montagem de engenho de aguardente — Arquivado, uma vez que o Municipio onde seria instalado o engenho é servido por Estrada de Ferro.

4.295/40 — Claudio Afonso Ferreira — Santa Luzia — GO — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 27-3-41

2.677/39 — Firmo Moreira da Silva — Siqueira Campos — EP — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.099/39 — Modesto Viana Borges — Cristalina — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.177/39 — José Fernandes dos Santos — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.678/39 — Virgilio José de Oliveira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.121/40 — Marcionilio Gomes da Silva — Arassuaí — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

3.122/40 — Mario Murta — Arassuaí — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

4.317/40 — Miguel de Oliveira Carmo — Leopoldina — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 28-3-41

2.023/35 — Antonio Ventura da Costa Coutinho — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Arquivado por não haver o que deferir.

1.342/38 — Cristiano Fernandes Silva — Sa-

pucaia — RJ — Redução de limite — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

2.066/38 — Hildebrando Araujo — Itabaianinha — SE — Transferencia de quota — Arquivado por terem desistido da referida transferencia.

2.177/38 — Alfredo Gomes de Moura — Pacotí — CE — Inscrição de engenho — Mandou interditar o engenho porque o interessado não apresentou as provas exigidas.

2.697/38 — Francisco Pereira Pinto — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.061/38 — José, Luiz & João Rego — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.602/38 — Artur Feirabend — Cajurú — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

427/39 — Alvaro Augusto de Morais — Santa Luzia — GO — Cancelamento de inscrição — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

1.220/39 — Laudio Pereira Ramos — Guaraní — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.556/39 — José Coelho da Rocha — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.965/39 — Olimpio José de Carvalho — Rio Bonito — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

2.062/39 — Antonio Augusto Maia — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.101/39 — Belizario Pio Bento — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

2.289/39 — Maria Teodora de Carvalho — Rio Bonto — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

2.561/39 — Antonio Farge — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.599/39 — Pedro de Santana Nascimento — Planaltina — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.726/39 — Pedro Luiz Cruvinel — Rio Bonito — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

2.738/39 — Ormindo Bispo dos Santos — Rio Bonito — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

3.402/39 — Agricola Pacheco da Silva & Irmãos — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.477/39 — Pedro Gualberto de Brito — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.046/39 — Maria Augusta da Silva — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

Em 28-3-41

4.049/39 — Manuel Augusto Fernandes — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.051/39 — João Batista do Lago Sobrinho — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

4.077/39 — Julio Alves — Monte Aprazivel — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.093/39 — Manuel Pinto da Conceição — Potirendaba — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.094/39 — Conrado L. Krettlis — Rio Claro — SP — Transferencia de inscrição — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

4.104/39 — Olegario Pereira Lima — Bomfim — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

4.205/39 — Augusto Pedro Gobo — Itaporanga — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.299/39 — Manuel de Sousa Cardoso — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.311/39 — Marcelino Moreira — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.344/39 — Francisco José da Silva — Cajurú — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.484/39 — Nicolau Francisco da Mata — Macaúba — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.617/39 — Antonio Rodrigues de Ataíde — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.669/39 — Valdemiro Gonçalves Pereira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Indeferido.

219/40 — Manuel Franklin de Melo — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

222/40 — João Jacinto de Sousa — Campestre — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

233/40 — Luiz Pereira de Campos — Passa Tempo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não haver o que deferir.

945/40 — Caetano Falcone — Tieté — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.176/40 — Espolio de Messias Monteiro de Rezende Costa Reis — Leopoldina — MG — Mandou arquivar porque o interessado não cumpriu o estipulado no art. 11 do Decreto-lei 1.831.

1.210/40 — Marciano José Domingues — Bom Jesus de Itabapoana — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.237/40 — Antenor Ortiz de Lima — Paraibuna — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.245/40 — Jules Emile Roger Desmonts — Taubaté — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.357/40 — José Bento de Almeida — Bom Jesus de Itabapoana — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.524/40 — Camilo Alves da Silveira — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.560/40 — José Antonio Vieira — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.763/40 — Pedro Batistela & Cia. — Araras — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.996/40 — Tobias Vieira Diniz — Paracatú — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.025/40 — Antonio José de Queiroz — Carmo do Paranaíba — MG — Inscrição de engenho de aguardente — Arquivado por não haver o que deferir.

2.033/40 — Valerio José de Aredes — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.210/40 — Antonio Gomes Lamenha — S. Luiz do Quitunde — AL — Permissão para vender o maquinario — Deferido.

2.282/40 — Nicacio Soares Fererira — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.347/40 — Nelson Hosckem — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.362/40 — Antonio Carlos Mateus — Tarumirim — MG — Montagem de engenho rapadureiro — Indeferido.

2.583/40 — Raimunda Furtado Leite — Maurití — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.755/40 — Eneas Cortes Novais — Leopoldina — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Mandou arquivar porque o interessado não cumpriu o estipulado no art. 11 do Decreto-Lei 1.831.

2.879/40 — Paulo Vilas Boas — Pedra Branca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.922/40 — Domingos Alexandre Pereira — Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.924/40 — Anselmo Castejon — Monte Santo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não haver o que deferir.

3.005/40 — Carlos Leite — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não haver o que deferir.

3.053/40 — José Camilo de Ataíde — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.124/40 — Gonçalo Alves Mineiro — Castelo — PI — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.347/40 — José Barreto Filho — RJ — Pede vistas do processo a que responde Ismael Terra Cruz — Deferido.

3.219/40 — Vitorio Boso & Irmãos — Lençois — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.506/40 — Maria da Gloria de Oliveira — Paramirim — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivado por não haver o que deferir.

3.822/40 — Joaquim de Barros Junior — Ouro Fino — MG — Cancelamento provisorio — Arquivado por não haver o que deferir.

4056/40 — Fernando Dias de Carvalho — Guanhães — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4063/40 — Francisco de Barros Sobrinho — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.142/40 — Isidio Batista Lima — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.223/40 — José Gonçalves Rolim — Crato — CE — Inscrição de engenho — Indeferido.

Em 29-3-41

668/38 — Antenor Marcos dos Reis — Ubá — MG — Transferencia de inscrição — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

1.462/38 — Odilon Colares — Pacotí — CE — Transferencia e remoção de engenho — Deferido.

2.044/38 — Moisés Rodrigues Esteves — Amaragí — PE — Inscrição de engenho — Indeferido.

2.275/38 — Antonio Alves de Sousa — Santo Antonio do Monte — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.292/39 — Jonas Cornelio de Melo — Muricí — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.846/39 — Julio Eduardo Nobre — Baturité — CE — Transferencia de engenho — Deferido.

3.374/39 — Vantuil Cambraia de Abreu — Campo Belo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.697/39 — José Alves da Silva — S. José da Lage — AL — Transfeencia de inscrição — Deferido.

3.697/39 — José Alves da Silva —S. José da Lage — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.944/39 — Sebastião Francisco de Medeiros — Leopoldina — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

549/40 — Luiz de Caldas Campos — Brejo dos Santos — CE — Transferencia de engenho — Deferido.

563/40 — Maria Antonia de Jesus — Barbalha — CE — Transferencia de engenho — Deferido.

1.136/40 — Antonio Alves Batista — Guanhães — MG — Protesto contra incorporação — Mandou cientificar ao interessado que a sua inscrição está mantida e notificar para que seja satisfeito o pagamento das taxas em débito.

1.178/40 — Antonio da Costa Sobrinho — Leopoldina — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.331/40 — Antonio Costa Silva — Conceição — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.546/40 — Francisco Roberto de Oliveira — Ubá — MG — Transferencia de engenho — Deferido.

1.985/40 — Aniceto Gonçalves Quintão — Abre Campo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.988/40 — Antonio Felix Arruda — Estrela do Sul — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.129/40 — José Chaves de Figueiredo — Boa Esperança — MG — Inscrição de fábrica — Deferido.

Em 31-3-41

3.599/38 — Francisco Lopes do Nascimento — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Aprovou com o limite de 50 cargas anuais.

1.414/40 — Maria Custodia de Freitas — Viçosa — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Aprovou com o limite de 60 cargas anuais.

3.538/40 — Leandro José do Carmo — Rio Pardo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Aprovou com o limite de 50 cargas anuais.

Em 3-4-41

5.220/35 — Antonio Borges Braga — Itaocara — RJ — Inscrição de engenho — Indeferido.

8.893/35 — Aristóteles da Silveira Rosa — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

357/39 — Francisco Teixeira Filho — Viçosa — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.219/39 — Hilario Monte — Itajubá — MG — Transferencia de engenho — Indeferido.

2.889/39 — Antonio Zanatta — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição e remoção de maquinario — Deferido.

3.421/39 — Aparecido Garcia Goulart — Campos Novos — SP — Transferencia de inscrição e remoção de maquinario — Deferido.

4.340/39 — Henrique Jorge Guedes — Espírito Santo do Pinhal — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

553/40 — Napoleão de Araujo Lima — Missão Velha — CE — Transferencia de engenho — Deferido.

555/40 — José Soares da Costa — Barbalha — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.383/40 — João Beltrão de Castro — Coruripe — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.052/40 — Francisco de Paula Ferreira Veras — Granja — CE — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

2.848/40 — Emilio Borsari — Jaboticabal — SP — Transferencia de engenho — Deferido.

3.220/40 — Adelaide Mendes de Camargo — Dois Córregos — SP — Montagem de engenho de aguardente — Indeferido.

3.658/40 — Francisco Rodrigues Branco — Viçosa — MG — Transferencia de inscrição — Foi autorizada a transferencia.

3.742/40 — Takayuki Butuen — Santo Anastacio — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Indeferido.

57/41 — Adí Monteiro de Barros — Colatina — ES — Colatina — ES — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 4-4-41

1.949/39 — Elias de Almeida — São Miguel dos Campos — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.269/40 — José Afonso de Melo — Pilar — AL — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 9-4-41

1.551/41 — José Romualdo Pedrosa — Tocantins — MG — Transferencia de engenho — Mandou comunicar à requerente a informação a que se reporta o parecer.

Em 10-4-41

5.227/35 — Alexandre Homens Martins — Itaocara — RJ — Inscrição de engenho — Indeferido.

5.919/35 — Antonio Cazé da Silva — Piancó — PA — Inscrição de engenho — Arquivado por não ter mais fundamento o pedido de inscrição.

7.935/35 — Antonio Mauricio de Aguiar — Itaocara — RJ — Inscrição de engenho — Arquivado por não ter dado prova de existencia do aludido engenho.

3.661/39 — José Rodrigues Filho — Cachoeiras — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.323/39 — Alvaro Francisco Soares Marques — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

340/40 — João Teixeira Joca — Maranguape — CE — Montagem de engenho — Deferido.

524/40 — Eugenio José Balbino — Piranga — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.094/40 — João Luiz Afonso — Argirita — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.072/40 — Antonio Julia Rodrigues — Conceição — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.253/40 — Roberto Ferreira de Toledo Neto — Mar de Espanha — MG — Transferencia, de inscrição — Julgou prejudicado o pedido de transferencia, notificando-se, entretanto, o interessado do registro do seu engenho.

4.320/40 — Augusto Rodrigues da Silva — Uberaba — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.370/40 — Artur Canesin — Ribeirão Preto — SP — Transferencia de fábrica de aguardente — Deferido.

Em 14-4-41

925/38 — Nestor de Oliveira Costa — Pedra Branca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.946/39 — Miguel Soares de Sousa — Santo Antonio do Monte — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.930/40 — Augusto Ferreira Souto — Itamaratí — MG — Transferencia de inscrição — Arquivado por estar em desacordo com o disposto no art. 4.º do Decreto n.º 24.749, de 4-7-34.

Em 22-4-41

2.141/36 — Aprigio Antero de Sousa — Pouso Alto — GO — Inscrição de engenho — Reconsiderou o despacho, para admitir a inscrição do engenho como produtor de açucar, com a quota mínima, tendo em vista não só as provas de existencia do engenho como sobretudo a região em que vai funcionar.

951/37 — Virgilio Vicino — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.887/38 — Antonio Mucci Daniel — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Arquivado por ter desaparecido o seu objeto.

2.049/38 — Sebastião Pereira Borboleta — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.552/39 — Francisco José de Freitas — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

3.252/39 — Sebastião Moreira de Queiroz — Presidente Olegario — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.166/39 — Eduardo de Paiva Junior — Formosa — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

1.572/40 — João Rodrigues Chaves — Formosa — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

1.872/40 — Simony Torres Costa — Conceição — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.007/40 — Sebastião Martins Coelho — Abre Campo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.070/40 — Antonio Moreira Ferreira — Dom Joaquim — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

4.267/40 — Joaquim de Melo — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

172/41 — G. Gradvohl & Filis — Redenção — CE — Inscrição de fábrica de alcool e aguardente — Deferido.

Em 24-4-41

836/40 — Glicerio Pinto Moreira — Rio Casca — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 25-4-41

283/38 — Afonso de Angelis — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.911/39 — Pedro Alves da Costa — Uberabá — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.273/40 — Ovidio Pereira de Moura — Curvelo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.750/40 — João Leandro Correia — Crato — CE — Inscrição de engenho produtor de aguardente — Deferido.

164/41 — Abel de Jesus Gonçalves — Sumidouro — RJ — Incorporação de quota — Indeferido.

Em 28-4-41

650/36 — Faustino José da Cruz — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Mandou arquivar, comunicando-se ao interessado que continua a sua inscrição.

167/38 — Antonio Estevão Pereira — Valença — PI — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.386/38 — Dirceu Barbosa de Miranda — Leopoldina — MG — Inscrição de engenho — Mandou arquivar, comunicando-se ao interessado que não poderá movimentar qualquer engenho, sob pena de infração.

4.176/39 — José Rodrigues Chaves — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

282/40 — Manuel Dornelos Costa — Rio Casca — MG — Inscrição de engenho — Indeferido.

1.665/40 — Joaquim Alves Pereira — Milagres — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.679/40 — Joaquim Alves Pereira — Milagres — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.850/40 — Aristeu Linhares — Itabira — MG — Alteração de inscrição — Deferido.

3.573/40 — Manuel Simplicio de Barros — Maranguape — CE — Alteração de inscrição — Deferido.

3.817/40 — Romario Alves de Oliveira — Itaperuna — RJ — Transferencia de inscrição — Deferido.

Em 29-4-41

606/38 — Vicente Pereira da Silva — Santa Catarina — MG — Transferencia de inscrição — Autorizado o arquivamento por se ter desinteressado do negocio.

Em 30-4-41

110/35 — Belisario Teodoro Nogueira — São Pedro do Turvo — SP — Inscrição de engenho — Deferido.

6.089/35 — Aurelio Quinca de Oliveira — Alagoa do Monteiro — PE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

742/39 — Benvinda Marfisa de Andrade — Dores da Boa Esperança — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.827/39 — Antonio de Paula Silva — Sete Lagoas — MG — Inscrição de engenho — Arquivado, por já estar solucionada satisfatoriamente a transferencia, arquivando-se tambem os processos anexos.

2.562/39 — Antonio Bevaci — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.904/39 — Antonio Targino de Araujo Dias — Mamanguape — PA — Inscrição de engenho rapadureiro — Mandou arquivar, uma vez comunicado ao interessado que não poderá fabricar açucar, sob pena de infração.

3.162/39 — Antonio José Lopes — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

4.160/39 — Candida Pereira Donata — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

975/40 — Alcebiades da Silva Chaves — Santo Antonio de Padua — RJ — Inscrição de fábrica de aguardente — Mandou arquivar por não haver o que deferir.

1.114/40 — Antonio Barros Jacó — Santa Maria Madalena — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.124/40 — Abel de Araujo Padilha — Cambucí — RJ — Montagem de fábrica de aguardente — Deferido.

Em 2-5-41

3.339/35 — Francisco Benedito e outro — Padua — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

3.983/35 — Francisco José de Brito — Crato — CE — Inscrição de engenho — Deferido.

4.462/35 — Clodomiro Duarte Carneiro — Itapemirim — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

680/36 — Manuel Rodrigues Machado — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Mandou arquivar, comunicando-se ao interessado que ficou sem efeito o pedido de cancelamento.

722/36 — Francisco Antonio de Oliveira — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Arquivado por desistencia de interessado.

727/38 — Felix Gaspar — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

817/38 — Manuel Infante Romero — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Deferido.

1.451/38 — Francisco Eliziario de Paula — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.856/38 — Francisca Nepomuceno de Castelo Branco Campelo — Pacotí — CE — Inscrição de engenho — Arquivado por desistencia do interessado.

1.805/39 — Antonio Eudoxia — Jequiriçá — BA — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.555/39 — Ernesto Lira — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.653/39 — Luiz Matavelli — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.669/39 — Carlos Safiste Cristiani — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

2.676/39 — Firmo Manuel Ferreira — Siqueira Campos — ES — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

Em 2-5-41

2.900/39 — Fernando Florencia de Carvalho — Mamanguape — PA — Inscrição de engenho — Indeferido.

3.593/39 — José Manuel da Costa — Barbalha — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.426/39 — Francisco Novelino — Santo Antonio de Padua — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

449/40 — Elidio Teixeira da Silveira — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Deferido.

609/40 — Francisco Gomes de Araujo — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.099/40 — José Rufino Soares de Almeida — S. João Nepomuceno — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

1.117/40 — José Alves Duarte — Paracatú — MG — Permissão para vender uma turbina — Deferido.

2.075/40 — Edmundo Teodoro da Silva — Rio Bonito — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

2.144/40 — Eugenio Severo Lopes Melo — Barreiros — PE — Transferencia de inscrição — Deferido.

2.591/40 — Maria Rosa do Prado Melo — Divina Pastora — SE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.671/40 — José Rodrigues de Magalhães — Caconde — SP — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.706/40 — Manuel Correia Lima — Agua Branca — AL — Inscrição de engenho rapadureiro — Indeferido.

3.838/40 — Daví Alves dos Santos — Conquista — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

4.298/40 — Catarina Silveira de Jesus — Formosa — GO — Inscrição de engenho — Deferido.

Em 7-5-41

662/36 — Francisco José dos Santos — Paramirim — BA — Cancelamento de inscrição — Aprovada a interdição do maquinismo.

2.201/39 — Leví Correira de Lacerda — Pitanguí — MG — Inscrição de engenho — Indeferido.

342/40 — Domingos Primo Bignotto — S. João Nepomuceno — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

735/40 — Cristiano Rodrigues Valente — Viçosa — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

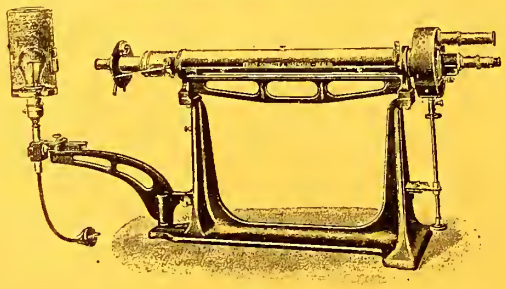
1.200/40 — Laurindo Teixeira da Silveira — Ubá — MG — Alteração de inscrição — Deferido.

1.576/40 — José Gomes de Santana — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido.

1.680/40 — Raimundo Alves Pereira — Milagres — CE — Transferencia de inscrição — Deferido.

3.207/40 — Geraldo Amancio de Araujo — Curvelo — MG — Transferencia de inscrição — Deferido.

O açucar utilizado na alimentação é totalmente aproveitado pelo organismo sem deixar resíduos ou cinzas como acontece com as substancias graxas e proteicas, e não produz fadiga orgânica pelo pouco trabalho que dá ao estômago a sua digestão. Dr. Adrião Caminha Filho.



Oferecemos do nosso estoque :

Polarimetros orig. Schmidt & Haensch

Polarímetro (sacarímetro) original Schmidt & Haensch, último modelo, tipo ATOS-tropical, com compensação de quartzo dupla, leitura direta de 0,1° escala de — 100° até + 100° Ventzke (conversivel em escala internacional de açucar), polarizador de Lippich, novo dispositivo de iluminação elétrica, com filtros de cor, sobre suporte de ferro extra-forte, para tubos até 400 mm., completo com lampada, 1 tubo de observação de 100, 150, 200 ou 400 mm.

LUIK & KLEINER LTDA.

Rua Teófilo Otoni, 89

Tel. 23 - 6158 :-: Rio de Janeiro

MELAÇOS E ADUBOS

Muitas tentativas têm sido feitas no sentido do aproveitamento dos execessos da produção de melaços como adubos e, na verdade, o consumo por esse meio deve ser consideravel, embora não seja facil apurá-lo em cifras merecedoras de confiança. Não é menos verdade, todavia, que as dificuldades que se opõem à adopção generalizada dos melaços nos planos de adubação são de tal importancia que ainda existem consideraveis possibilidades nessa direção, desde que fossem vencidas essas dificuldades. E elas concentram-se em torno do fato de que a incorporação dos melaços ao solo envolve um processo de fermentação, um processo biológico, portanto; e esses processos biológicos são extremamente suscetiveis às condições ambientes. As dificuldades encontradas são, de fato e em muitos aspectos, semelhantes às que se encontram na prática da adubação verde. Esta exige, para que a sua adoção se faça com êxito, uma serie mais ou menos segura de condições favoraveis e são poucos os paises, onde tais condições podem ser encontradas. Em primeiro lugar, surge o problema de obter um adequado gráu de umidade, aeração e neutralidade do solo, condições indispensaveis para a ativação das bacterias, que produzem afinal o complexo rico em nitrogenio, comumente denominado **humus**. Falhando qualquer uma ou todas as condições apontadas, o solo torna-se menos propicio. A principal diferença entre a adubação verde e a aplicação de melaços está na menor resistencia destes aos agentes de decomposição. O vigor da ação das bacterias pode ser tão forte a ponto de exaurir todo o nitrogenio existente no solo, prejudicando assim as culturas.

Originou-se daí a prática de aplicar os melaços pelo menos algumas semanas antes do plantio da safra. Mesmo assim, surgem dificuldades, como quando as condições são tais que permitem o desenvolvimento de acidez no solo, e pode ocorrer uma perda real de nitrogenio. Outras dificuldades apresentam-se tambem, de natureza mecânica, relacionadas com os meios de distribuir sufiente e regularmente os melaços sobre a terra.

Nessas circunstancias, é natural que os estudiosos se preocupassem com a possibilidade de pre-tratar os melaços, aplicando a estes o mesmo principio já adotado com a adubação verde, isto é, a transformação em adubo químico em vez da aplicação direta. Com outras oportunidades de controle que esse método oferece, é mais certa a obtenção do produto final, embora se agravem as despesas. O técnico H. D. Sen realizou estudos nesse sentido e divulgou os resultados das suas investigações em um artigo para uma revista especializada da India.

A instalação unidade usada nesse processo consiste de três tanques de alvenaria de 10 x 10 x 8 pés, munidos de ventiladores, estes dispostos de maneira que o residuo no fundo do tanque não seja revolvido. No primeiro tanque, colocam-se 75 **maunds** (1) de melaços e uma quantidade igual de residuo do filtro-prensa, bem misturados com 3.000 galões de agua e 60 galões de garapa. Esta garapa é uma cultura de fermento puro, **S. ellipsoidus**, em melaços diluidos (um **maund** em 60 galões de agua), e é usada no terceiro dia. Acrescenta-se ainda meio **maund** de **Niciphos** e inicia-se a aereação com a adição intermitente de cal, de 4 em 4 horas. Depois de 24 horas, o licor que sobrenada é transferido para o segundo tanque, repetindo-se o processo. No terceiro dia, o licor do segundo tanque é transferido para o terceiro; em cada caso, adiciona-se sempre meio **maund** de **Niciphos** ao licor transferido. No sexto dia, o residuo dos três tanques é coletado, secado ao sol e enfardado como adubo pronto para os campos.

Com esse método, obtêm-se por semana cerca de 172 **maunds** de adubo e 9.000 galões de licor fermentado de alto valor como adubo, produzidos com 240 maunds de melaços e igual quantidade de residuo do filtro-prensa; o custo de cada **maund** é de 12 **annas** Variantes do processo acima descrito mostram que o rendimento de fermento foi menor quando não se recorreu à aeração e neutralização intermitente, aumentando uma vez e meia quando essas práticas foram adotadas. O uso de sulfato de amonia triplicou o rendimento de fermento e o uso de **Niciphos** aumenta quase seis vezes o rendimento obtido sem aeração e neutralização. Alem disso, o rendimento aumenta com a diluição dos melaços.

O artigo aludido descreve ainda uma se-

(1) — 11,3 kg.

CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

JAVA

Um correspondente do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informava em 10 de março:

Os embarques de açucar de portos javaneses, durante o mês de fevereiro, são estimados em 60 mil toneladas, quantidade essa considerada satisfatoria. Espera-se que os embarques no mês de março sejam menores. No curso da última semana, a Nivas vendeu 7.800 toneladas de açucar branco e 900 de bruto para o exterior, e 5.200 toneladas de açucar branco para consumo local.

Alguns centros consumidores do estrangeiro procuraram o açucar de Java, que não pôde atendê-los, na maioria dos casos, por falta de espaço nos barcos que fazem o transporte. Não houve alterações nas taxas de fretes para portos asiáticos.

ORANGE

O "South African Sugar Journal" informava em 15 de fevereiro último que as usinas das costa norte e sul de Natal e Zululandia haviam concluido a moagem da safra de 1940-41. Ao todo, foram esmagadas cerca de 5.300.000 toneladas curtas de canas, das quais foram recuperadas 573 mil toneladas de açucar, que se distribuem assim: bruto para refinação e exportação, 391.500; refinados, 50.500; branco de usina, 43.000; segundo jato, 88.000. O total corresponde a 511.607 toneladas longas.

A tonelagem total foi fabricada em cerca de 8 meses, ou seja uma produção mensal de 72.000 toneladas, aproximadamente; na safra anterior, a produção foi de 596.000 toneladas, a queda de 23.000 toneladas constatada nesta safra devendo ser atribuida ao mais baixo teor de sacarose na cana. Das 391.500 toneladas de açucar bruto, manufaturadas para refinação e exportação, 146.000 foram encaminhadas para a Refinaria Central de Rossburgh, onde foram refinados e transformados em outros tipos de uso corrente nos mercados sul-africanos. Estima-se que a produção daquela refinaria atingirá nesta estação 140.000 toneladas e é dessa quantidade, bem como de outros açúcares brancos e refinados, como se disse acima, que se está abastecendo o consumidor.

Houve este ano uma grande produção de açucar branco, o que se deve à procura mais forte que a industria teve de enfrentar, desde o começo da estação. A partir de maio e em relação ao ano passado, as vendas de açucar branco cresceram de 22.000 toneladas. Afim de garantir o suprimento nos meses próximos, antes que novos açúcares apareçam, foram feitas reservas do produto. Espera-se que as vendas de açucar branco no ano-safra totalizem 235.000 toneladas e se isso se verificar o aumento sobre a cifra de consumo no ano anterior terá sido de 24 mil toneladas. Alem do consumo de açúcares brancos neste mercado, nota-se tambem uma maior procura do tipo denominado segundo jato. Esperara-se que este ano as vendas desse tipo de açucar se elevem a 85.000 toneladas. Até o momento em que escrevemos, as vendas de açúcares de segundo jato atingem 60.500 toneladas, existindo estoques suficientes para atender à procura; as vendas até agora realizadas representam um aumento de 9.000 toneladas sobre as vendas do ano pasado.

Com exceção de 10 mil toneladas, embarcadas para a Rodesia, o restante do açucar

---

rie complexa de experiencias de campo para comparação do adubo produzido pelo processo acima, usando-se melaços, melaços e residuos do filtro prensa, melaços diretamente aplicados e torta de mamona, todos sendo aplicados em proporções que dão 60 ou 120 libras de nitrogenio por acre. As experiencias complicaram-se ainda com a introdução de três canas Co. 313, Co. 312 e Co 331. Os resultados, apresentados em detalhes pelos autores, mostram que os melaços aplicados diretamente provocam diminuição de rendimento, tanto maior este quanto mais volumosa a aplicação. O adubo preparado com melaços, e melaços combinados com residuo do filtro prensa produzem rendimentos maiores, comparaveis aos que resultam do uso de torta de mamona do mesmo valor, sendo este medido pelo teor de nitrogenio.

bruto produzido — ou sejam 235.000 toneladas — foi utilizado para exportação, no preenchimento da quota. O Reino Unido foi o comprador de todo açucar de exportação, por intermedio do Ministerio da Alimentação.

Na safra 1940-41, os embarques para o exterior foram menos volumosos que em anos anteriores, não só por ter sido a produção menor como porque houve necessidade de conservar maior quantidade de açucar para o mercado interno. O grosso dos embarques realizou-se de maio de 1940 a janeiro de 1941 e o preço recebido foi, em media, de 12s. por quintal, isto é, 1s e 5d. a mais do que na safra 1939-40.

No que se refere às perspectivas da safra vindoura, estima-se que a produção de cana sofrerá uma redução de 10 por cento. Na zona costeira, as plantações sofrem as consequencias de uma prolongada seca e este fato, combinado com o de terem sido aproveitados todos os excessos de cana na estação passada, determinará uma safra menor no ano que se iniciou em 1 de maio.

CUBA

Por decreto presidencial de 1.º de março último e segundo recomendação do Instituto Cubano de Estabilização do Açucar, a safra de Cuba correspondente ao ano de 1941 foi fixada nas seguintes formas e quantidade :

Quota básica de acordo com os suprimentos normais, em toneladas largas espanholas..	2.000.000
Quota especial para retirar do mercado mediante financiamento, toneladas largas espanholas..	400.000
Total de toneladas de 2.240 libras espanholas..	2.400.000

Conforme o referido decreto, a cifra global da safra será distribuida da seguinte maneira :

Quota básica	Tons.	Percent.
Para exportar para os Estados Unidos, em 1941 (livre)..	958.891	47,94455
Para exportar para os Estados Unidos em 1942, antes de 16 de dezembro do dito ano (retiradas).. ..	500.000	25,00000
Para exportar para outros países, alem dos Estados Unidos, entre 1 de setembro a 31 de dezembro de 1941 (especiais).. ..	99.963	4,99815
Como reserva para atender aos pedidos imprevistos de outros países, alem dos Estados Unidos, autorizada pelo Convenio Açucareiro Internacional, de Londres, deverá exportar-se entre 1 de se-		

Importação de Oleos e Graxas

End. Teleg. "Engine" — Rio

Códigos Ribeiro-Bentley's A. B. C.

GONÇALVES FONSECA & CIA.

Importadores
ESCRITORIO E DEPOSITO :
Rua Sacadura Cabral n.º 139
Fones : 43-6339 e 43-8731
CASA ESPECIAL EM OLEOS E GRAXAS LUBRIFICANTES
Agua-raz-Pratts, Sollar-raz Preto-raz, Oleo de Linhaça, Alvaiade, Zarcão, Gesso Cré, Secante Paris "Castelo", Oleo de Rícino, Oleo de Mocotó, Oleo de Baleia, Oleo de Algodão, Parafina, Estopas, Goma Arábica, Goma Laca, Cola para marceneiro, encadernação e caiação, Produtos Químicos para fins industriais, etc. Renol para polimento e líquidos para limpar metais

Lubrificantes p/automoveis e máquinas em geral

tembro de 1941 a 31 de agosto de 1942 (reserva)	291.146	14,59730
Para consumo interno de Cuba (local)	150.000	7,50000
Total da quota básica	2.000.000	100%

Quota especial

Para retirar do mercado mediante financiamento com o "Export and Import Bank. of Washington", por mediação do Instuto Cubano de Estabilização do Açucar, com o aval do Estado.	400.000
Total do quota global	2.400.000

A exportação autorizada

Pelo art. 11 do mesmo Decreto, a exportação autorizada no ano de 1941 foi fixada em 2.597.813 toneladas de 2.240 libras espanholas, distribuidas da seguinte forma :

Para os Estados Unidos, toneladas	1.645.558
Para outros países, toneladas	952.255
Total	2.587.813

Essa quantidade se decompõe da seguinte maneira :

Açúcares exportados com destino aos Estados Unidos, durante 1940, que não puderam entrar em consumo na quota do dito país, correspondente à Cuba, de 1940	28.452
Açúcares retidos de reserva para os Estados Unidos, de acordo com os decretos ns. 80, de 13 de janeiro de 1940 (500.000 toneladas), 707, de 18 de março e 2.313, de 7 de setembro, ambos de 1940 (156.795 toneladas)	656.795
Açúcares produzidos na safra de 1940 para os Estados Unidos, não sujeitos à retenção, e que puderam ser embarcados antes de 16 de dezembro do dito ano	1.420
Açúcares cuja fabricação se autoriza, na safra de 1941, para serem embarcados livremente para os Estados Unidos, dentro da quota da exportação para o dito país em 1941	958.891
Açúcares da quota mundial que ficaram no territorio nacional sem embarcar para outros países, alem dos Estados Unidos, em 1 de setembro de 1940, e que deverão ser exportados antes de 1 de setembro de 1941.	561.146
Açúcares da quota mundial cuja fabricação é autorizada na safra de 1941 para serem exportados para outros países, menos os Estados Unidos, entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 1941	99.963
Açúcares da quota mundial cuja fabricação se autoriza como reserva, para atender a procuras imprevistas no mercado mundial, e que deverão ser exportados para outros países, alem dos Estados Unidos, entre 1 de setembro de 1941 e 31 de agosto de 1942	291.146
Total, toneladas largas espanholas.	2.597.813

PARAGUAI

O Paraguai continúa a exportar açucar de sua produção. Ainda em principios de maio último embarcou, com destino a Montevidéu, uma partida de 20.000 sacos no total de um milhão de quilos, no valor de 1.000 pesos, ou $ 140.000 na moeda argentina.

Tal embarque representa uma parcela da venda efetuada pelo Departamento de Agricultura, Comercio e Industria que, até à presente data, já atingiu 1.500.000 quilos, enviados ao mercado uruguaio.

AUSTRALIA

Uma correspondencia de Brisbane, datada de 10 de março e publicada no número 17 do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", informava que, na estação de 1940, a produção de açucar na Australia foi bem menor que a de 1939, esperando-se que as cifras finais acusem uma redução de 100 mil toneladas. Essa diminuição, deve-se principalmente às desfavoraveis condições de tempo que prevalece-

CULTURA DA CANA DE AÇUCAR

Renato Azzi

Aos pedaços de canas destinados à plantação dão-se os nomes de roletes, estacas, mudas e mesmo sementes. São constituidos por um, dois ou mais nós, contendo geralmente de 3 a 5 gemas. Esses roletes são depositados nos sulcos e cobertos com uma camada de terrra que varia de 3 a 5 cms. A escolha das estacas para a plantação é ponto bastante delicado, pois, segundo se tem observado, são poucos os agricultores que dispensam os cuidados necessários a esta operação. E' indispensavel que as estacas sejam provenientes de canaviais novos, sadios e que apresentem, bem acentuadamente, todos os característicos da variedade. A parte da cana que fornece melhor estaca para plantação é o terço superior, porque a vegetação e o brotamento se processam mais rapidamente e em maior gráu do que nas demais partes, as quais podem, entretanto, ser usadas como semente. Alem disso, como este terço é o menos rico em açucar, sua eliminação acarreta menor prejuizo. As canas deixadas para mudas devem ser as mais desenvolvidas, as mais sadias, e procedentes de plantações novas. A seleção das variedades deve ser, tambem, muito rigorosa para ser evitada a plantação, no mesmo campo, de variedades diferentes. Porque, sendo umas precoces e outras tardias, os rendimentos, na ocasião do corte, são inferiores. Alem disso, a qualidade do caldo das canas é grandemente prejudicada, dificultando os trabalhos posteriores à moagem, por serem moidas ao mesmo tempo canas maduras e canas verdes, e, portanto, de composição diferente. Quando são plantadas no mesmo campo variedades exigentes e variedades sobrias quanto à qualidade da terra, a cultura se apresenta desigual no seu desenvolvimento, causando serios transtornos por ocasião do corte.

Quando provenientes de plantações sadias e com grande desenvolvimento, as sementes não precisam de tratos especiais, antes de serem plantadas. As canas destinadas a servir de semente devem ser rigorosamente inspecionadas, dando-se preferencia àquelas que satisfaçam as condições acima prescritas, para garantir o êxito das plantações futuras.

TRATAMENTO DAS SEMENTES

Quando as canas para sementes são procedentes de canaviais velhos e duvidosos quanto ao estado de sanidade, é aconselhavel o tratamento das sementes antes da plantação.

A este respeito, foram realizadas inumeras experiencias, nos diversos centros canavieiros do mundo, tendo-se registado dados bastante interessantes, tanto com relação ao efeito desses tratamentos sobre molestias contra as quais são preconizados, como sobre o poder germinativo das sementes tratadas.

A embebição dos roletes, antes da plantação, realizada por H. Evans, foi feita para investigar os efeitos dos tratamentos dos roletes sobre a germinação e o rendimento final da cana, tanto de plantação, como de soqueira. Foram experimentados 5 tratamentos :

1.º — Mergulhando em uma solução saturada de cal ;

2.º — Mergulhando em uma solução saturada de cal, contendo uma libra (324 grs.) de sulfato de magnesio por 50 galões (230 litros) ;

---

ram nos distritos ao norte de Mackay e particularmente na area do baixo Burdekin, onde uma serie de ciclones e inundações causaram serios prejuizos; em alguns casos, os danos decorrentes de eroção do solo foram quase irreparaveis.

Do ponto de vista do crescimento, consideram-se favoraveis as prespectivas da safra do ano em curso, embora se espere que o amadurecimento das canas venha a retardar-se um pouco, em vista da seca que prevaleceu no principio da estação de crescimento. Uma estimativa, que não pode ser muito acurada no momento, da area cultivada com canas plantas e socas indica, desde que não se verifiquem acidentes, que a produção deste ano igualará a de 1939. Mas ficam nisso as boas perspectivas, porque a colocação e transporte da safra pode apresentar dificuldades jamais enfrentadas pela industria.

3.º — Mergulhando em uma solução, contendo todos os elementos nutritivos das plantas ;

4.º — Mergulhando em agua simples ;

5.º — Não mergulhando.

O tratamento por submersão durou, em uma experiencia, 8 horas e, em outra, 10 horas. Em ambos os ensaios, o rendimento dos roletes, tratados pelo primeiro processo (cal) e pelo segundo (cal e sulfato de magnesio), foi significativamente melhor do que o rendimento de canas nascidas de roletes não tratados e, tambem, melhor do que com os submetidos aos tratamentos do terceiro (solução completa de elementos nutritivos) e do quarto processo (agua simples).

Não houve diferenças sensiveis entre os tratamentos com solução saturada de cal e com solução de cal e 324 grs. de sulfato de magnesio por 50 galões (mais ou menos 230 litros). Não obstante, dá-se preferencia ao tratamento com solução de cal, por ser o mais facil.

Os ensaios foram feitos de modo a incluir duas colheitas em todos os tratamentos.

Nas canas de plantações, o aumento do rendimento das canas tratadas com solução de cal foi mais ou menos de 25% no primeiro corte e de 17% no segundo corte (soqueira).

Foram feitas algumas pesquisas com o objetivo de esclarecer porque do tratamento dos roletes resultam melhor germinação e maior rendimento de cana.

Pensou-se, a princípio, que o tratamento por imersão iniciava um hidrólise rápido da sacarose, a qual aceleraria o processo germinativo.

Não se pode, entretanto, mostrar que a imersão tenha um efeito marcado na relação da hidrólise. Julgou-se, então, que a natureza da solução tivesse algum efeito ou exercesse alguma função na quantidade de agua absorvida pelos roletes. Esta suposição foi confirmada experimentalmente, verificando-se que os roletes absorvem mais agua em solução saturada de cal do que em agua pura, encontrando-se, assim, a resposta para esta questão. Os pedaços mergulhados na solução saturada de cal absorvem mais umidade e, portanto, germinam mais depressa quando plantados, assegurando esta germinação rápida um crescimento mais vigoroso. Quanto à suposição de que o tratamento em solução de cal produz um aumento na percentagem de germinação, existe ainda incerteza. Em uma investigação especial, observou-se que os mais uniformes lotes em nascimento, com menor percentagem de falhas, foram obtidos de canas novas ou partes terminais (pontas) de canas velhas, (roletes) parecendo assim que o melhor material para o plantio é aquele que contem a maior percentagem de açucar invertido. Quando este material é mergulhado em solução de cal, encontra uma condição propicia, que ajudará e melhorará a brotação e o crescimento, bem como aumentará os rendimentos. Estes tratamentos, além de dificeis de se realizarem em grande escala, encarecem a mão de obra e, portanto, só devem ser adotados quando não seja possivel obter as sementes de plantações novas, sadias e bem características da variedade. Preparado o solo, isto é, convenientemente arado, gradeado e sulcado, e uma vez escolhidas as sementes, a operação que se segue é a plantação. Esta, entre nós, se faz de setembro a novembro para que as canas encontrem as condições de umidade e temperatura mais favoraveis a seu desenvolvimento.

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açucar, Manganez

E outros productos nacionaes

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Installações para producção de alcool absoluto pelo precesso das Usines de Melle

Rua Candelaria Ns. 42 e 44

TELEFONES: 23-2539 / 23-5006 / 23-2447

CAIXA DO CORREIO N. 3

Telegrammas AFONTES - RIO

RIO DE JANEIRO

BALANÇAS AUTOMATICAS "KRON"

PARA INDUSTRIA E OUTROS RAMOS

MODELO 1400

Balança de plataforma, portatil, com ou sem braço para tara

Tambem pode ser fornecida com 4 rodas

CAPACIDADE DE 60 a 1000 kg.

Mostrador de 30" de diâmetro

A balança KRON é uma das mais perfeitas e mais robustas das balanças americanas

A CABEÇA DA BALANÇA E' GIRATORIA, PODENDO SER LIDO O PESO DE QUALQUER LADO

THE **KRON** CO.

BRIDGEPORT - CONN
U. S. A.

REPRESENTANTES E DEPOSITARIOS PARA TODO O BRASIL

HERM. STOLTZ & Co.

AVENIDA RIO BRANCO, 66-74 — TEL. 43-4820

SECÇÃO TECNICA

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO
R. ALV. PENTEADO, 70-72

SANTOS
RUA 15 DE NOVEMBRO, 19

RECIFE
AV. MARQUÊS DE OLINDA, 25

KRON SEM MOLAS—RAPIDEZ—EXATIDÃO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1941

A T I V O

Ativo Fixo				
Biblioteca do Instituto		41:002$100		
Construção de Distilarias — Ponte Nova (Doc. I)		4.380:161$500		
Distilarias Centrais — Custo de Instalação:				
Estado do Rio (Doc. II)	20.300:845$050			
Presidente Vargas (Doc. II)	27.000:896$900	47.301:741$950		
Imoveis		3.023:014$100		
Laboratorios — Recife — Aparelhos e Utensilios		54:618$400		
Material Permanente — Secção do Alcool Motor		27:588$800		
Moveis e Utensilios		708:575$400		
Tanques, Maquinismos, Bombas, Accessorios e Instalações		769:739$520		
Vagões Tanques		500:000$000		
Vasilhames e Tambores		765:955$280		
Veículos		206:410$160	57.778:807$210	
Títulos e Ações			10.707:000$000	68.485:807$210
Empréstimos				
Caixa de Empréstimos a Funcionarios			139:464$100	
Custeio de Refinarias			2.550:000$000	
Empréstimos a Produtores de Açucar			1.170:784$100	
Financiamento a Distilarias (Doc. III)			13.625:486$950	17.485:735$150
Despesas Diferidas				
Açucar C/Despesas			3.167:027$500	
Aluguéis			53:071$500	
Comissões			166:212$300	
Despesas de Viagem			242:469$800	
Despesas Gerais			95:616$800	
Despesas Judiciais			313$000	
Diarias			164:918$800	
Diversas Despesas			18:638$100	
Estampilhas			1:282$000	
Gratificações			14:356$000	
Juros			607:260$800	
Laboratorios — Recife — Drogas e Materiais			73$000	
Material de Escritorio			134:898$900	
Portes e Telegramas			42:948$850	
Vencimentos			1.019:911$200	
Bonificação S/ Açucar-Quota de Excesso do Estado do Rio para a Distilaria Central do Estado do Rio — Safra 1940/41			300:129$000	
Bonificação s/Alcool — Proveniente — Excesso de Materia Prima do Est. do Rio — Produção n/Distilarias Particulares			89:831$000	6.118:958$550
Contas de Resultado				
Adiantamento S/ Açucar de Engenhos			4.467:818$700	
Alcool Anidro C/Depósito Geral			934$800	
Alcool Motor C/Fabrico			1.533:572$285	
Anuario Açucareiro:				
— Ano 1939		228$700		
— Ano 1940		5:048$700	4:820$000	
Arrecadação de S/ Taxa S/ Produção de Açucar			71:237$000	
Compras de Açucar			8.459:451$900	
Compras de Açucar C/Retrovenda:				
— Financiamento do Banco do Brasil		47.227:868$300		
— Financiamento n/Disponibilidade		703:824$000	47.931:692$300	
Compras de Gasolina			1:079$700	
Despesas do Alcool Motor (Doc. V)			199:688$090	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação:				
Estado do Rio (Doc. VI)	1.855:672$050			
Presidente Vargas (Doc. VI)	86:059$400	1.941:731$450		
Distilarias Centrais — C/ Depositos Especiais:				
Presidente Vargas		9:000$000	1.932:731$450	
Livros e Boletins Estatísticos			70:546$000	
Materia Prima			15:624:567$350	80.298:139$575
Devedores Diversos				
Adiantamento para Compras de Alcool			1.172:414$300	

Cobrança do Interior		36:856$800	
Contas Correntes (Saldos Devedores) (Doc. VII)		9.039:915$041	
Instituto de Tecnologia c/Subvenção		28:110$126	
Letras a Receber		806:657$100	11.083:953$367
Caixas e Bancos			
Caixa — Sede do Instituto	567:070100		
Banco do Brasil — Rio:			
— C/Arrecadação	23.672:986$500		
— C/Taxa S/Açucar de Engenho	2.457:194$500		
— C/Movimento	11.668:909$600		
— C/Depósitos Especiais	1.518:614$000	39.884:774$700	
Delegacias Regionais C/ Suprimentos		6.731:983$400	
Distilarias Centrais C/Suprimentos		1.856:410$600	48.473:168$700
Contas de Compensação			
Açucar Caucionado		47.227:868$300	
Açucar Depositado em Penhor		3.000:000$000	
Banco do Brasil C/Créditos		23.802:626$500	
Depositarios de Títulos e Valores		2:001$000	
Operações a Termo		2.956:985$500	
Títulos e Valores Apenhados		1.003:000$000	
Títulos Depositados em Garantia		300:000$000	
Valores Caucionados		129:728$000	
Valores em Hipoteca		27.078:054$400	105.500:263$700
			337.446:026$252

PASSIVO

Fundos Acumulados			
Sobre Taxa de Açucar		1.355:260$300	
Taxa Complementar de Açucar de Engenho Beneficiado ou Refinado		11:583$700	
Taxa de Açucar de Usinas		170.361:930$260	
Taxa de Açucar de Engenhos		2.987:701$820	
Taxa de Açucar de Refinarias		57:111$600	
Taxa de Estatística		197:231$100	174.970:818$780
Reservas			
Juros Suspensos		232:338$400	
Locação de Vagões Tanques		50:000$000	
Reserva do Alcool Motor		3.533:886$621	3.816:225$021
Contas de Resultado			
Alcool Aldeído — Produção de Distilarias Centrais		5:995$000	
Alcool Anidro — Produção de Distilarias Centrais		1.868:159$900	
Multas		209:564$400	
Oleo de Fuzel — Produção de Distilarias Centrais		12:053$900	
Rendas do Edificio Taquara		148:393$200	
Revista Brasil Açucareiro		7:909$300	
Sobras e Vasamentos		2:142$060	
Vendas de Alcool Motor		1.672:993$935	
Vendas de Alcool S/Mistura		749:317$500	4.676:529$195
Obrigações			
Banco do Brasil C/Financiamento		36.197:373$500	
Contas Correntes (Saldos Credores) (Doc. VIII)		7.072:733$200	
Depósitos Especiais		2.200:139$800	
Depósitos de Engenhos		88:862$500	
Depósito de Taxa S/Rapadura a Restituir		358:074$600	
Fundos para Propaganda		126:656$800	
Ordens de Pagamento (Doc. IV)		1.922:066$700	
Vales Emitidos S/Alcool Motor		498:717$700	
Vales Emitidos S/Alcool Motor em Liquidação		17:564$756	48.482:189$556
Contas de Compensação			
Açucar Vendido a Entregar		2.956:985$500	
Banco do Brasil C/Caução de Açucar		47.227:868$300	
Créditos à N/Disposição		23.802:626$500	
Depositantes de Títulos e Valores		129:728$000	
Depósitos de Títulos em Garantia		300:000$000	
Outorgantes de Hipoteca		27.078:054$400	
Penhor Mercantil:			
Usina Brasileiro S/A	1.003:000$000		
Cia. Usinas Nacionais	3.000:000$000	4.003:000$000	
Títulos e Valores Depositados		2:001$000	105.500:263$700
			337.446:026$252

Rio 30-4-41

LUCIDIO LEITE
Contador

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1941 — POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1941

Nos.	VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	DESPESAS Mês de Abril	Total despesas	Media mensal	Crédito anual	Saldo do crédito anual
	PESSOAL :								
1	COMISSÃO EXECUTIVA.	19:400$000	21:300$000	40:700$000	16:400$000	53:300$000	13:325$000	232:800$000	179:500$000
2	CONSELHO CONSULTIVÒ.	3:600$000	3:000$000	6:600$000	2:100$000	9:900$000	2:475$000	43:200$000	33:300$000
3	SEDE DO INSTITUTO.	138:055$000	32:145$600	170:200$600	129:110$400	511:129$800	127:782$450	1.656:660$000	1.145:530$200
4	SECÇÃO TÉCNICA.	21:594$500	15:883$500	37:478$000	14:655$500	63:555$500	15:888$875	259:134$000	195:578$500
5	FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA.	99:320$000	107:774$100	207:094$100	85:096$900	275:282$800	68:820$700	1.191:840$000	916:557$200
6	DELEGACIAS REGIONAIS.	55:950$000	97:319$400	153:269$400	36:212$500	106:743$100	26:685$775	671:400$000	564:656$900
7	DESPESAS DE TRANSPORTE.	96:966$666	114:541$398	211:508$064	66:111$200	242:469$800	60:617$450	1.163:600$000	921:130$200
8	DIARIAS.	63:744$166	68:142$898	131:887$064	41:829$200	164:918$800	41:229$700	764:930$000	600:011$200
9	GRATIFICAÇÕES :								
	— Pró Labore Semestral.	56:666$666	169:999$998	226:666$664	— $ —	— $ —	— $ —	680:000$000	680:000$000
	— Diversos.	9:912$000	19:892$000	29:804$000	4:512$000	14:356$000	3:589$000	118:944$000	104:588$000
	MATERIAL :								
1	MATERIAL PERMANENTE.	15:000$000	15:907$300	28:907$300	5:815$500	28:908$200	7:227$050	156:000$000	127:091$800
2	MATERIAL DE CONSUMO.	14:416$666	13:918$898	28:335$564	9:388$500	38:719$600	9:679$900	173:000$000	134:280$400
3	DIVERSAS DESPESAS.	68:163$666	104:380$198	172:543$864	49:932$500	150:043$300	37:510$825	817:964$000	667:920$700
		660:789$330	784:205$290	1.444:994$620	461:164$200	1.659:326$900	414:831$725	7.929:472$000	6.270:145$100

Rio, 30-4-41.

LUCIDIO LEITE
Contador

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo do I. A. A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas desses organismos, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos pelos mesmos.

COMISSÃO EXECUTIVA

17.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1941.

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio d'Almeida Miranda, Alfredo de Maia, Moacir Soares Pereira, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros e Alvaro Simões Lopes.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Cruzada Nacional de Educação — E' lida uma carta do sr. Gustavo Ambrust, agradecendo o donativo que o I.A.A. fez à Cruzada Nacional de Educação.

Hospital S. João Batista — E' lido um oficio da diretoria do Hospital São João Batista, de Rio Branco, Minas Gerais, agradecendo a permissão que foi concedida para a moagem das canas que foram doadas àquela instituição pelos fornecedores da Usina Rio Branco.

Exportação de açucar — E' autorizado o pagamento da importancia de 7:800$000, relativo à diferença de polarização no açucar demerara exportado para o exterior por intermedio da firma Frisbee & Freire.

Bonificação — Conforme o que requereu a Société de Sucreries Brésiliennes, autoriza-se o pagamento da bonificação de 1$000 por saco sobre 22.816 sacos de açucar convertidos em alcool na Usina Cupim, resolvendo-se, quanto ao açucar da Usina Paraiso, que o pagamento da bonificação somente deverá ser efetivado, depois de transformado em alcool todo o seu remanescente da safra 1940-41.

Donativo — E' concedido um donativo de 1.000 sacos de açucar cristal, por intermedio da Cruz Vermelha Brasileira, às vítimas da guerra, dos quais 200 sacos especialmente destinados às vítimas da guerra na antiga Polonia.

Usina Pedrão — E' indeferido o requerimento da firma Pereira, Osorio, Mauad & Cia. Ltda., relativo à aquisição de açucar bruto de engenhos, para beneficiar na Usina Pedrão, extra-quota da mesma Usina.

Usina Conceição de Sinimbú — E' indeferido o pedido de aumento da quota da Usina Conceição de Sinimbú, Alagoas.

Incorporação de quotas — Com redução de um terço, é autorizada a incorporação da quota do engenho inscrito no nome de Miguel Manzi ao limite da Usina Regalia.

— E' tambem autorizada a incorporação das quotas integrais dos engenhos turbinadores de Pacífico Fernandes Pinheiro e Otaviano Pinto de Melo ao limite da Usina Costa Pinto.

— Com redução de um terço, é autorizada a incorporação da quota do engenho de Edmundo Monteiro de Barros ao limite da Usina Volta Grande.

— Nas mesmas condições, é aprovada a incorporação das quotas dos engenhos de Sebastião de Almeida Cordeiro, Rodolfo Lopes dos Santos e Jovelino Lengruber Portugal ao limite da Usina Tanguá; do engenho de João Pessini & Filhos à Usina N.S. da Aparecida; do engenho de Afonso Schmidt à Usina São José.

— Manda-se arquivar o processo referente ao pedido de desistencia da transferencia de quota do engenho de D. Maria Gomes Pardal & Filhos para a Usina Pontal.

— E' ratificada em todos os seus termos a decisão anteriormente proferida no processo referente à transferencia da quota do engenho de Afonso Schiavon para a Usina Costa Pinto.

— No processo referente à transferencia da quota do engenho de Antonio de Sousa Freire para a Usina Itaquerê, retifica-se a decisão anterior para o fim de permitir o registro do engenho para o fabrico exclusivo de aguardente.

Transferencia de proprietarios — E' indeferido o requerimento de Antonio Alves de Lima, pedindo a transferencia do engenho de sua propriedade para Sergino e Joaquim Alves Lima.

E' tambem indeferido o requerimento de Tiburcio Rodrigues de Araujo, no mesmo sentido.

Usinas Patí e Fortuna — E' aprovada a adjudicação provisoria da quota da Usina Patí à Usina Fortuna, na safra 1940-41.

18.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio d'Almeida Miranda, Alfredo de Maia, Moacir Soares Pereira, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros e Alvaro Simões Lopes.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Balancete — Depois de examinado e aprovado, é encaminhado ao Conselho Consultivo o balancete do I.A.A., levantado em 31-3-41.

Instalação de distilaria — A propósito do requerimento da S.A. Usina Miranda, pedindo a aprovação dos planos relativos à instalação de uma distilaria combinada para a produção de alcool absoluto e retificado, toma-se a seguinte resolução: 1.º — Que sejam tomadas as providencia necessarias para esclarecer se a Distilaria questionada se destina ao fabrico de alcool anidro, exclusivamente; 2.º — Que seja ouvida a Secção de Estudos Econômicos, sobre a conveniencia da instalação da distilaria, em face dos interesses gerais da política alcooleira nacional.

Usina de Ponte Nova — Com referencia ao memorial dos usineiros de Ponte Nova, relativo aos excessos de produção das suas fábricas, resolve-se que nenhuma solução ou providencia especial deverá o I.A.A. proporcionar.

Voto de pesar — Por proposta do sr. Simões Lopes, é aprovado um voto de pesar pelo faleci-

mento do sr. Izidro Vasconcelos, que foi membro do Conselho Consultivo e da Comissão Executiva, como representante de Alagoas.

19.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Alfredo de Maia, Tarcisio d'Almeida Miranda, Moacir Soares Pereira, Alvaro Simões Lopes, J. I. Monteiro de Barros e Otavio Milanez.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

São lidas e aprovadas as atas das duas sessões, realizadas no dia 24 de abril.

Redistribuição de saldos — Por proposta do sr. Alde Sampaio, que encaminhou uma sugestão nesse sentido da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, resolve a Casa adotar, na redistribuição dos saldos das usinas de produção deficitaria, naquele Estado, da seguinte maneira: 50% na proporção dos limites das usinas que têm extra-limite e 50% dos saldos, proporcionalmente aos excessos das usinas.

Infrações — E' autorizada a cobrança de taxa e multas, independentemente de lavratura de autos de infração, sobre os trinta sacos de açucar que a Usina Santo Antonio, São Paulo, havia sonegado.

— Nas mesmas condições, de acordo com os precedentes, é deferido o pedido da Usina Campo Alegre, Avanhandava, São Paulo, para pagar, independente de autuação, a taxa e multa sobre 798 sacos de açucar que haviam sido sonegados.

— E' ainda deferido um requerimento do sr. Natal Masson solicitando que, independente de autuação, lhe sejam cobradas as taxas em dobro sobre 340 sacos de açucar, sonegados na safra de 1939, e a taxa simples, acrescida da multa de 10$000 por saco, sobre os 731 sacos sonegados na safra de 1940.

Incorporação de quotas — E' concedida a incorporação da quota do engenho do sr. Paulo Welsmuth Viuva ao limite da Usina São José, sita como aquele em Santa Catarina.

— Com a redução de um terço, é concedida a incorporação da quota do Engenho Gigante ao limite da Usina Roçadinho, Pernambuco.

Autos de infração — E' mandado arquivar o processo referente ao auto de infração lavrado contra a Usina Limoeirinho, Pernambuco.

— Idem quanto aos autos de infração lavrados contra a Usina Massauassú, contra a Usina Siberia, contra a Usina Salgado, contra a Usina Mercês, contra a Usina Jaboatão, contra a Usina Aliança, contra a Usina N.S. Auxiliadora, todas sitas em Pernambuco, e contra a Usina Conceição de Macabú, Estado do Rio.

20.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, J.I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Moacir Soares Pereira, Tarcisio d'Almeida Miranda, Alfredo de Maia e Alde Sampaio.

Presidencia do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

E' lida e aprovada a ata da sessão de 30 de abril último.

Quota de equilibrio — Tendo a U. Santa Luiza, Est. do Rio, deixado de entregar à Distilaria Central desse Estado a sua quota de equilibrio, a Casa resolve deferir o seu requerimento no sentido de pagar a diferença entre o preço de 33$000 fixado para o saco de açucar daquela quota e o preço do dia. O pagamento total, inclusive a taxa, importa em 5:310$800.

Quota de excesso — E' igualmente atendida a pretenção daquela fábrica para que seja liberado o seu extra-limite, pagando a mesma a diferença entre o preço de 20$000, estabelecido para a entrega da quota de excesso à Distilaria Central do Est. do Rio e o de 36$000, do mercado normal. Importará em 35:424$000 o pagamento respectivo.

Incorporação de quota. — E' aprovada a incorporação da quota do engenho turbinador de propriedade do sr. Jordano da Costa Machado, estabelecido em S. José do Rio Pardo, São Paulo, à U. Varjão, no mesmo Estado, uma vez cumpridas as seguintes exigencias: a fábrica incorporada será inspecionada por fiscal deste Instituto, nos termos da Resolução n. 8-39, aplicada ao presente caso, por analogia; lavrado o termo de arrolamento, desmontagem e paralização definitiva, ainda nos termos da resolução citada, reconhecidas as firmas dos subscritores do aludido termo; completada a prova de propriedade do engenho incorporando, com um atestado provido por autoridade competente, por onde se esclareça que o signatario da inicial é a mesma pessoa aludida no documento citado; a ressalva dos fornecedores do engenho incorporando se proceda de acordo com o termo de ciencia e de ressalva de fornecedores.

21 SESSÃO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1941

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Tarcisio d'Almeida Miranda, Moacir Soares Pereira, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alfredo de Maia.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Defesa da safra 1941-42 — E' lido o plano de defesa da safra 1941-42.

CONSELHO CONSULTIVO

1.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 1941

Presentes os Srs. Romeu Cuocolo, José Augusto de Lima Teixeira, Luiz Veloso, Dermeval Lusitano de Albuquerque, Osvaldo Trigueiro, José Pinheiro Brandão, Joaquim de Brito, João Soares Palmeira e Aderbal Novais.

Presidencia do Sr. Romeu Cuocolo, vice-presidente em exercicio, na ausencia do sr. Arnaldo de Oliveira.

Condolencias — Por proposta do sr. presidente, é mandado lavrar em ata um voto de pesar pelo falecimento da progenitora do sr. Lima Teixeira.

Atas — São lidas e aprovadas as atas das 11.ª, 12.ª e 13.ª sessões e a ata da sessão conjunta do C.C. e da Comissão Executiva.

FIM DE SAFRA

Apolonio Sales

Está quase concluida a safra de açucar de Pernambuco. Das espectativas promissoras do começo da safra, segundo as quais se esperavam 4 centenas de milhares de sacos "extra-limite", ficou-se reduzido a uma produção pouco superior a 100 mil sacos, alem da quota de Pernambuco.

Ano agrícola magnífico, chuvas abundantes nos meses de plantio e durante os meses de crescimento da cana; era realmente justificavel que se esperasse uma produção colossal quando se iniciou a moagem nos primeiros dias de setembro do ano passado. Entretanto, como em novembro a estiagem se tornou prolongada e o sol prosseguiu na sua faina de dissecamento da terra até janeiro, viu-se uma redução formidavel em todos os canaviais, em que não houve os beneficios da irrigação.

Esse fato será, sem dúvida, motivo de apreciação ponderada por parte dos que dirigem a industria açucareira do país. As recomendações justíssimas para se evitarem os extra-limites que rompem com o equilibrio comercial do açucar devem ser muito precisas para que não se tenha o desprazer de em dado momento nem mesmo se atingir o limite oficial. Este fim de safra é um argumento a mais aos que aduzi em artigos publicados no mês de novembro do ano passado, em que acentuava a necessidade de limitação da produção do açucar mas sem que isto incorresse na limitação do plantio da cana. Somente quando todos os proprietarios de terra do Estado tiverem os seus canaviais submetidos ao regime intensivo a que não falte agua e o adubo é que se poderá contar, até um certo ponto, com a constancia das safras.

Só então estas avaliações terão o valor matemático exigivel na apreciação do fato econômico.

Balancete — São designados os srs. Joaquim de Brito e Luiz Veloso para relatores do balancete do I.A.A., de novembro de 1940.

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1941

Presentes os srs Arnaldo Pereira de Oliveira, Joaquim Azarias de Brito, Luiz Veloso, Dermeval Lusitano de Albuquerque, Osvaldo Trigueiro, Aderbal Novais, J. A. de Lima Teixeira, João Dantas Prado e João Soares Pereira.

Presidencia do sr. Arnaldo de Oliveira.

Balancete — São designados os srs. Osvaldo Trigueiro e Dermeval Lusitano para relatores do balancete de janeiro.

Balanço — São designados os srs. Aderbal Novais e Romeu Cuoculo para relatores do balanço geral do Instituto referente ao exercicio de 1940.

3.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1941

Presentes os srs. Arnaldo Pereira de Oliveira, Romeu Cuocolo, J. A. de Lima Teixeira, Luiz Veloso, Osvaldo Treigueiro, José Pinheiro Brandão, João Dantas Prado, João Soares Palmeira, Joaquim Azarias de Brito e Dermeval Lusitano de Albuquerque.

Presidencia do sr. Arnaldo Pereira de Oliveira.

São lidas e aprovadas as atas da 14.ª reunião do ano proximo findo e da 2.ª reunião do ano corrente.

Balancetes — São aprovados os balancetes de novembro de 1940 e de janeiro último.

— São designados os srs. João Dantas Prado e Luiz Veloso para relatores do balancete de fevereiro.

Tecnologia da fabricação do açucar de cana

Livro do

Dr. Baeta Neves

PREÇO . . . . . 50$000
PELO CORREIO . . . . . 51$000

No Instituto do Açucar e do Alcool

OBSERVAÇÕES SOBRE O COMBATE QUIMICO E BIOLOGICO DA LAGARTA DA FOLHA DA CANA DE AÇUCAR

Mario B. de Carvalho
(Do Inst. de Pesquisas Agronômicas)

No intuito de continuar com a serie de citações e observações publicadas anteriormente neste Boletim, sobre as pragas das nossas plantas cultivadas, fui a uma usina na zona sul deste Estado, estudar a possibilidade de deter uma praga seria da cana de açucar, que mal havia surgido já ameaçava alastrar-se por quase todos os canaviais lá existentes.

Antes, porem, de me dirigir ao local, fui informado de que as medidas tomadas pelos interessados para controle da praga, consistiam em disparos feitos com espingardas, sem a carga de chumbo, por entre as fileiras das canas atacadas.

Excusado é dizer que esta prática não surtiu os efeitos desejados, pois, afora as lagartas diretamente atingidas pelo deslocamento do ar produzido pela deflagração da arma, nenhuma outra foi alcançada.

Quando cheguei ao local determinado, verifiquei que as folhas das canas dobravam-se com o peso da grande quantidade de lagartas nelas existentes. Eu jamais me recordo de ter visto em parte alguma, sobre qualquer planta cultivada, tão grande quantidade de lagartas.

O material que levei para dar cabo da dita praga foi muito resumido e por demais simples, constando de 70 quilos de "Calgreen", eficiente inseticida de CHIPMAN CHEMICAL COMPANY-BOUND-BROOK, ESTADOS-UNIDOS, e uma maquina polvilhadora Niágara, que foi eficientemente manuseada pelo sr. João Rodrigues, continuo desta Secção.

A quantidade de inseticida dispendida foi aproximadamente de 13 a 14 quilos por hectare. Ao terminar das pulverizações notava-se claramente nas folhas das plantas tratadas uma tenue camada de pó letal. E' de grande importancia salientar que todo o trabalho foi feito em terreno acidentado e numa época rigorosamente invernosa. Assim é que quatro horas após às pulverizações choveu copiosamente. Contudo, em nada ficou a desejar a eficiencia do trabalho empreendido que atingiu otimamente sua finalidade. Quero crer que muito contribuiu para esse resultado o hábito das lagartas comerem consecutivamente durante todo o dia, assim como a boa aderencia do inseticida e sua aplicação sob a face dorsal das folhas da cana que ficam parcialmente protegidas da lavagem das aguas das chuvas.

Radicalmente extinta a praga da maneira por que ficou dito acima, faltava-me agora a identificação do inseto adulto que apareceu logo após, nas caixas de criação do laboratorio, dentro das quais eu havia colocado quantidade suficiente das respectivas lagartas. Nas coleções desta Secção já havia especimes adultos idênticos ao da mariposa recem-nascida a qual foi identificada como "Mocis repanda". Esta mariposa, da familia "Noctuidae", entre nós, era conhecida como praga do milho e do capim. No Ceará, segundo o dr. Costa Lima, é praga do milho e do capim "Pacinum maximum". Em Minas Gerais, do arroz. Em S. Paulo, alem das plantas citadas, vive sobre alface e cafeeiro. Muitos autores tratam-na em linguagem vulgar por lagarta do capim e do milho. Agora não seria exagero chamá-la tambem de lagarta da cana de açucar.

Mal havia decorrido uma semana das observações acima referidas quando tive ensejo de ir a uma outra usina, próxima a esta cidade, para indicar os meios de exterminar uma praga de lagartas que tambem havia surgido sobre os canaviais. Antes, porem, da minha ida procurei colher alguns informes que me induziram a supor tratar-se de uma praga igual à observada anteriormente na zona sul do Estado. E na realidade fui feliz na minha suposição: a praga era a mesma. Tanto é que lancei mão dos mesmos recursos usados anteriormente. E enquanto se procediam às pulverizações, eu procurava coletar algumas crisálidas e lagartas para observações em laboratorio, quando já de posse de material suficiente, verifiquei, no pro-

prio campo que as crisálidas estavam parasitadas. Animado por este tão fortuito quão feliz achado, voltei imediatamente a esta Secção onde fiz diversas dissecações nas crisálidas e em todas as examinadas encontrei uma larva de "Diptero" (mosca).

Aguardando o resultado de outras crisálidas, provenientes do mesmo local e que eu havia guardado em placas de petrí, para observações posteriores colhi dias depois vários Dipteros que enviei ao conhecido dipterólogo Charles Tonwsend em Itaquaquecetuba, S. Paulo, que os colocou nos gêneros "Oxysarcordexia" e "Atacta".

Infelizmente ainda não foi possivel a identificação das especies dos outros especimes de "Oxysarcodexia" constatados neste Estado como parasitas de varios insetos, para julgarmos ao certo quantas especies deste gênero já conseguimos observar nesta Secção.

Diante do grande coeficiente de crisálidas parasitadas, certo estou de que apesar da eficiencia do combate químico, posto à prova pela segunda vez com o "Calgreen", o combate biológico por si só ou seja o parasitismo das ditas moscas seria o suficiente para exterminar a praga. Para corroborar essa suposição basta dizer que a praga em discussão entre nós é univoltina e raríssimo é o seu aparecimento em um ano quando o anterior lhe é favoravel ao desenvolvimento. Daí a minha opinião de que aos anos de grande ocorrencia da praga correspondem tambem os de grande proliferação das moscas e, consequentemente, do maior parasitismo das crisálidas existentes, o que significa o seu aniquilamento e naturalmente a falta de mariposas para a reprodução no ano seguinte. E' verdade que tambem se pode aventar a hipótese de ter faltado a praga em determinados anos devido às variações climatéricas que influem consideravelmente na vida dos insetos. Uma suposição, tambem para mim muito aceitavel, é de serem as nossas especies de "Oxysarcordexia" e "Atacta" observadas, parasitas monófagos, isto é, exclusivos da "Mocis repanda". Somente assim, encontro mais justificativa ao fato de aparecerem, vez por outra, grandes surtos de lagartas da dita mariposa. Certamente com a falta de lagartas na época precisa para ovoposição das referidas moscas estas não se propagariam no ano seguinte.

Seja como for este é um assunto que só poderá ser elucidado com uma serie de anos através de meticulosas observações. Esta Secção no desempenho da sua missão tudo fará para esclarecê-lo quanto antes. Por enquanto, já é alguma cousa podermos dar a boa noticia de que a mariposa da cana de açucar tem parasitas que controlam seu desenvolvimento e que não lhe permitirão de certo comprometer o rendimento da grande lavoura canavieira de Pernambuco.

(O artigo supra é transcrito do "Boletim da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio" do Estado de Pernambuco, — Janeiro de 1941.)

Léxico Açucareiro
Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do "Dicionario Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende termos técnicos ingleses, usualmente empregados na lavoura da cana e na industria do açucar com os seus equivalentes em português. Volume em formato portatil, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cartonado—12$000
Pelo Correio . . . . . 15$550

—:—

A' VENDA NA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

RUA GENERAL CAMARA, 19
7.º Andar - Sala 12

Caixa Postal 420 RIO

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES E PREÇOS

Secção de Estatística — I.A.A.

Safra de 1940 - 1941, em confronto com as anteriores.

TOTAL DOS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS
Unidade : saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final	Preço m/ no D. Federal	
							Cristal s/60 kg.	Refinado p/quilo
Maio de 1941	3.990.378	76.831	—	113.215	1.114.726	2.839.268	N/	1$100
Maio de 1940	2.998.071	243.721	—	150.170	951.993	2.139.629	N/	1$100
Maio de 1939	2.366.779	197.630	—	—	1.073.561	1.490.848	56$500	1$100
Maio de 1938	2.809.067	25.692	—	83	1.245.281	1.589.395	57$000	1$100
JUNHO/MAIO								
1940/41	2.139.629	13.502.121	—	290.194	12.512.288	2.839.268	—	—
1939/40	1.490.848	14.322.182	—	1.138.674	12.534.727	2.139.629	—	—
1938/39	1.589.395	12.669.697	—	776.328	11.991.916	1.490.848	—	—
1937/38	1.681.811	10.907.204	—	1.771	10.997.849	1.589.395	—	—

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

TOTAL DE TODOS OS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS E ENGENHOS

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
Maio de 1941	4.187.282	212.231	—	113.215	1.249.847	3.036.451
Maio de 1940	3.139.390	243.721	—	150.170	976.356	2.256.585
Maio de 1939	2.516.937	197.744	—	1.000	1.113.144	1.600.537
Maio de 1938	2.877.088	50.229	—	1.770	1.296.696	1.628.851
JUNHO/MAIO						
1940/41	2.256.585	19.861.622	—	290.504	18.791.252	3.036.451
1939/40	1.600.537	19.547.895	—	1.161.702	17.730.145	2.256.585
1938/39	1.628.851	18.306.706	—	780.518	17.554.502	1.600.537
1937/38	1.764.335	16.742.712	—	7.232	16.870.964	1.628.851

NOTA : — Consumo — refere-se a saídas para consumo.
Preços — refere-se ao último dia do mês.
Refinado — refere-se ao gênero de 1.ª qualidade no varejo.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR E ALCOOL

(Usinas e Engenhos)
MOVIMENTO DA SAFRA DE 1940/41
(POSIÇÃO EM 31 DE MAIO)

Instituto do Açucar e do Alcool — **Secção de Estatística**

ESTADOS	AÇUCAR (sacos 60 quilos)				ALCOOL (Litros)
	Produção autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos	
Acre	7.738	10.000	—	8.745	—
Amazonas	8.404	8.000	—	6.881	—
Pará	28.878	64.000	5.868	54.505	7.561
Maranhão	56.496	70.000	6.112	83.562	—
Piauí	53.161	52.500	2.200	90.367	—
Ceará	320.397	320.000	15.820	569.782	—
Rio Grande do Norte	165.389	220.000	40.054	212.092	79.220
Paraíba	530.165	600.000	257.927	607.051	440.024
Pernambuco	5.360.874	6.200.000	4.657.403	5.354.729	32.785.150
Alagoas	1.940.306	2.300.000	1.441.170	1.946.554	6.290.323
Sergipe	789.575	960.000	846.707	885.722	513.949
Baía	1.213.366	1.450.000	735.154	1.387.291	58.190
Espírito Santo	81.226	160.000	50.000	128.739	350.193
Rio de Janeiro	2.131.825	2.750.000	2.497.733	2.638.913	29.788.823
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.302.201	3.080.000	2.330.194	2.725.099	35.306.561
Paraná	12.942	15.000	—	15.089	—
Santa Catarina	335.711	340.000	60.103	379.685	313.249
Rio Grande do Sul	13.635	30.000	—	35.108	—
Minas Gerais	2.075.156	2.750.000	529.048	2.539.263	3.150.475
Goiaz	88.776	135.000	985	159.889	—
Mato Grosso	33.715	37.000	25.643	32.556	224.998
TOTAL	17.549.936	21.551.500	13.502.121	19.861.622	109.308.716

ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Secção de Estatística — I.A.A.
Ano de 1941

Unidade : Saco de 60 quilos

Posição em 31 de maio

ESTADOS	Gran-fina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	Total discriminado por localidade		
								Capitais	Usinas	Interior dos Estados
Rio G. do Norte	—	1.220	—	—	—	—	1.220	—	1.220	—
Paraíba	—	23.210	—	—	—	1.003	24.213	4.754	19.459	80.000
Pernambuco	79.390	1.054.557	91.478	—	753	84.083	1.310.261	1.069.069	161.192	—
Alagoas	14.241	141.378	115.057	—	48	72.161	342.285	301.804	41.081	39.102
Sergipe	—	233.850	11.015	—	11.415	—	256.280	198.457	18.721	—
Baía	—	228.181	—	—	—	766	228.947	203.765	25.182	—
Rio de Janeiro	—	108.836	89.257	—	—	—	198.093	2.430	195.663	—
D. Federal	—	35.076	—	—	—	5.170	40.246	40.246	—	21.391
São Paulo	—	384.515	—	19.237	—	34.000	437.752	151.000	265.361	—
Minas Gerais	—	156.959	4.461	—	13.163	—	174.583	6.941	167.642	—
Demais Estados	—	21.971	—	—	—	—	21.971	—	21.971	—
TOTAL	93.631	2.389.753	311.268	19.237	25.379	197.183	3.036.451	1.978.466	917.492	140.493

TOTAIS POR ESTADOS

EM IDENTICOS PERIODOS

ESTADOS	1939	1940	1941
Rio G. do Norte	4.794	11.634	1.220
Paraíba	30.964	90.151	24.213
Pernambuco	625.637	897.175	1.310.261
Alagoas	235.055	197.691	342.885
Sergipe	133.645	287.101	256.280
Baía	80.844	246.120	228.947
Rio de Janeiro	38.724	72.595	198.093
D. Federal	87.505	84.570	40.246
São Paulo	348.856	330.889	437.752
Minas Gerais	14.008	31.926	174.583
Goiaz	505	—	—
Demais Estados	—	6.733	21.971
TOTAL	1.600.537	2.256.585	3.036.451

COTAÇÕES

DURANTE O MES DE MAIO

Instituto do Açucar e do Alcool — **Secção de Estatística**

PRAÇAS	1940			1941		
	Cristal	Demerara	Bruto	Cristal	Demerara	Bruto
João Pessoa	49$000 — 51$000	—	27$000 — 27$000	55$000 — 58$000	—	30$000 — 30$000
Recife	48$000 — 48$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800	49$000 — 49$000	37$200 — 37$200	22$000 — 24$800
Maceió	47$000 — 47$000	41$000 — 41$000	18$800 — 22$000	47$000 — 47$000	40$000 — 40$000	16$400 — 22$400
Aracajú	44$000 — 45$000	—	18$000 — 18$000	37$000 — 40$000	—	18$000 — 18$000
Salvador	54$000 — 54$000	—	39$000 — 39$000	48$000 — 48$000	—	18$000 — 18$000
Campos	54$000 — 47$000	—	—	49$000 — 54$000	—	—
D. Federal	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000	N/	50$000 — 51$000	37$000 — 39$000
São Paulo	62$000 — 65$000	—	38$000 — 41$000	61$000 — 63$000	—	38$000 — 40$000
B. Horizonte	66$000 — 69$000	—	—	67$000 — 67$000	—	—
MEDIAS MENSAIS						
João Pessoa	49$500	—	27$000	56$250	—	30$000
Recife	48$000	37$200	23$400	49$000	37$200	23$400
Maceió	47$000	41$000	20$400	47$000	40$000	19$400
Aracajú	44$500	—	18$000	38$500	—	18$000
Salvador	54$000	—	39$000	48$000	—	18$000
Campos	55$643	—	—	51$208	—	—
D. Federal	N/	50$500	38$000	N/	50$500	38$000
São Paulo	63$833	—	40$417	61$807	—	38$808
B. Horizonte	68$500	—	—	67$000	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

A PRODUÇÃO DE ALCOOL NA AUSTRALIA

No seu número de fevereiro, "The International Sugar Journal" resume as conclusões a que chegou, sobre o problema da produção de alcool na Australia, o técnico C. W. Waddell, especialista de larga experiencia na materia, que estudou durante varios anos de trabalho nas Filipinas, onde existe, como se sabe, uma florescente industria alcooleira. As pesquisas do citado técnico foram empreendidas por iniciativa do Conselho dos Plantadores de Cana de Queensland.

Acredita-se — diz a aludida revista — que o custo da conversão de produtos da cana de açucar em alcool (inclusive o transporte para os depósitos de mistura nas cidades) ficaria mais ou menos em 9d. por galão. O mais baixo custo de produção de uma tonelada de açucar de 94.º é estimado em £ 10-10-0, na usina, enquanto se presume que com essa quantidade de açucar se poderia fabricar 125 galões de alcool puro, isto é, a materia prima custaria ao menos ls. 8,16d. por galão, quantia a ser adicionada aos 9d. das despesas de transformação, e assim o custo total do alcool nos depósitos de mistura se elevaria a 2s. 5,16d. por galão. Ora, o Comité de Alcool Motor não está preparado para recomendar um preço livre de impostos mais alto do que ls. 9d. por galão, de sorte que apenas ls. por galão de alcool ficaria disponivel para a materia prima; assim, uma tonelada de açucar de 94.º somente obteria, na usina, £ 6-5-0 e a conclusão a que se chega é que a produção do alcool na Australia é anti-econômica.

Uma maneira de cobrir a diferença seria a utilização, ao menos em parte, dos melaços. De cada tonelada de açucar produzida em Queenland, obtem-se 0,176 toneladas de melaços finais, calculando-se que essa quantidade de melaços pode produzir 60 galões de alcool. Na base de 1s por galão para materia prima, teriamos 60s. para a produção de alcool, quantia que se compara com o preço corrente do melaço, que é de 16s. por tonelada. A grande diferença no preço representa, segundo o técnico Waddell, uma renda adicional que poderia ser aplicada a uma pequena percentagem de safra de açucar, de forma que o preço dessa parte, que seria aproveitada no fabrico de alcool, se elevaria de £ 6-5-0 a £ 10-10-0; calcula-se tambem que cerca de 80 por cento poderiam ser encaminhados para as distilarias, se fosse possivel pagar por ele o preço de £ 3. Os melaços produzidos em Queensland não se perdem, mas 35 por cento da produção, que presentemente são aproveitados como adubo e combustivel ao preço inferior de 16s., e os 20 por cento usados como alimento do gado, poderiam ser em larga escala desviados para o fabrico de alcool, desde que fosse oferecido um preço mais compensador. Desse modo, com as proporções que tem presentemente a produção, cerca de 104 mil toneladas de melaços poderiam ser aproveitadas pelas distilarias, que com elas fabricariam para mais de seis milhões de galões de alcool motor.

Quanto ao custo da fabricação, o processo mais barato é, sem dúvida, o da instalação de uma grande distilaria-usina que esmagasse canas exclusivamente para alcool; o custo seria aproximadamente de 6 3/4d. por galão. Outros processos poderiam ser: instalar pequenas distilarias anexas às usinas, usando melaços finais e xarope "B", com um custo de 9d., ou grandes distilarias centrais, próximas a um grupo de usinas ou numa cidade e nesse caso o custo seria, respectivamente, de 9 1/2d. e 11 1/2d, por galão. Não sendo praticavel no momento a solução apontada em primeiro lugar, inclinam-se os interessados para as distilarias anexas, que apresentam sobre as outras as vantagens de eliminar as despesas de transporte de materias primas, de facilitar o derrame dos resíduos nos campos de cana, de poder aproveitar os excessos de energia da usina, enquanto permite ainda a conversão em alcool, em caso de necessidade, de uma determinada porção de safra de açucar, para o que bastará bombear diretamente para a distilaria o xarope "B" e assim se poupa o trabalho de ferver o caldo, cristalizar e centrifugar o açucar. Por essas e outras razões, diz-se que a pequena distilaria anexa, usando 90 por cento do xarope "B" como materia prima (os 10 por cento restantes sendo reservados para a alimentação do gado) seria uma combinação ideal dentro da industria açucareira e, na opinião do técnico Waddell, poderia ser ensaiada em varios distritos, antes que os industriais do açucar se decidissem a transformar uma maior quantidade de caldo em alcool.

Com referencia à distilaria-usina de que se falou primeiramente, argumenta-se que se o

MODO DE ESCREVER OS NUMEROS E OS SIMBOLOS

Considerando a necessidade de serem adotados nos documentos exclusivamente os símbolos prescritos no quadro I do Regulamento, nos termos do seu art. 1, §§ 1.º e 2.º;

— Considerando a conveniencia de se uniformizar a grafia dos números e dos símbolos, em todos os meios do país;

— A Comissão de Metrologia resolve aprovar as seguintes recomendações que serão, para os devidos fins, enviadas ao I.N.T.

1 — A vírgula ou o ponto são empregados em um número para separar a parte inteira da parte decimal.

2 — A parte inteira dos números deve ser saparada em classes de três algarismos, da direita para a esquerda; a separação será feita exclusivamente por um pequeno intervalo, não se devendo usar ponto, vírgula, ou qualquer sinal nessa separação;

na parte decimal essa separação se fará da esquerda para a direita.

A recomendação relativa à separação em classes de três algarismos não é necessariamente aplicavel aos números reunidos em tabelas ou quadros.

3 — Não acrescentar ponto abreviativo ao símbolo da unidade exceto nos casos de símbolos compostos já previstos no quadro.

4 — Não usar a letra s junto de um símbolo como sinal do plural.

5 — Qs símbolos representativos das unidades não devem ser escritos em forma de expoente e sim na mesma linha horizontal em que o número está escrito. Excetuam-se os símbolos das unidades de temperatura de tempo e das unidades sexagesimais de ângulo.

6 — Quando o valor numérico de uma grandeza apresentar parte fracionaria o símbolo da unidade respectiva, não deve ser intercalado entre a parte inteira e a parte fracionaria do número, mas deve ser levada imediatamente à direita desta parte fracionaria.

EXEMPLOS

Como se deve escrever	Como não se deve escrever
37,2 ou 37.2	
20 324,18 ou 20 324.18	20.324,18
1 291,254 47 ou 1 291.253 47	1291,25347
50 cm^3	50 cc
69 A	
96 amperes	96 amp.
25 m	25 m.
80 kg	80^{kgs}
3 atm	3^{atm}
5 mm	5 m/m
120 mm^2	120 mmq
5 h 10 m 7 s	
5^h 10^m 7^s	5 h 10' 7"
5 h 10 m 7 seg	
50,350 g	$50,^g350$
0,25 g	$0,25^{cg}$
25 cg	

Alcoometria, Estereometria e Análise do Alcool

Preço . . . . . **15$000**
Pelo Correio . . . . . **15$600**

Livro do dr. Anibal R. de Matos

À venda na Secção de Publicidade do

Instituto do Açucar e do Alcool

seu custo de produção é mais baixo que o das outras isso é porque ela se limitaria a converter caldo em alcool. Se, porem, aproveitasse os melaços finais de outras usinas para conversão em alcool, o custo de produção passaria a ser idêntico ao das pequenas distilarias anexas. E não se teria ainda a vantagem de aproveitar os resíduos como adubos.

PUBLICAÇÕES

Mantendo o Instituto do Açucar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionarios e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à industria do açucar e do alcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contem ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

DIVERSAS

BRASIL — Máquinas e Construções, n.º 3; Boletim do Conselho Federal do Comercio Exterior, n.º 13; Revista Brasileira de Geografia. n.º 1; Revista Comercial de Minas Gerais. n.º 41; Boletim do Ministerio das Relações Exteriores, n.º 7; Produção e Crédito, n.º 10; Boletim do Serviço de Informações do Departamento de Estatística de Santa Catarina, n.º 31; Vitoria, n.º 388; Estatística Geral da Exportação dos Produtos do Estado da Baía; Boletim do Porto de Recife, ns. 5 e 6; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n.º 266, Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia, ns. 3 e 4; Revista do Club Militar, n.º 58; Boletim da Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Estudos Brasileiros, n.º 16; O Economista, abril; Boletim da Câmara de Comercio Chileno-Brasileira, n.º 49; Vitoria, n.º 389; Boletim da C. do I. Pecuaria da Baía, n.º 21; I.A.P.E.T.C., abril; D.N.C., n.º 94; Mundo Automobilístico, n.º 5; Hamann, n.º 39; Boletim da A. Comercial de Pernambuco, ns. 56 e 57; Boletim do Ministerio das Relações Exteriores, n.º 8; Revista do Instituto do Café de São Paulo, n.º 169; Imposto de Consumo, ns. 23 e 24; Boletim da A. Comercial do Rio de Janeiro, n.º 268; Boletim Técnico da Secretaria da Viação de Pernambuco, vol. 4; Revista Bancaria Brasileira. n.º 101.

EXTERIOR — Boletim da Camara Argentino-Brasileña, n.º 306; The Sugar Journal n.º 10; Fortnightly Review, n.º 116; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n.º 24; The Philippine Agriculturist, n.º 10; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 16 e 17; Cuba Economica y Financiera, n.º 180; Der Vierjahresplan, ns. 4 e 5; Bulletin Mensuel de Renseignements Techniques, n.º 2; Boletin de Estadistica Agropecuaria, n.º 2; The Australian Sugar Journal, n.º 12; Statistical Bulletin of the International Sugar Council, novembro de 1940; Foreign Commerce Weekly ns. 2 e 3; Bulletin Mensuel de Renseignements Techniques n.º 3; Technique Suisse, n.º 1; Memoria de la Estacion Experimental Agricola de la Molina, 1939. Sugar, maio; La Industria Azucarera, n.º 570.

A defesa da produção açucareira

(2ª edição)

pelo

dr. Leonardo Truda

Preço . . . . . **12$000**
Pelo Correio . . . . . **13$000**

A venda no Instituto do Açucar e do Alcool

COMENTARIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentarios da nossa imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordancia, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.

O ALCOOL-MOTOR NO PARANA'

Magnifica, sem dúvida, sob todos os pontos de vista, a notícia que nos vem de Morretes.

Por iniciativa do governo do Estado, muito em breve será instalada na cidade banhada pelo Nhundiaquára uma Distilaria de Alcaol Anhidro, destinada à produção do alcool-motor; sub-produto de alta valar, cuja utilização conjuntamente com a gasolina vem trazendo à balança brasileira avultada soma de lucros.

Se para o Estado e a Nação tal acontecimento constitue um fato de alta importância e valor, enormes serão as vantagens que Morretes auferirá com a materialização do pensamento do governo do Paraná, pois grande é a crise que avasala a cultura da cana, principal fonte de rendas da terra de Rocha Pombo.

A instalação da Distilaria de Alcool Anidro será a efetivação de uma velha aspiração de Morretes, que entrará em uma nova era de progreso e prosperidade. Será a aurora de promissores dias de trabalho a que tanto almejam seus laboriosos habitantes.

("Gazeta do Povo", Curitiba, 4-5-41.)

INDUSTRIA AÇUCAREIRA

Segundo nota distribuida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, está em elaboração no Instituto do Açucar e do Alcool um ante-projeto de reforma da lei n. 178, que regula as relações entre os usineiros e os fornecedores de cana. E, não obstante o carater naturalmente reservado com que estão sendo conduzidos, dentro daquela organização autárquica, os debates em torno desse trabalho já repercutiram entre os círculos interessados.

Não há, pois, que estranhar essa repercussão. A materia anunciada é das que mais fundamente interessam aos lavradores e industriais da cana de açucar. Desde que entrou em vigor a lei n. 178, inspirada no melhor pensamento, mas eivada de graves defeitos, tem sido causa de frequentes dissidios no seio da camunidade açucareira do país, porque o seu texto se presta às interpretações mais diversas.

Basta essa razão de fato para justificar modificações do referido estatuto, porque calide com o seu espírito de harmonia, de conciliação e de equidade. Cam efeito, a que o legisladar teve em vista, estabelecendo regras para o fornecimento de cana às usinas, foi evitar as antigas desinteligencias entre essas e os plantadores, desharmonia que se verificava em tadas as safras, acabando, sempre com prejuizos para os últimos. Ao contrario do que seria de esperar, continuaram as reclamações dos lavradores contra as fábricas de açucar, sob o fundamento de não receberem essas as quotas a que aqueles se julgam com direito, porque os dispositivos legais são interpretados ao arbitrio de cada grupo interessado.

Sem dúvida, resta o recurso judicial, assegurado pela propria lei. Alguns fornecedores prejudicados chegaram a lançar mão desse meio em defesa dos seus interesses. Mas a grande maioria não o pode fazer, em face das despesas com os honorarios dos advogados e as custas judiciais, bem como da demora costumeira das decisões finais.

Está clara que nem todas os usineiros são alvo de queixas dos seus fornecedores. Alguns porque os têm em pequeno número e com quotas reduzidas, podendo atendê-los facil e amigavelmente. Outros, porque chegam a sacrificar as proprias lavouras, para receber as canas dos seus colonos ou de plantadores autônomos, dentro dos limites de produção a que estão subordinados. Mas é evidente que não basta a boa vontade de uns e a situação excepcional de outros para resolver as dificuldades de ordem geral.

Não conhecendo o ante-projeto em estudo no Instituto do Açucar e do Alcool, logicamente não podemos participar de sua discussão antecipada. Apenas queremos exprimir o desejo de que a solução visada se enquadre na estrutura da industria açucareira do Brasil, corrigindo injustiças, reparando erros, melhorando as condições dos lavradores

de cana, sem abalar os fundamentos da velha riqueza que é um grande patrimonio do país. E a nossa esperança nesse sentido é tanto mais legítima quanto se firma nas diretrizes da legislação social decretada pelo governo da República, porque essa conseguiu satisfazer as mais justas aspirações das classes trabalhadoras, elevar o seu padrão de vida e consolidar as relações entre empregados e empregadores, sem afetar os interesses orgânicos e as normas legais sobre que assentamos nossa estrutura econômica e social.

("O Jornal", Rio, 16-5-41.)

USINAS E PLANTADORES

Certo é que a questão do preço do açucar ficou solucionada pelo sistema de quotas de produção controlado pelo Instituto do Açucar e do Alcool. Não menos evidente é, porem, que muito falta fazer, ainda, para organizar essa produção, principalmente em dois dos seus setores mais importantes.

Tumultuarias e antagônicas são, com efeito e cada dia mais acentuadamente, as relações entre duas grandes categorias de agentes dessa produção, em detrimento da estabilidade desta, que já deveria constituir, entre nós, um conjunto modelar, tendo-se em vista as facilidades que o meio brasileiro oferece para que essa organização se torne perfeita.

De um lado, com efeito, estão as usinas a ampliarem, progressivamente, suas culturas proprias, gerando as perspectivas sombrias assinaladas em nossa precedente editorial sobre este mesmo assunto. Do outro, surgiu o clamor crescente dos plantadores, estes a insistirem por garantias efetivas para a colocação, dia a dia minguante e mais incerta, das suas canas.

Ambos esses fatos estão a caracterizar uma situação anômala, e portanto insustentavel, impondo-se concluir que algo de errado anda em tudo isso, a reclamar correção. E a ninguem mais do que ao Poder Público cabe dar remédio ao caso, em prosseguimento à obra encetada com a criação do Instituto do Açucar e do Alcool, obra que se faz indispensavel concluir, erigindo-a num conjunto de economia dirigida, **integralmente articulado.**

A intervenção do Estado deve partir do regime agrario e estender-se até à distribuição dos produtos, englobando na sua ação o plantio, fornecimento de canas, industrialização do produto, fixação dos preços deste e da propria cana, técnicas respectivas, financiamentos, etc.

Dar estabilidade econômica e social ao plantador deve ser preocupação precípua do governo Sá assim impedirá que cresçam os latifundios açucareiros, que os lavradores e sua gente fiquem reduzidos à condição de simples abreiros das usinas e que, por isso mesmo, 1.500.000 brasileiros, atualmente vivendo da cana de açucar, segundo estatística do Instituto, passem a formar enorme e mísera massa proletaria, sem eira nem beira, quando tão facil e justo — coisas estas nem sempre conciliáveis — se oferece evitar essa calamidade, dentro da ordem, da lei e do interesse tanto privado como coletivo.

O plantador, com especialidade nos Estados do Rio e Minas Gerais, cultiva pequenas areas de terras proprias ou alugadas. O da primeira categoria, necessita apenas, de começo, da intervenção oficial, afim de estabilizar a colacação das suas colheitas, para o que deve ter garantido **um mínimo fixo** de fornecimento, em compensação ao qual, por sua vez, lhe devem caber deveres perfeitamente definidos.

A obrigação de compra, pela usina, devem de fato contrapor-se garantias de fornecimento regular, em quantidade e qualidade, par parte do plantador. Dess'arte, a medida, alem de resolver o problema equitativa e economicamente, se tornaria fator de consideravel valorização das terras canavieiras, no interesse público como no particular.

No que respeita ao plantador que cultiva terra alheia, a questão se oferece menos simples, é certo; mas, ainda assim, de solução muito exequivel, desde que o Estado, em acordo com o regime estabelecido na Constituição e os imperativos das modernas teorias sociológicas, se disponha, resolutamente, a certas limitações indispensaveis ao direito de propriedade, absolutamente legítimas quando ligadas ao equilibrio social e à paz pública, **como sucede no caso em apreço.**

Vem a propósito esclarecer que reformas semelhantes já foram executadas, com os mais surpreendentes e benéficos resultados, em varios países europeus e em jovens nações americanas, não só de estrutura totalitaria como democrática, ultra-democrática até.

A terra deve ser posta, preferencialmente, em mão de quem a possa cultivar, direta e tranquilamente, sem nenhum receio de se ver

privada dela, de um momento para outro. E desde que essa providencia se processe mediante indenização justa, ao proprietario anterior, **não há por que impugná-la, sensatamente.**

Assim foi feita naqueles países com imensa vantagem para a riqueza pública e a satisfação de legítima aspiração proletaria. Por que não agir de modo idêntico entre nós, tanto mais quanto isso foi determinado, formalmente, no texto constitucional vigente e solenemente prometido à Nação, mais uma vez, pela presidente da República, em discurso de 1 deste mês?

Bastaria para isso tornar realidade, garantir regime estavel ao cultivo de alheios terras, mediante aluguel, parceria ou prestação **in-natura,** estendendo os novos direitos, que fossem instituidos, aos herdeiros, ou sucessores quaisquer, desses lavradores.

Daí resultaria perfeita estabilidade econômica e social para todos os lavradores de cana, quer em terras alheias como proprias, tal qual ocorre com os povos europeus e americanos, entre os quais essa reforma assegura às sucessivas gerações de homens de campo normalidade de vida, ao abrigo das vicisssitudes da sorte humana, estas tão comuns quão perigosas, nas sociedades que persistem no erro grave de não evolucionar, voluntaria e pacificamente, em sentido reformatorio da propria organização social.

Em certas nações democráticas foi-se alem, muito alem mesmo, de tudo isso, aliás com resultados maravilhosos, asseguranda-se ao plantador de alheias terras **o direito de adquirir o domínio destas,** ao cabo de certo tempo de uso a título oneroso, isso mediante justo pago ao proprietario, desde que o lavrador revelasse a precisa capacidade de produção regular.

Tal providencia, por seu carater radical, talvez possa parecer por demais ousada, entre nós, nesta nossa fase inicial de reformas sociais. Bem examinada o caso, porem, e comparando-o com o mais recente legislação trabalhista patria, chega-se à conclusão de que outras reformas, bem mais radicais, já foram aceitas pela opinião e estão sendo praticadas, sem abalo nem resistencia de quem quer que seja.

Com essas medidas, incluindo ou não a última citada, se solucionaria o problema econômico de, seguramente, um milhão e meio de brasileiros, ora expostos à incerteza dos fatos econômicos, sem que daí viesse a resultar prejuizo real algum para os atuais detentores do solo, usineiros ou não. Ao contrario; até porque graças ao capital mobilizado, pela venda das suas terras, poderiam aplicá-lo ao melhoramento ou à ampliação das respectivas atividades, ou ainda em outras fontes de renda, avolumando **ipso-facto** o proprio patrimonio e a riqueza nacional.

Outra providencia aconselhavel, ainda que em plano ulterior, seria a da progressiva parcelamento, mediante razoavel indenização, pelo Estado, para revenda a cultivadores diretos, dos latifundios que envolvem as usinas, cuja função, no conjunto da organização açucareira, deve em última análise ficar restrita ao que lhe cabe, racionalmente, na divisão das respectivas atividades, ou seja ao fabrico do açucar, do alcool e seus derivados.

Com semelhante repartição equitativa e esclarecida do trabalho e do âmbito de cada um, a ação do Estado, alem de organizar modelarmente um formidavel ramo de riqueza econômica, asseguraria labor, sossego e bem-estar a centenas de milhares de individuos, todos igualmente interessantes perante o Poder Público.

Capital e trabalho, cada qual contido no seu setor proprio pela ação do Estado, viveriam em boa harmonia, perfeitamente conjugados um ao outro, como se faz indispensavel nas modernas sociedades humanas, que ensaiam por subsistir, cesas e fortes.

("Correio da Manhã", Rio, 3-5-41.)

"Alcool Absoluto"
Livro do
Dr. Anibal R. de Matos
Preço 6$000
Pelo Correio, mais $600
À venda no Instituto do Açucar e do Alcool

INDICE

ALFABETICO E REMISSIVO DE MATERIAS E AUTORES

Janeiro a junho de 1941. Nos. 1 a 6 do 16.º volume de "Brasil Açucareiro"

— A —

ABASTECIMENTO

Papel da Boemia-Moravia no de varios paises europeus ..... Pág. 54
Papel de Cuba ante os mercados açucareiros norte-americanos — Luis G. Mendoza . . .. Pág. 95
De açucar, na Europa, em 1941 ..... Pág. 220
Da Europa em 1941 ..... Pág. 375
Da Escandinavia em 1941 ..... Pág. 393
A guerra e o de açucar na Europa .. Pág. 458

AÇUCAR DE ASFÓDELO

Sua fabricação na França ..... Pág. 53

ADUBAÇÃO

Melaços como fonte de potassio .... Pág. 343
Adubos nitrogenosos na Africa do Sul Pág. 380
Melaços e adubos ..... Pág. 481

AGUARDENTE

Resolução 23/40 da C.E. dispondo sobre montagem de novas fábricas. Pág. 23
Decréscimo de sua produção, durante 1940, em Campos . . .. Pág. 203
Produção de 1935 a 1940 — em Campos . . .. Pág. 203
Seu fabrico à base de méis exaustos em Alagoas . . .. Pág. 306
Medidas de proteção ao seu fabrico no Estado do Rio ..... Pág. 307
Sobre instalação de novas fábricas no país — relação de municipios mineiros interditos . . .. Pág. 342
Medidas de proteção sugeridas pelo governo fluminense . . .. Pág. 455

ALCOOL

Sua fabricação à base de madeira na Italia . . .. Pág. 30
Produção total no país — posição em 31/12/1940 . . .. Pág. 85
Aparelho para fabricação de anidro, de confecção nacional, para a Usina Santa Maria S/A ..... Pág. 128
Sua produção no país — posição em 31/1/941 . . .. Pág. 177
Sobre sua fabricação à base de méis ricos . . .. Pág. 182
Sobre o consumo do motor, no país, em varios anos — comentarios do "Diario Carioca" . . .. Pág 198
Sobre aumento de produção do anidro e decréscimo da de potavel, em Campos, durante 1940 ..... Pág. 203
Produção da Distilaria Central do Estado do Rio, durante 1940 ..... Pág. 205
Notas sobre o alcool carburante — William E. Cross . . .. Pág. 224
O problema do alcool motor na Australia . . .. Pág. 230
Sua produção à base de sorgo na Italia . . .. Pág. 254
Visita do Presidente do I.A.A. às instalações da CIPA ..... Pág. 287
Producão total no país — posição em 28/2/941 . . .. Pág. 292
A propósito de restrições à industria do alcool motor, no país ..... Pág. 303
Aumento da percentagem na mistura com a gasolina ..... Pág. 306
Consumo obrigatorio do alcool motor em Pernambuco . . .. Pág 315
Fabrico, na Suiça, à base da sacarificação da madeira ..... Pág. 340
Instalação de um tanque para anidro, em Santos . . .. Pág. 344
Terreno para depósito de alcool motor no cais do Porto do Rio de Janeiro. . . .. Pág. 345
O alcool motor, expressão econômica nacional — Instalações da C.I.P.A. Pág. 347
Produção total no país — posição em 31/3/941 . . .. Pág. 355
A importação de gasolina e o carburante nacional . . .. Pág. 361
Anidro — fornecimento pelas distilarias de Pernambuco ..... Pág. 455
Produção total no país — posição em 31/5/1941 . . .. Pág. 497
Possibilidades da produção do motor, na Australia . . .. Pág. 500
Perspectivas do desenvolvimento de uma industria no Paraná ..... Pág. 503

ARMAZENAGEM

De açucar pela Usina Santa Maria— (Estado do Rio) ..... Pág. 75
Da quota de excesso da Usina Porto Real . . .. Pág. 279
Do alcool das Usinas Catende, Santa Terezinha, Central Barreiros nos tanques do Brum . . .. Pág. 279
Despesas de retenção — Apolonio Sales . . .. Pág. 321
Sobre depósito para alcool anidro em Santos . . .. Pág. 344
Depósito para alcool motor no Cais do Porto do Rio de Janeiro ..... Pág. 345
Novos depósitos da C.I.P.A. em São Paulo . . .. Pág. 347
Inaugurado o serviço do tanque n.º 3 do Brum . . .. Pág. 419

AUTO DE APREENSÃO

Contra as Usinas Tamoio, Albertina, Schmidt, S. Vicente, Sta. Elisa e Boa Vista . . .. Pág. 344
Contra a Usina Bom Retiro ..... Pág. 419
Contra a Usina Santa Clara ..... Pág. 419

AUTO DE INFRAÇÃO

Contra a Usina Esmeril, Jairo C. Dania e Ramiro V. Mergulhão ..... Pág. 74
Contra a Usina Santa Helena ..... Pág. 76
Contra as Usinas Tamoio, Schmidt, S. Vicente, Albertina, Sta. Elisa e Boa Vista ..... Pág. 344
Contra a Usina Conceição de Macabú Pág. 418
Contra a Usina Itaquerê ..... Pág. 420
Contra as Usinas Limoeiro, Massauassú, Salgado, Mercês, Jaboatão, Aliança, N. S. Auxiliadora. Conceição de Macabú ..... Pág. 492

— B —

BAGAÇO

Verdadeiras possibilidades para o fabrico do papel com bagaço ..... Pág. 286

BALANCETES

Do I.A.A. — novembro de 1940 ... Pág. 67
Do I.A.A. — 31-1-1941 ..... Pág. 240
Balanço e relatorio do I.A.A. referente a 1940 ..... Pág. 262
Do I.A.A. — 28/2/941 ..... Pág. 332
Do I.A.A. — março 1941 ..... Pág. 402
Do I.A.A., de 1940 e de janeiro de de 1941, na C.E. ..... Pág. 418
Encaminhamento do de março do I.A.A. ao C.C. ..... Pág. 491
Relatores no C.C. para os de novembro de 1940, janeiro e fevereiro de 1941 e geral de 1940 ..... Pág. 493
Aprovação dos de novembro de 1940 e janeiro de 1941 no C.C. ..... Pág. 493

BANGUÊ

Financiamento de seu açucar — condições para a operação em 1940/41 Pág. 8
Decreto-lei 2.646, do governo alagoano, dispondo sobre financiamento a banguezeiros fornecedores ..... Pág. 212
Sobre o aumento do limite dos de Alagoas ..... Pág. 346
Financiamento de 1.000 contos aos banguês de Alagoas ..... Pág. 418
Pagamento de parte do débito pela Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco ..... Pág. 420
Decreto-lei 616, do governo pernambucano, dispondo sobre financiamento de seu açucar ..... Pág. 471

BETERRABA

Sua produção na Europa em 1939/40 Pág. 93
Perspectivas de sua safra na Europa, em 1940/41 ..... Pág. 223
Sua safra nos Estados Unidos em 1940 Pág. 235
Safra nos Estados Unidos em 1940 .. Pág. 324
Idem na Italia em 1940 ..... Pág. 324
Possibilidades de seu cultivo na Espanha ..... Pág. 325
Incremento do seu cultivo na Espanha Pág. 396

BONIFICAÇÃO

À Usina Queimado ..... Pág. 280
De 1.000 rs. às usinas com distilaria de alcool anidro ..... Pág. 418
Sobre a exportação de mascavo para o exterior ..... Pág. 419
Pagamento às Usinas S. José, Santa Cruz e Quissamã ..... Pág. 419
Pagamento às Usinas Cupim e Paraiso Pág. 491

— C —

CAUÇÃO

Devolução da relativa às obras da Distilaria de Ponte Nova ..... Pág. 420

CENTRÍFUGAS

Centrífugas de alta velocidade — Walter E. Smith ..... Pág. 193

CLIMATOLOGIA

Climas adequados ao cultivo da cana Pág. 210

COMBUSTIVEIS

Decreto 216, do governo fluminense, sobre atribuição do Estado na aplicação de taxas sobre combustiveis líquidos e lubrificantes ..... Pág. 112
Consumo de carburantes no país, em varios anos ..... Pág. 198
Notas sobre o alcool carburante — William E. Cross ..... Pág. 224
O problema do alcool motor na Australia ..... Pág. 230
Alcool carburante à base de sorgo sacarino ..... Pág. 254
Produção de carburantes sucedaneos na Suiça ..... Pág. 254
A importação de gasolina e o carburante nacional — "O Jornal" .... Pág. 361
Carburante "Alcoolina" ..... Pág. 373
Carburantes — "Diario Carioca" ... Pág. 437

COMERCIO

Intercambio com o Uruguai — "Jornal do Brasil" ..... Pág. 99
Sobre o nosso, em materia de açucar, com Portugal — comentarios de "O Jornal" ..... Pág. 197
Denuncia de opção de compra de açucar com firma uruguaia ..... Pág. 420

COMISSÕES

Pagamento de quotas-partes aos fiscais Gavazza Filho e Odilon Araujo Pág. 344

Decreto-lei 2.663, do governo alagoano, autorizando a Cooperativa Agricola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas a cobrar a de 400 rs. sobre saco de açucar . . . . . Pág. 472

COMISSÃO EXECUTIVA

Resolução de 5/2/941, sobre pedidos de desistencia de incorporações e transferencia de quotas . . . . . Pág. 316

COMPRAS DE AÇUCAR

Sobre a de cristal pelos refinadores pernambucanos — telegrama da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco . . . . . Pág. 9
Pelo Uruguai ao Paraguai . . . . . Pág. 58
Denuncia de opção com firma uruguaia . . . . . Pág. 420

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇUCAR

Sua reunião em Janeiro de 1941 . . . . Pág. 170
Reunião em agosto de 1940 — Mantido o regime de quotas — Quotas de exportação do Brasil . . . . . Pág. 259
Fixação das quotas do 4.º ano do Convenio — Comissão para estudar a situação açucareira atual e post-guerra . . . . . Pág. 328
Sobre a manutenção da nossa quota de exportação — proposta do Presidente do I.A.A. à C.E. . . . . Pág. 344
Sobre reducão da quota de exportação do Brasil — telegramas do Presidente do I.A.A. e do Presidente do Conselho . . . . . Pág. 452

CONSUMO

Anual da Irlanda, em açucar . . . . . Pág. 54
De açucar em 1939/40 no Japão e Formosa . . . . . Pág. 56
De açucar no país em dezembro de 1940 . . . . . Pág. 84
Industrial de açucar nos Estados Unidos . . . . . Pág. 129
"Per capita" de açucar no mundo — de 1933 a 1939 . . . . . Pág. 171
De dextrose nos Estados Unidos . . . . Pág. 175
De açucar, no país — janeiro de 1941 Pág. 176
Intensificação do de açucar, no México . . . . . Pág. 191
De carburantes, no país, durante varios anos — comentarios do "Diario Carioca" . . . . . Pág. 198
Anual e "per capita" na Alemanha em 1940 . . . . . Pág. 232
De açucar, na Espanha, em 1940 . . . Pág. 232
De açucar, no país, em fevereiro de 1941 . . . . . Pag. 291
Decreto de 15/3/941, do governo pernambucano, tornando obrigatorio o de alcool motor nos veículos do Estado . . . . . Pág. 315
De açucar, no país em março de 1941 Pág. 354
De açucar, na Irlanda, em 1939/40 . . Pág. 396
Idem, no Japão, em 1938-39 . . . . . Pág. 397
De açucar em S. Domingos em 1940. Pág. 399
De açucar, no país, em abril de 1940. Pág. 425
De açucar, no país, em maio de 1941 Pág. 496

CONVENIOS

Sobre a necessidade de conferencias periódicas de técnicos açucareiros, no país . . . . . Pág. 103

COOPERATIVISMO

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco — Agamenon Magalhães Pág. 107
Cooperativa de Crédito Agrícola — "O Jornal" — . . . . . Pág. 197
A lição dos fatos — Agamenon Magalhães . . . . . Pág. 238
Sobre o aumento das cooperativas no país . . . . . Pág. 365
Crédito agrícola — (financiamento à Cooperativa dos Banguezeiros de Alagoas) — "Correio da Manhã". Pág. 436

CORRESPONDENCIA

Do I.A.A. — 1938 a 1940 . . . . . Pág. 305
Quadro relativo ao movimento do I.A.A., na C.E. . . . . Pág. 345

CULTIVO

Reprodução rápida da cana de açucar Pág. 49
Comportamento cultural econômico de canas POJ e CO nas zonas da Mata de Pernambuco . . . . . Pág. 154
Climas adequados ao cultivo da cana Pág. 210
Escolha de variedade de cana para plantio . . . . . Pág. 255
A conservação e melhoramento de terrenos canavieiros nos Estados Unidos . . . . . Pág. 280
Relação entre a cor do solo e sua produtividade . . . . . Pág. 308
Intensificação do da beterraba na Espanha . . . . . Pág. 396
Experiencias sobre a determinação da cana queimada — Valeriano C. Calma . . . . . Pág. 405
A luz — fator que influencia o crescimento das canas . . . . . Pág. 411
Cultura simultanea da cana de açucar e de leguminosas . . . . . Pág. 464
Melaços e adubos . . . . . Pág. 481
Cultura da cana de açucar — Renato Azzi . . . . . Pág. 485

— D —

DEFESA

Do açucar bruto no país — progressão de suas entradas no mercado do Distrito Federal . . . . . Pág. 370
Da safra brasileira de 41/42 . . . . . Pág. 450

DESHIDRATAÇÃO

Pedido da Usina Central Barreiros para deshidratar alcool retificado. Pág. 280

DEPOSITOS

Restituição a Marcondes & Prates .. Pág. 346

DEXTROSE

Aumento de seu consumo nos Estados Unidos em 1940 ..... Pág. 175

DISTILARIA

Nova diretoria para a dos Produtores de Pernambuco ..... Pág. 8
Término das experiencias na "Presidente Vargas" e entrega à Administração ..... Pág. 3
Construção de uma na U. Paraiso .. Pág. 76
Relatorio dos químicos da "Presidente Vargas" ..... Pág. 105
Construção de uma fábrica de distilarias no país ..... Pág. 109
Demonstração do aproveitamento do vinhoto por pulverização nos gases de combustão — Gabriel Filgueiras ..... Pág. 124
Sobre o funcionamento da de Martins Lages ..... Pág. 128
Aparelho nacional para fabricação de alcool anidro ..... Pág. 128
Relatorio da administração da de Martins Lage — 1940 ..... Pág. 206
Inscrição da da Vva. Francisco de Assiz & Filhos ..... Pág. 279
Reinicio dos trabalhos na "Presidente Vargas" ..... Pág. 306
Utilização da patente "De Melle" na da Baía ..... Pág. 374
Aumento da capacidade da da Usina Serra Grande ..... Pág. 418
Construção de aparelhos de distilação e fermentação na de Ponte Nova ..... Pág. 420
Devolução da caução relativa às obras da de Ponte Nova ..... Pág. 420
Funcionamento em 1941 da de Martins Lages ..... Pág. 420
Sobre produção diaria e anual da "Presidente Vargas" ..... Pág. 455
Instalação de uma, na S/A. Usina Miranda ..... Pág. 491
Instalação de uma, em Morretes, no Paraná ..... Pág. 503

DIVÊRSOS

Alcool motor para o 3.º Circuito da Gavea Nacional ..... Pág. 9
Falecimento de Russell Palmer .... Pág. 39
Cooperação do I.A.A. à Semana da Asa ..... Pág. 76
Donativo de 100 sacos à Coligação Brasileira Cristã Pró-Paz e Socorro às Vítimas da Guerra ..... Pág. 76
Técnicos uruguaios no I.A.A. ..... Pág. 107
Dr. Charles A. Browne ..... Pág. 116
1.000 contos para a campanha contra os mocambos ..... Pág. 163
10 contos de réis ao Orfanato d. Ulrico e Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha ..... Pág. 166
Classificação do sr. Osvaldo Cerqueira no Curso Hollerith ..... Pág. 166
Votos de Boas-Festas do C.C. à C.E. e ao Presidente do I.A.A. ..... Pág. 168
O sr. Andrade Queiroz na Comissão de Marinha Mercante ..... Pág. 305
O I.A.A. como socio da Associação Química do Brasil ..... Pág. 345
Comité Britânico de Socorro às Vitimas da Guerra ..... Pág. 345
Agradecimento ao I.A.A., pelo monsenhor Pedro Massa ..... Pág. 372
Contribuição do I.A.A. para a Exposição Feira do Brasil em Montevidéu ..... Pág. 418
O 8.º aniversario do I.A.A. ..... Pág. 448
Donativo do I.A.A. à Cruzada Nacional de Educação ..... Pág. 491
Agradecimento do Hospital S. João Batista, de Minas, ao I.A.A. .... Pág. 491
Donativo às vítimas da guerra ..... Pág. 491
Voto de pesar pelo falecimento de I. Vasconcelos ..... Pág. 491
Voto de pesar no C.C. pelo falecimento da mãe do sr. Lima Teixeira ..... Pág. 492

— E —

ECONOMIA

Sobre o aumento do extra-limite, no país, em 1940 ..... Pág. 3
Tendencias do desenvolvimento e transformações da industria açucareira mundial nos últimos 25 anos — (conclusão) — dr. Hugo Ahlfeld ..... Pág. 10
A economia açucareira do Imperio Britânico ..... Pág. 42
Equiparação de preços — Apolonio Sales ..... Pág. 66
Quadros da economia de Pernambuco — Agamenon Magalhães ..... Pág. 94
Cuba e os mercados açucareiros norte-americanos — Luiz G. Mendoza.. Pág. 95
Criação da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A. ..... Pág. 104
Equiparação de preços — II — Apolonio Sales ..... Pág. 146
Liberdade e licença em economia — capítulo XIII de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?" ..... Pág. 147
Méis e xaropes — Fernando Guerrero Pág. 182
Intensificação do consumo do açucar — Carlos Peralta e Julio Blumenkron ..... Pág. 191
A economia açucareira européia .... Pág. 217
A lição dos fatos — Agamenon Magalhães ..... Pág. 238
Custo de produção da cana de açucar

na Provincia de Tucuman — Domingos Bórea . . .. Pág. 244
A economia açucareira alemã na guerra mundial e atualmente — dr. Hugo Ahlfeld ..... Pág. 295
Sobre restrições ao desenvolvimento à industria do alcool motor ..... Pág. 303
Despesas de retenção — Apolonio Sales . . . . Pág. 321
A industria açucareira britânica e a guerra . . .. Pág. 352
A importação de gasolina e o carburante nacional . . .. Pág. 361
Sobre o aumento das associações açucareiras no país . . .. Pág. 365
A situação açucareira no norte da Europa . . .. Pág. 393
Crédito agrícola — "Correio da Manhã" . . .. Pág. 436
O açucar — (quotas de usineiros e fornecedores) — "Correio da Manhã" . . . . Pág. 437
Sobre reforma da lei 178 ..... Pág. 443
A guerra e o abastecimento de açucar na Europa . . . . Pág. 458
Usinas e plantadores — "O Jornal".. Pág. 504

ESTOQUES

De açucar, no país até 15-12-1940 .... Pág. 4
De açucar no país em dezembro de 1940 . . . . Pág. 84
De açucar nos Estados — posição em 31-12-1940 . . .. Pág. 86
De açucar no país em janeiro de 1941 Pág. 176
De açucar nos Estados — posição em 31/1/941 . . . . Pág. 178
De açucar no país em fevereiro de 1941 . . . . Pág. 291
De açucar nas praças nacionais — posição em 28/2/41 ..... Pág. 293
De açucar no país em março de 1941 Pág. 354
De açucar nos Estados — posição em 31/3/941 . . . . Pág. 356
Sobre o aumento dos de açucar nos mercados produtores do país .... Pág. 369
De açucar, em setembro de 1940, na República Dominicana . . .. Pág. 399
De açucar, no país, em abril de 1940 Pág. 426
De açucar, nas praças nacionais — posição em 30/4/941 . . .. Pág. 428
De açucar, no país — maio de 1941. Pág. 496
Nas praças nacionais, de açucar — posição em 31/5/41 ..... Pág. 498

EXCESSOS

Transformação em alcool — Usinas Barcelos e Quissaman ..... Pág. 205
Realização da sua quota pela Usina Porto Real . . .. Pág. 279
Providencias sobre os de usinas com distilarias . . .. Pág. 418
Transformação dos das Usinas Central e Tanguá em alcool ..... Pág. 420
Sobre os das usinas de Ponte Nova. Pág. 491
Liberação nos Estados açucareiros, em 1941 . . . . Pág. 453
Pagamento de diferença relativa aos seu pela Usina Santa Luiza ..... Pág. 492

EXPORTAÇÃO

De açucar, durante novembro de 1940, entre os Estados . . .. Pág. 4
Sobre providencias para colocar açucar brasileiro em mercados estrangeiros . . . . Pág. 6
Sobre embarques de 15 mil sacos para Portugal . . .. Pág. 6
Fixada e realizada durante os 2 primeiros anos do Conselho Internacional do Açucar de maio de 1937 Pág. 19
Os primeiros embarques de açucar produzido na América — Fernando Ortiz . . .. Pág. 47
Papel da Boemia-Moravia como exportadora para diversos paises europeus . . . . Pág. 54
Preenchimento da quota de exportação das Filipinas para 1940 ..... Pág. 55
De açucar do Perú em 1940 ..... Pág. 57
De açucar para o exterior por uma única usina . . .. Pág. 75
De açucar pelo país durante dezembro de 1940 . . .. Pág. 84
Decreto 4.326, do governo paraguaio, sobre bases para exportação de excessos da produção local de açucar . . . . Pág. 114
De 100.000 sacos de demerara para o Uruguai . . . . Pág. 166
De açucar, no país, durante janeiro de 1941 . . .. Pág. 176
De açucar brasileiro para a Africa — comentarios de "O Jornal" ..... Pág. 197
De açucar de engenho de Pernambuco para os portos nacionais — 1936/1941 . . . . Pág. 205
Quotas internacionais para 1940 — Quotas do Brasil . . .. Pág. 260
De açucar do país — fevereiro de 1941 Pág. 291
Fixação das quotas internacionais para o 4.º ano do Convenio Internacional do Açucar . . .. Pág. 328
Manutenção da de exportação do Brasil — proposta do Presidente do I.A.A. à C.E. ..... Pág. 345
De açucar brasileiro para o Uruguai Pág. 345
De açucar pelo país — março de 1941 Pág. 354
De Java para o Oriente Medio e Extremo Oriente . . .. Pág. 397
Para a Europa, de açucar bruto, por diversos paises — 1934 a 1940 ... Pág. 414
De açucar brasileiro para o Uruguai Pág. 419
Pedido de bonificação para a de mascavo . . . . Pág. 419
De açucar velho, de Pernambuco, para o exterior . . .. Pág. 420
De açucar brasileiro — abril 1941 .. Pág. 425
Sobre redução de nossa quota internacional . . .. Pág. 452
De açucar brasileiro para Las Palmas Pág. 454
Situação das de Pernambuco em 1941 Pág. 454
De açucar paraguaio para Montevidéu . . . . Pág. 484
Pagamento de diferença de polarização de açucar exportado ..... Pág. 491
De açucar do país — maio de 1941.. Pág. 496

EXTRA-LIMITE

Liberação em varias usinas de Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará e R. G. do Norte . . . . . Pág. 345
Proposta da U. Catende para produzir 10 % acima da sua quota ..... Pág. 368
De usinas possuindo distilarias ..... Pág. 418
Transformação em alcool dos das Usinas Central e Tanguá . . . . . Pág. 420

— F —

FINANCIAMENTO

Ao açucar de engenho em Pernambuco e Alagoas — proposta do sr. Moacir Pereira à C.E. ..... Pág. 6
De açúcares de banguê — condições para a operação em 1940/41 .... Pág. 8
Decreto-lei 217, do governo fluminense. financiando a safra local de 1940/41 . . . . . Pág. 113
Ampliação do limite de retrovenda para Pernambuco em 1941 ..... Pág. 166
De 10 milhões de pesos pelo governo paraguaio aos produtores de açucar locais . . . . . Pág. 142
De 100 mil sacos de demerara destinados à exportação para o Uruguai Pág. 166
Fundação do Banco de Lavradores do Estado do Rio — comentarios de "O Jornal" . . . . . Pág. 197
Sobre o plano de elevação do de açucar banguê em Pernambuco ..... Pág. 205
Decreto-lei 2.646. do governo alagoano, financiando banguezeiros fornecedores de cana do Estado .... Pág. 212
De açucar bruto em Pernambuco ... Pág. 344
De açucar de engenho em Pernambuco — retirada de um lote de 30 mil sacos . . . . . Pág. 371
Movimento do da safra do Norte, em 1940/41 . . . . . Pág. 372
Aumento da retirada semanal de retrovenda em Pernambuco ..... Pág. 418
Redução da taxa de juros de empréstimos pela Cooperativa dos Banguezeiros de Alagoas ..... Pág. 419
Pagamento de parte do débito da Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco . . . . . Pág. 420
Decreto-lei 616, do governo pernambucano, dispondo sobre o relativo aos banguês . . . . . Pág. 471

FISCALIZAÇÃO

Movimento da do I.A.A. — junho-novembro 1940 . . . . . Pág. 9
Decreto 6.658. do Governo Federal, prorrogando o praso para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de alcool e aguardente . . . . . Pág. 112
Pagamento de quotas parte aos fiscais Gavazza Filho e Odilon Araujo... Pág. 344
Designação de um funcionario do I.A.A. para coordenar elementos sobre o assunto dos medidores automaticos nas fábricas de aguardente e alcool . . . . . Pág. [illegible]
Decreto 7.071, do governo federal, prorrogando o praso até 1-7-941 para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool . . . . . Pág. 382
Movimento da Secção do I.A.A. em 1940 . . . . . Pág. 460

FITOPATOLOGIA

A enfermidade da podridão da bainha da cana ..... Pág. 52
Estudo das enfermidades da cana de açucar e da beterraba, na Argentina . . . . . Pág. 73
Algumas pragas dos canaviais — O.M. Pág. 173
Plantas hospedeiras do b. vasculorum Pág. 341
Cigarrinhas vermelhas da cana de açucar . . . . . Pág. 407
Tratamento de sementes por agua quente . . . . . Pág. 438
A doença das listas amarelas da cana Pág. 465
Observação sobre o combate químico e biológico da lagarta da folha da cana — Mario B. de Carvalho .. Pág. 494

FORNECIMENTO

Consulta da U. Cambaíbas sobre resolução n. 5/39 . . . . . Pág. 7
De cana — relação de fornecedores de cana usina . . . . . Pág. 204
Decreto-lei 2.646, do governo alagoano, financiando banguezeiros fornecedores de cana do Estado .... Pág. 212
Contrato entre a fábrica e o lavrador de cana, em Java . . . . . Pág. 310
Decreto-lei 241, do governo fluminense, criando uma taxa sobre canas fornecidas às usinas ..... Pág. 315
Situação das relações entre fornecedores e usineiros, na Argentina .. Pág. 327
Sobre a quota de fornecimento de José P. Albuquerque à Usina Brasileiro . . . . . Pág. 346
Consulta da U. Cambaíba sobre interpretação da resolução 5/39 da C.E. . . . . Pág. 367
Sobre quotas de usineiros e fornecedores — O açucar — "Correio da Manhã" . . . . . Pág. 437
Sobre reforma da lei 178 — retrospecto das discussões . . . . . Pág. 443
Idem — Industria açucareira — "O Jornal" . . . . . Pág. 503
Idem — Usinas e plantadores — "Correio da Manhã" . . . . . Pág. 504

FUNCIONALISMO

Sobre demissão de funcionarios do I.A.A. . . . . Pág. 204
Caso de acumulação . . . . . Pág. 238
Aumento da verba da Caixa de Empréstimos . . . . . Pág. 418

— G —

GEOGRAFIA ECONOMICA

Area beterrabeira da Alemanha em 1940 . . . . . Pág. 134
A situação açucareira no norte da Europa . . . . . Pág. 393

GUIAS

Decreto-lei 2.216, do governo federal, dispondo sobre fornecimento de guias para o trânsito, no Distrito Federal, de substancias inflamaveis, explosivas e corrosivas ..... Pág. 315

— H —

HISTORICO

Tendencias do desenvolvimento e transformações da industria açucareira mundial nos últimos 25 anos — dr. Hugo Ahlfeld ..... Pág. 10
O pioneiro da industria açucareira autraliana . . . . . Pág. 15
O primeiro engenho brasileiro — A.A. de Menezes Drummond ..... Pág. 36
Desenvolvimento da industria do açucar nos Estados Unidos ..... Pág. 44
Desenvolvimento da industria açucareira de Porto Rico nos últimos 40 anos . . . . . Pág. 45
Os primeiros embarques de açucar produzido na América — Fernando Ortiz . . . . . Pág. 47
Origens da industria açucareira americana — capítulo XII de "Pode a industria dirigir-se a si mesma ?. Pág. 59
O primeiro plantador de cana de açucar no Imperio Britânico — Noel Deerr . . . . . Pág. 108
Desenvolvimento da industria açucareira turca . . . . . Pág. 136
A industria açucareira em Alagoas — Moacir Pereira . . . . . Pág. 168
O suplicio dos lavradores de cana — Alberto Lamego . . . . . Pág. 288
A economia açucareira alemã na guerra mundial e atualmente — dr. Hugo Ahlfeld . . . . . Pág. 295
Notas sobre a evolução das variedades de cana em Cuba — (1796 a 1940) — Fernando Agete ..... Pág. 322
O suplicio dos lavradores da cana na terra goitacá do século XVII — Alberto Lamego — II. ..... Pág. 335
A industria açucareira britânica e a guerra . . . . . Pág. 352
Da cana de açucar no Iran ..... Pág. 396
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — II ..... Pág. 335
A industria açucareira britânica e a guerra . . . . . Pág. 352
Da cana de açucar no Iran ..... Pág. 396
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no seculo XVII — Alberto Lamego — III ..... Pág. 408
Um italiano senhor de engenho — Francisco Pettinati . ..... Pág. 421
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — IV ..... Pág. 468

— I —

IMPORTAÇÃO

De açucar pelos Estados Unidos — 1925-26, 1930-31 e 1933-34 ..... Pág. 16
A importação de gasolina e o carburante nacional . . .. Pág. 361

INSCRIÇÃO DE FABRICA

Despachos do Presidente do I.A.A. Pág. 25
Do engenho Pedreiras (Alagoas) ... Pág. 76
Despachos do Presidente do I.A.A. Pág. 117
Do Engenho Esperança (Sergipe) .. Pág. 166
Do Engenho de Cristiano D. Mascarenhas . . .. Pág. 166
Despachos do Presidente do I.A.A. Pág. 214
De açucar, dos Irmãos Bighetti ..... Pág. 279
Da Distilaria da Vva. Francisco de Assiz & Filhos . . .. Pág. 279
Do Engenho de José Juventino de Paula (S. Paulo) ..... Pág. 279
De fábrica de aguardente à base de méis exaustos . . .. Pág. 306
Despachos do Presidente do I.A.A. Pág. 318
Da fábrica de açucar de Nicola de Cillo & Irmãos — S. Paulo ..... Pág. 344
Dos engenhos de José Golbi e Américo M. da Silva como fábricas de aguardente . . . . Pág. 345
De engenho de açucar bruto em Capela — Alagoas . . . . Pág, 346
Do engenho de Cantidio Drummond Filho . . . . Pág. 346
Sobre necessidade de retificar o registro de engenhos de rapadura e açucar . . . . Pág. 370
Despachos do Presidente do I.A.A.. Pág. 383
Do eng. S. Sebastião — Da fábrica de aguardente de Manuel Gomes da Silva . . .. Pág. 419
Do eng. de José Martins dos Santos. Pág. 420
Despachos do Presidente do I.A.A. Pág. 473

INSTALAÇÃO DE FABRICA

Resolução 23/40 da C.E., dispondo sobre a montagem de novas fábricas de rapadura e aguardente .. Pág. 23
Aprovada a de uma na Baía com as quotas dos engenhos Jacaré e Barrocas . . . . Pág. 74
Sobre a de novos engenhos e fábricas de aguardente no país — arquivamento de processos . . .. Pág. 342
Na Fazenda Sobrado ..... Pág. 344
Memoriais do Sindicato dos Planta-

dores de Cana de Itaquira (Estado do Rio) . . . . . Pág. 345
De açucar e rapadura em varios municipios paulistas . . . . . Pág. 372
Reinstalação do engenho Altinho ... Pág. 373

IRRIGAÇÃO

Controle da irrigação para reduzir os custos de produção ..... Pág. 22

— L —

LEGISLAÇÃO

Decreto 6.658, do Presidente da República, prorrogando o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool ..... Pág. 112
Decreto-lei 216, do governo fluminense, sobre o comercio de combustiveis liquidos . . .. Pág. 112
Decreto-lei 217, do governo fluminense, financiando a safra de 1940/41 Pág. 113
Decreto 4.326, do governo do Paraguai, sobre exportação de excessos da produção local ..... Pág. 114
Distribuição entre as associações de classe do ante-projeto de reforma da lei 178 . . .. Pág. 168
Decreto-lei 2.646, do governo alagoano, financiando os banguezeiros fornecedores de cana do Estado.. Pág. 212
Decreto-lei 2.216, do governo federal, dispondo sobre fornecimento de guias para o trânsito, no Distrito Federal, de substancias inflamaveis, explosivas e corrosivas Pág. 315
Decreto de 15-3-941, do governo pernambucano, tornando obrigatorio o consumo de alcool motor nos veículos do Estado . . .. Pág. 315
Decreto-lei 241, do governo fluminense, criando uma taxa sobre canas fornecidas às usinas do Estado .. Pág. 315
Interpretação da resolução 5/39 da C.E. — consulta da U. Cambaíbas Pág. 367
Decreto 7.071, do governo federal, prorrogando até 1-7-41 o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool . ..... Pág. 382
Decreto-lei 3.190, do governo federal, prorrogando até 30-6-41 o prazo para entrega de boletins de produção . . . . Pág. 382
Decreto-lei 616, do governo pernambucano, sobre financiamento aos banguês. . . .. Pág. 471
Decreto-lei 2.663, do governo alagoano, autorizando a Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas a cobrar a comissão de 400 rs. sobre saco de açucar. . . .. Pág. 472

LIBERAÇÃO DE EXCESSOS

Das Usinas Conceição, Flexas e Santo Antonio — (Mato Grosso) .... Pág. 75

LIMITAÇÃO

Sobre o aumento do extra-limite no país em 1940 . . .. Pág. 3
Quotas de produção nos EE.UU. em 1934 . . . . Pág. 17
Resolução 22/40 da C.E. sobre apreensão e armazenagem de extra-limite . . .. Pág. 23
O contingentamento nos EE. UU. — capítulo XII de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?" ..... Pág. 59
Incorporação de quota — do engenho de Herculano J. de Albuquerque, Fernando Soares da Silva e José Lins Filho à U. Laginha — dos de Jorge José Fortes e Pio Vilela Pedras à U Volta Grande — dos de João A. Leite Filho e Francisco Machado Pedrosa à U. Sta Terezinha . . .. Pág. 74
Retificação de quota da Fazenda Pedra Lisa . . .. Pág. 74
Autorização para fabricação de extra-limite à U. Conceição de Macabú Pág. 74
Incorporação da quota do eng. de Vidal Fontão à U. N. S. Aparecida Pág. 75
Utilização da quota da U. Rio Branco pela Brasileiro ..... Pág. 75
Resolução do extra-limite das U. Tamoio e Monte Alegre ..... Pág... 75
Utilização da quota da U. Tinoco pela Cucaú . . . . Pág. 75
Incorporação da quota do eng. Sta. Catarina à U. Sto. Antonio — das dos engenhos Jardim das Lages, Triunfo e Bom Sucesso à U. Azanha — da U. S. Domingos à U. Costa Pinto — do eng. Barro Alto à U. Mato Grosso . . .. Pág. 75
Fixação do limite da U. Barra da Bocaina . . .. Pág. 75
Incorporação de quota do eng. Linhares ao engenho Independencia — do eng. S. Francisco ao eng. Bititinga — da U. S. Carlos à U. Sta. Maria — do eng. de A. Gonçalves Cunha Jr. à U. Sta. Maria — dos engs. de José A. de Borba, Vitor L. Mendes, Ricardo P. Maes, Valentim Hess, Antonio F. Pereira, João Reichert, João José Sabino, João Cunha Filho, Fridolino Trierweiler, Elisio J. da Rocha, Augusto Lessa, Alberto Jacob Schmidt, Alberto Bornahausxen à U. S. José — dos engs. de J. Julio Fofano e F. de Paula Junior à U. S. João — do eng. de Florentino Gomes à U. Pontal — dos engs. dos herdeiros de Raimundo Lopes e Antonio Nicacio da Silva à U. Pontal . . . . Pág. 76
Incorporação das quotas dos enge-

nhos: de Antonio Elisario da Silva, Custodio Alves Filgueiras, Vicente Evaristo Alves, José de Sousa Lima, Zerio Antonio da Silva e Agostinho M. de Rezende à Usina Volta Grande — Do engenho Bom Retiro à Usina Pontal ..... Pág. 166
Sobre o extra-limite da C.E. Laranjeiras . . . . Pág. 166
Incorporação da quota do engenho de Francisco Machado à U. Santa Maria . . . . Pág. 166
Aumento de limite da U. Giquiá — — (Pernambuco) ..... Pág. 167
Quotas mínimas para as pequenas fábricas em Cuba . . .. Pág. 234
Quotas de exportação pelo Conselho Internacional de Açucar — Quotas do Brasil . . .. Pág. 260
Aumento da quota da Usina Ariadnópolis . . . . Pág. 279
Incorporação de quotas do engenho de José Nascimento Sobrinho à Usina Pontal . . .. Pág. 279
Retificação no limite do engenho de Gabriel de Morais . . .. Pág. 279
Incorporação das quotas da Usina Pedra Branca à Costa Pinto; dos engenhos: de Miguel A. Pereira, José Dionisio Moreira, Joaquim Gomes Teixeira Filho, Teotonio Paulinelli de Carvalho à U. Boa Vista; Serra Dagua e Niteroi à Central Leão Utinga; de Afonso Schravon à Costa Pinto ..... Pág. 279
Revisão da quota do engenho Pintos Pág. 279
Utilização da quota da U. Lagoa Grande pela U. S. José do Junco.. Pág. 279
Fixação da quota do engenho Pacas. Pág. 279
Incorporação da quota da Fazenda Dores ao engenho de J. M. dos Santos e Usina Novo Horizonte.. Pág. 279
Incorporação de quota — da Usina Camorim à Usina Santo Antonio; dos engenhos dos srs. Galileu Machado Braga e Sebastião de Sousa Jesus à Usina Tanguá; do engenho de Francisco Araujo à Usina Santa Maria; dos engenhos de Atilio Finazzi e M. Antonio de Oliveira à U. N. S. Aparecida; dos engenhos de Antonio A. Brasileiro e engenho Tatú à Usina Laginha; Do engenho Gurjaú à Usina Roçadinho da Usina Tamboril à Usina Rio Grande . . . . Pág. 280
Fixação da quota do engenho de Romano Bortoluci & Irmão ..... Pág. 344
Revisão da quota de José Martins dos Santos . . .. Pág. 344
Transferencia da quota do engenho de Mario Perpetuo à Usina Pedrão (Minas) . . . . Pág. 344
Revisão e fixação da quota do engenho Santa Rita . . .. Pág. 345
Revisão da quota da Usina Santana — (Alagoas) . . . . Pág. 345
Incorporação das quotas dos engenhos de A. Chagas Madeira e Francisco Falco à U. Boa Vista; do engenho de Guilherme Calheiros à U. Conceição do Peixe e do de d. Maria E. Mayrink à U. Jatiboca . . . . Pág. 345
Transferencia das quotas dos engenhos de Luiz Veloso à U. Pedrão — (Minas); de Altino de P. França para o engenho de João Nantes Junior (Minas) . . . . Pág. 345
Aumento dos limites dos banguês em Alagoas . . . . Pág. 346
Incorporação das quotas dos engenhos de Kyomassa Taniguchi à U. Paredão; C. Martins Siqueira à U. Boa Vista; João Barel á U. N. S. Aparecida; Gentil Daltro à U. Socorro; Zacarias da Silva Junior à U. Camaçarí; José Cortes e Sousa à U. Sta. Terezinha; engenhos Florescente, Ousadia, e S. Jorge à U. Catende de Manuel F. Costa; Mamucaia à U. S. João da Varzea; Humaitá à U. Aliança; João Vitorino Raposo à U. Sta. Rita; Benino Lins à U. Laginha; da U. Boa Luz à U. Laginha ..... Pág. 346
Fixação da quota do engenho de C. Drummond Filho . . .. Pág. 346
Ratificação das quotas de José Martins Viana, Sadí Carnot Sales, Lucrecia Maria de Oliveira, Saint-Clair L. Campos, Manuel Silvano Januario, José Adelino Coutinho e Pedro Nolasco Isidro ..... Pág. 346
Telegrama dos usineiros pernambucanos ao I.A.A. pleiteando moagem máxima . . . . Pág. 366
Sobre a necessidade de limitar a produção de açúcares baixos ..... Pág. 370
Incorporação de quota do engenho Rio Grande à U. Tamboril — do eng. Recurso à U. Capela — Do eng. de Ricardo Stolf à U. Costa Pinto — Do eng. de E. Godoi à U. Varjão — Do eng. de A. R. da Cunha à U. Pedrão — Do eng. de A. J. de Mesquita à U. Boa Vista ..... Pág. 418
Fixação da quota de engenho S. Sebastião . . . . Pág. 418
Incorporação da quota do eng. de Luiz Fiod para Antonio Ribeiro Malta . . . . Pág. 418
Incorporação parcial da quota do eng. Providencia ao eng. Riacho do Imbuí . . . . Pág. 419
Incorporação da quota dos engenhos Guia, Caimbé e Cajueiro à U. Altamira — Do eng. de Roque Xiles Teixeira à U. Boa Vista — Dos engs. de F. Crema & Filho e Luiz Degaspari & Irmãos à U. Costa Pinto . . . . Pág. 419
Majoração da quota da U. Três Bocas Pág. 419
Transferencia da quota da U. S. José à U. Pedras — Do eng. Estevinha à U. Costa Pinto — Do eng. Retiro à U. Cruangí — Do eng. Flor da Serra à U. Ouricurí — Do eng. de

A. Mucci Daniel à U. Ana Florencia — Do saldo da quota da U. Regalia à U. Cucaú . . . . . Pág. 420
Retificação da quota do eng. Paraiso Pág. 420
Fixação da quota do eng. Pedra Lisa Pág. 420
Incorporação de quota dos engs. de João Davino e Artur Fragoso de Melo à U. Conceição do Peixe — Do eng. de Antonio F. dos Santos à U. Ouricurí — Dos engs. de Miguel de V. Neto e Crispim de O. Rocha à U. Uruba — Dos engs. Fco. Fontes da S. Lima e E. de Oliveira Brito à U. Cinco Rios — Do eng. de A. Gonçalves Vieira à U. Tanguá — Do eng. de A. P. de Rezende à U. Pedrão — Do eng. de Fco. A. Cintra à U. Costa Pinto — Do eng. de J. Moreira Filho ao eng. Bitinga . . . . . Pág. 421
O açucar (quotas de fornecedores na lei 178) — "Correio da Manhã" Pág. 437
Incorporação da quota da Usina Patí à U. Paraiso . . . . . Pág. 491
Incorporação de quotas: do engenho de P. Welsmuth Viuva à U. S. José — Do eng. Gigante à U. Roçadinho . . . . . Pág. 492
Pagamento de diferença de quota de equilibrio pela U. Santa Luiza . . Pág. 492
Revisão da quota da U. Ariadnópolis Pág. 455
Aumento da da U. Conceição de Sinimbú . . . . . Pág. 491
Incorporação de quotas: Do eng. de Miguel Marizi à U. Regalia — Dos engs. de P. Fernandes Pinheiro e O. Pinto de Melo à U. Costa Pinto — Do eng. de E. Monteiro de Barros à U. Volta Grande — Dos engs. de S. de Almeida Cordeiro, R. Lopes dos Santos e Jovelino L. Portugal à U. Tanguá — Do eng. de J. Pessini & Filhos à U. N. S. Aparecida — Do engenho de A. Schmidt à U. S. José — Do eng. de Maria S. Pardal & Filhos à U. Pontal — Do eng. de A. Schravon à U. Costa Pinto . . . . . Pág. 492
Incorporação da quota do engenho de J. Costa Machado à Usina Varjão Pág. 492

LUBRIFICANTES

Decreto 216, do governo fluminense, sobre atribuição do Estado na aplicação de taxas sobre combustiveis líquidos e lubrificantes . . . . . Pág. 112

— M —

MAQUINARIO

Substituição no engenho de J. Santiago & Cia. . . . . Pág. 419

MASCAVO

Proposta da Usina Barcelos para aquisição daquele açucar pela Distilaria de Martins Lage . . . . . Pág. 75
Bonificação sobre sua exportação para o exterior . . . . . Pág. 419

MEDICINA

Açucar mineralizado . . . . . Pág. 142
Valor alimenticio do açucar . . . . . Pág. 199

MEDIDORES

Decreto 6.658, do governo federal, prorrogando o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool . . . . . Pág. 112
Designação de um funcionario do I.A.A. para coordenar elementos sobre o assunto acima . . . . . Pág. 299
Decreto n. 7.071, do governo federal, prorrogando até 1-7-41, o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool . . . . . Pág. 382

MÉIS

Méis e xaropes — Fernando Guerrero Pág. 182
Sobre sua produção no engenho Cambuí . . . . . Pág. 420

MELAÇO

Explosões devidas à sua combustão. Pág. 4
Da U. Barcelos para utilização na Distilaria Central do Estado do Rio . . . . . Pág. 75
O fermento e a produção de melaços invertidos — William L. Owens . Pág. 88
Seu problema em Cuba — sob a forma de invertidos para a exportação — sua produção como de alto gráu em Cuba . . . . . Pág. 139
Sua fermentação para produção de glicerina . . . . . Pág. 281
Produção de invertidos em Ciba, durante 1940 . . . . . Pág. 234
Venda de melaços pela Cia. Agrícola Baixa Grande à Distilaria Central do Estado do Rio . . . . . Pág. 305
Como fonte de potassa . . . . . Pág. 343
Problema de sua produção em Cuba. Pág. 397
Importação e produção nos Estados Unidos . . . . . Pág. 398
Sua dessacarificação . . . . . Pág. 456
O uso da invertase na produção de melaços invertidos . . . . . Pág. 461
Melaços e adubos . . . . . Pág. 481

MERCADOS

De açucar bruto nos Estados Unidos em 1940 . . . . . Pág. 130
Alemanha, primeiro mercado açucareiro do mundo . . . . . Pág. 286
Defesa do do Distrito Federal contra a progressão de entradas do açucar bruto mineiro . . . . . Pág. 370

Situação do escandinavo ante a guerra . . . . . Pág. 393
O mercado do açucar em 1940 — E. Romolini . . . . . Pág. 412

METROLOGIA

Modo de escrever os números e os símbolos . . . . . Pág. 501

MOAGEM

Retardamento da das Usinas Santa Cruz e São José . . . . . Pág. 76
Das canas da Usina Pilar na Usina Espírito Santo . . . . . Pág. 76
Das canas do Engenho Roncador na Usina Santo Antonio . . . . . Pág. 76
De canas da U. Varjão na U. N. S. Aparecida . . . . . Pág. 166
Das canas de engenho Pindobal na U. Alegria . . . . . Pág. 345
Idem das do engenho Arimunã — (Pernambuco) . . . . . Pág. 345
Telegrama dos usineiros pernambucanos pleiteando moagem máxima de 120 dias . . . . . Pág. 366
Das canas do eng. Serro Dagua na U. Camaragipe . . . . . Pág. 418
De canas do eng. Bom Conselho na U. Conceição do Peixe . . . . . Pág. 419

— N —

NUTROLOGIA

Açucar mineralizado . . . . . Pág. 142
Valor alimenticio do açucar . . . . . Pág. 199
A cana de açucar na alimentação dos animais domésticos . . . . . Pág. 180
A cana de açucar na alimentação das vacas leiteiras . . . . . Pág. 358
A cana de açucar como forragem — d. Bento Pickel . . . . . Pág. 430

— O —

ORÇAMENTO

Do I.A.A. — posição em novembro de 1940 . . . . . Pág. 69
Do I.A.A., de 1941 na reunião conjunta da C.E. e do C.C. . . . . Pág. 167
Do I.A.A. — posição em 31-1-1941. Pág. 242
Do I.A.A. — posição em 28-2-1941. Pág. 334
Do I.A.A. — posição em 31-3-1941. Pág. 404
Do I.A.A. — posição em 30-4-1941. Pág. 490

— P —

PREÇOS

Do açucar cubano na Bolsa de Londres, de 1937 a 1939 . . . . . Pág. 20
Da tonelada de cana em Pernambuco Pág. 58
Equiparação de preços — Apolonio Sales . . . . . Pág. 66
De açucar no país em dezembro de 1940 . . . . . Pág. 84
De açucar no país durante dezembro de 1940 . . . . . Pág. 87
Equiparação de preços — II — Apolonio Sales . . . . . Pág. 146
De açucar, no país, em janeiro de 1941 Pág. 175
De açucar, no país, durante janeiro de 1941 . . . . . Pág. 179
Equiparação de preços — Apolonio Sales . . . . . Pág. 243
De açucar, no país, em fevereiro 1941 Pág. 290
De açucar, no país, durante fevereiro de 1941 . . . . . Pág. 294
De açucar no país — março de 1941. Pág. 354
De açucar, nas praças nacionais, durante março de 1941 . . . . . Pág. 357
Do açucar em Nova York — em março de 1941 . . . . . Pág. 376
O mercado do açucar em 1940 — E. Romolini . . . . . Pág. 412
De açucar, no país, abril de 1940 . . . Pág. 426
De açucar, nas praças nacionais durante abril 1940 . . . . . Pág. 429
De açucar, no país — maio de 1941. Pág. 496
Nas praças nacionais — durante maio de 1941 . . . . . Pág. 499

PROCESSOS

Sobre seu andamento quando em débito com os cofres do I.A.A. . . . Pág. 123
Circular 2/41 sobre devolução aos interessados . . . . . Pág. 216
Arquivamento de todos os referentes à instalação de novos engenhos e fábricas de aguardente . . . . . Pág. 342

PRODUÇÃO

De açucar e alcool no país em 1940. Pág. 4
De açucar em Java — 1930-37 . . . . . Pág. 13
De açucar nos EE. UU. — 1925-26 — 30-31 — 33-34 . . . . . Pág. 16
Controle da irrigação para diminuir os custos da . . . . . Pág. 22
Francesa de açucar em 1939-40 . . . . . Pág. 54
Portoriquense de açucar em 1939-40. Pág. 57
Brasileira de açucar em dezembro de 1940 . . . . . Pág. 84
Total, no país, de açucar e alcool — posição em 31-12-940 . . . . . Pág 85
Européia de beterraba em 1939-40 . . Pág. 93
De açucar, na Espanha em 1939/40 . Pág. 134
Idem na Iugoslavia em 1940 . . . . . Pág. 135
Da Turquia de 1927 a 1939 . . . . . Pág. 136
Do Japão, em 1940/41 . . . . . Pág. 138
Norte-americana de açucar em 1940 Pág. 140
Safras açucareiras mundiais — 1938 a 1941 . . . . . Pág. 144
De açucar, no país, — janeiro de 1941 Pág. 176
De açucar e alcool no país — posição em 31-1-941 . . . . . Pág. 177
Sobre o aumento da de alcool anidro e diminuição da de aguardente e alcool potavel, em Campos, durante 1940 . . . . . Pág. 203

De açucar, na Europa, em 1941 — (estimativa) . . . . . Pág. 220
De açucar, na Alemanha — 1940 ... Pág. 232
De açucar na Espanha em 1940 ..... Pág. 232
Idem idem na Argentina ..... Pág. 234
De açucar, em Cuba, em 1939-40 ... Pág. 234
Idem, Idem nos Estados Unidos .... Pág. 235
Aumento da de açucar, do México, na última década ..... Pág. 235
Custo de produção na Provincia de Tucuman . . .. Pág. 244
De açucar, em fevereiro de 1941, no país . . . . Pág. 291
Total da de açucar e alcool no país — posição em 28-2-41 ..... Pág. 292
Duplicação da de açucar, na Alemanha, a partir de 1933-34 ..... Pág. 296
De beterraba em 1940, nos Estados Unidos . . . . Pág. 324
De açucar, na Italia, em 1940 ..... Pág. 324
De beterraba na Hungria em 1940 .. Pág. 324
O problema da produção da cana no Instituto Agronômico de Campinas . . . . Pág. 337
De alcool, na Suiça, à base de madeira . . . . Pág. 340
De açucar, no país, em março de 1941 Pág. 353
Total de açucar e alcool no país — posição em 31-3-941 . . .. Pág. 354
Estimativa de Licht sobre a dos paises europeus para 1941 ..... Pág. 375
Estimativa de Willet and Gray sobre a mundial de 40/41 . . .. Pág. 377
Decreto-lei 3.190, do governo federal, prorrogando o prazo para entrega Pág. 382
de boletins de produção . ..... Pág. 382
Açucareira da Australia em 1939 .. Pág. 388
Safras açucareiras norte-americanas. Pág. 390
Dos paises escandinavos — 1938/39 . Pág. 393
De açucar na Irlanda em 1940/41 Pág. 396
Idem do Japão . . .. Pág. 397
De açucar em S. Domingos - 1939/40 Pág. 399
De açucar, no país, em abril de 1940 Pág. 426
Total de açucar no país — posição em 30-4-1941 . . . . Pág. 427
De açucar, no país — maio de 1941. Pág. 496
Total de açucar e alcool, no país — posição em 31/5/941 ..... Pág. 497
Sobre possibilidades da de alcool na Australia . . . . Pág. 500

PUBLICAÇÕES

Sobre o aparecimento do Anuario Açucareiro de 1940 . . .. Pág. 5
Aniversario de "Sugar News" ..... Pág. 5
Recebidas: A Conferencia Nacional de Economia e Administração — 1940; Relatorio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — 1940; Legislação Orgânica do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro; Sentir comum: sentido único — F.E. da Silva; Três aspectos de um problema — A.R. de Matos; Regulamento de embarques-safra 1940/41; O Sul-Mineiro; Foreign Commerce Weekly; An Economic Background for Agricultural Research in Puerto Rico; Relatorio do Presidente do Departamento Nacional do Café; Weltzucker-Statistik 1938-39, 1937-38 e 1936-37; Diversas ..... Pág. 96
Publicação, em livro, de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?" .. Pág. 104
Recebidas: Apuntes sobre la reorganización de la industria azucarera nacional — C. M. Peralta e J. Blumenkron — Diversas ..... Pág. 196
Recebidas: Edições da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul — Relatorio da Bolsa de Mercadorias de S Paulo 1941 — Anuario da Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul — Anuario Estatístico de Pernambuco, ano X — Estrangeiros em Santa Catarina — Lourival Câmara — Anales de Economia y Estadistica — Republica de Colombia — Produção Agrícola Sergipana em 1940 — O pavilhão do Brasil na "Golden Gate International Exposition" — Inseto do Brasil — dr. Costa Lima — Diversas . . . . Pág. 297
Recebidas: Boletim Estatístico do Espírito Santo — Revista Americana —Agronomia — Procedimento de propagación rapida de la cana de azucar — José Carreras G. — Uma publicação da Faculdade de Agronomia de Montevidéu — Informações do Estado da Baía — L'Organizione Scientifica del Lavoro - A emancipação econômica do Brasil pelo crédito agrícola e industrial — Jaime Ferreira Horta Fernandes — Guia Postal y Telegrafica — Guia de Correos y Telegrafos . . .. Pág. 360
Recebidas: Annuaire Estatistique de la Societé des Nations — 1939-40 — Vitamina C en el jugo de uva congelado — Luiz A. Aragone — — Lucha biologica contra las moscas de las frutas — Henneth J. Hayward — Indice de las riquezas y posibilidades naturales y economicas que ofrece la Republica Dominicana — Boletim Estatístico do Piauí — 1941 — O coco babaçú e o problema do combustivel — S. Froes de Abreu — Relatorio da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas — Relatorio do Banco de Minas Gerais — Gestão financeira da Baía — Dois anos de governo — Baía — O café como bebida e fonte de outros produtos — Cândido Fontoura - Publicações da Estação Experimental Agrícola de Tucuman — As disponibilidades da agua no solo — A. Franco — Ação da potassa como adubo da cana de açucar e determinação do "optimum" de sua aplicação —

Tetsuzo Saito — Der Vierjahresplan — Diversas . . . . . Pág. 433
Recebidas: Diversas, nacionais e estrangeiras . . . . . Pág. 502

PUBLICIDADE

Resumo do relatorio do chefe da Secção do I.A.A. — 1940 . . . . . Pág. 204
Sobre o aparecimento do Anuario Açucareiro de 1941 . . . . . Pág. 456

— Q —

QUÍMICA

O fermento e a produção de melaços invertidos — William L. Owen . . Pág. 88
Demonstração do aproveitamento do vinhoto por pulverização nos gases de combustão — Gabriel Filgueiras . . . . . Pág. 124
Méis e xaropes — Fernando Guerrero Pág. 182
A produção de glicerina pela fermentação de açúcares e melaços . . . . . Pág. 281
O I.A.A. como membro da Associação Química do Brasil . . . . . Pág. 345
Experiencias sobre a deterioração da cana queimada . . . . . Pág. 405
O uso da invertase na produção de melaços invertidos . . . . . Pág. 461
Dessacarificação de melaços . . . . . Pág. 456

— R —

RAPADURA

Resolução 23/40 dispondo sobre montagem de novas fábricas de rapadura e aguardente . . . . . Pág. 23
Atribuições às coletorias para cobrança da taxa sobre rapadura . . . . . Pág. 74
Sua produção no México — (piloncillo) . . . . . Pág. 399

REFINARIA

Estudos nos EE. UU. sobre produção de açucar bruto para as exigencias da refinação . . . . . Pág. 56
Sobre pagamento da taxa de 2$700 por duas refinarias paraibanas . . Pág. 76

RELATORIOS

Da Usina Catende — 1940 . . . . . Pág. 78
Dos químicos da "Distilaria Presidente Vargas" . . . . . Pág. 105
Resumo do do chefe da Secção de Publicidade do I.A.A. . . . . Pág. 204
Da administração da Distilaria Central do Estado do Rio — 1940 . . . Pág. 206
Da Estação Experimental de Tucuman — 1940 . . . . . Pág. 208
Do contador do I.A.A. referente a 1940 . . . . . Pág. 262

RENDIMENTO

Por hectare, índice extrativo em varios paises canavieiros — 1935 a 1939 . . . . . Pág. 34
Retificação do assunto acima . . . . . Pág. 372
De açucar e cana, por acre, na Australia — 1911/39 . . . . . Pág. 388
De cana queimada, nas Filipinas . . . Pág. 405

RETROVENDA

Ampliação do seu limite em Pernambuco para 1940 . . . . . Pág. 166
Retirada de 100 mil sacos por semana no Recife . . . . . Pág. 374
Aprovação da operação acima na C.E. Pág. 418

— S —

SACAROSE

Em defesa da sacarose — prof. H. L. Stubbs . . . . . Pág. 329

SAFRAS

Posição da do país até 15-12-1940 . . Pág. 4
Situação da pernambucana em 40/41, ante as perspectivas do mercado. Pág. 7
Açucareiras mundiais — 1937/38 — — 1938/39 e 1939/40 . . . . . Pág. 32
Perspectivas da de beterraba, na Europa, em 1940/41 . . . . . Pág. 233
De beterraba, em 1940, nos Estados Unidos . . . . . Pág. 235
Beterrabeira nos Estados Unidos, em 1940 . . . . . Pág. 324
Idem na Italia em 1940 . . . . . Pág. 324
Situação da brasileira de açucar até 31-3-941 . . . . . Pág. 370
Açucareiras mundiais — 1940/41 . . . Pág. 377
Dados estatísticos sobre a australiana de 1939 . . . . . Pág. 388
Açucareiras norte-americanas . . . . . Pág. 390
Estimativa da de Pernambuco em 1940/41 . . . . . Pág. 418
Defesa da de 41/42, no país . . . . . Pág. 450
Fixação da de Cuba em 1941 . . . . . Pág. 483
Leitura do plano de defesa da açucareira nacional, na C.E. — 1941/42 Pág. 492
Fim de safra — Apolonio Sales . . . . Pág. 493

SALDOS

Redistribuição aos produtores de Mato Grosso . . . . . Pág. 74
Redistribuição a varias usinas de Minas Gerais, Ceará, R. G. do Norte e Mato Grosso . . . . . Pág. 345
Redistribuição às usinas da Paraíba. Pág. 453
Idem às usinas de Pernambuco — proposta de A. Sampaio na C.E. Pág. 492

SOLOS

A conservação e melhoramento dos terrenos canavieiros nos Estados Unidos . . . . . Pág. 280

Relação entre a cor do solo e sua produtividade . . . . . Pág. 308

SORGO

Produção de alcool carburante à sua base na Italia . . . . . Pág. 254

SUB-PRODUTOS

Demonstração do aproveitamento do vinhoto por pulverização dos gases de combustão — Gabriel Filgueiras . . . . . Pág. 124
O emprego de resíduos de cana para a fabricação do papel, na Argentina . . . . . Pág. 133
Explosivos de açucar e farinha — Tenente Arlindo Viana . . . . . Pág. 237
A produção de glicerina pela fermentação de açúcares e melaços . . . . . Pág. 281
Verdadeiras possibilidades para o fabrico do papel com bagaço . . . . . Pág. 286
A cana de açucar como forragem — d. Bento Pickel . . . . . Pág. 430

SUBSTITUIÇÃO DE AÇUCAR

Da Fazenda Amalia pelo da Usina Amalia . . . . . Pág. 344

— T —

TÉCNICA

O umedecimento da cana de açucar — Alexander Gordon . . . . . Pág. 187
Centrífugas de alta velocidade — Walter E. Smith . . . . . Pág. 193

TRANSFERENCIA DE ENGENHO

"Mamão" e "N. S. da Conceição" para Manuel Nascimento Junior. Pág. 346
De Luiz Fiod para Antonio R. Malta Pág. 418
Do "Santa Brígida" para Nicola de Cillo & Irmão . . . . . Pág. 419
De Antonio A. de Lima para Sergino e Joaquim A. de Lima . . . . . Pág. 491

TRANSPORTE

De alcool anidro pelos vagões da C.I.P.A. . . . . Pág. 8
Transportes marítimos do norte para os portos do sul — João de S. L. Cavalcanti . . . . . Pág. 70
De alcool anidro entre o norte e o sul pela Companhia Brania de Petroleo S/A. . . . . Pág. 75
Ligação dos tanques do Brum às Docas do Recife . . . . . Pág. 418
Auxilio do I.A.A. à Semana do Transporte no Recife . . . . . Pág. 418
Vagões e navios-tanques para o I.A.A. Pág. 420

TRIBUTAÇÃO

Atribuição às Cooperativas de Banguezeiros para cobrança das taxas sobre banguê e às coletorias para a de rapadura . . . . . Pág. 74
Restituição de taxas a produtores de Sergipe . . . . . Pág. 74
Aplicação de sobre-taxas às Usinas N. S. da Aparecida e Santa Cruz Pág. 74
Pagamento da taxa em dobro pela Usina Poço Gordo . . . . . Pág. 76
Idem, idem como relação à Usina Rio Branco . . . . . Pág. 76
Sobre pagamento da taxa de 2S700 por duas refinarias paraíbanas . . Pág. 76
Pagamento de taxa e multa pela Usina Brum da Silveira . . . . . Pág. 76
Decreto 216, do governo fluminense, sobre atribuição do Estado na taxação de combustiveis líquidos e lubrificantes . . . . . Pág. 112
Pedido de industriais venezuelanos ao governo local para rebaixar direitos aduaneiros sobre açucar estrangeiro . . . . . Pág. 142
Cobrança de taxa em dobro à Usina Tamandupá . . . . . Pág. 279
Pagamento de taxas pela Usina Santa Helena — (Minas) . . . . . Pág. 280
Decreto-lei 241, do governo fluminense, criando uma taxa sobre canas fornecidas às usinas do Estado . . Pág. 316
Dispensa de pagamento de sobre-taxas às Usinas Pontal e Azanha . . Pág. 344
Pagamento de taxas em dobro pelas Usinas Soledade, Rio Grande, Marimbondo, Barra da Bocaina, Morro Redondo e Stella Maris . . . . . Pág. 345
Pagamento de taxas pela Usina Lage (S. Paulo) . . . . . Pág. 346
Pagamento de taxas e multas pela Usina Santa Helena . . . . . Pág. 418
Pagamento de taxa em dobro pela Usina Três Bocas . . . . . Pág. 419
Pagamento de taxas sem autuação pela Usina Monte Alegre . . . . . Pág. 419
Taxas sobre a Usina Santa Clara . . Pág. 420
Cobrança de taxas e multas, sem autuação, às usinas Santo Antonio, Campo Alegre, e de Natal Masson Pág. 492

TURBINA

Sobre a instalação de uma no engenho do sr. Cristiano Diniz Mascarenhas . . . . . Pág. 166

— U —

USINAS

Relatorio de 1940 da U. Catende . . . Pág. 78
Aumento da capacidade da distilaria da Usina Serra Grande . . . . . Pág. 418
Instalação de distilaria na Usina Miranda . . . . . Pág. 491

— V —

VARIEDADES

A introdução em Mauricio das produzidas pela Estação Experimental de Coimbatore — N. Graig ..... Pág. 90
Comportamento cultural - econômico das canas POJ e CO na zona da Mata de Pernambuco — Mario e Clovis Coelho . . .. Pág. 154
Canas estrangeiras na Argentina ... Pág. 208
A escolha de variedades da cana para plantio . . . . Pág. 255
Notas sobre a evolução das de Cuba — 1796 a 1940 — Fernando Agete . . . . Pág. 322
Curiosidades sobre a cana de açucar — A. J. Rodrigues Filho ..... Pág. 459

VENDAS DE AÇUCAR

Em Java — março de 1941 ..... Pág. 482

INDICE POR ESTADOS DO BRASIL E PAISES

— A —

AFRICA DO SUL

Emprego de misturas carburantes . Pág. 230
Problema da sua industria açucareira ante a guerra — limitação da produção — aproveitamento de sub-prudutos . . .. Pág. 326
Movimento açucareiro em Natal e Zululandia . . . . Pág. 482

ALAGOAS

Sua industria açucareira — Moacir Pereira . . . . Pág. 168
Decreto-lei 2.646, do governo local, sobre financiamento aos banguezeiros fornecedores . . .. Pág. 212
Aumento de limite dos seus banguês Pág. 346
Financiamento de 1.000 contos à Cooperativa dos Banguezeiros ..... Pág. 419
Decreto-lei 2.663, do governo local, autorizando a Cooperativa Agrícola dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana a cobrar a comissão de 400 rs. por saco de açucar ... Pág. 472

ALEMANHA

Situação da sua area beterrabeira em 1940 . . . . Pág. 134
Situação de sua industria açucareira em 1940 . . . . Pág. 232
Alemanha, primeiro mercado açucareiro do mundo ..... Pág. 286
A economia açucareira alemã na guerra mundial e atualmente — dr. Hugo Ahlfeld . . .. Pág. 295

ARGENTINA

Constituição de uma empresa para fabricação de papel à base de residuos de cana . . .. Pág. 133
Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 138
Cultivo de canas estrangeiras ..... Pág. 208
Possibilidades do carburante nacional . . . . Pág. 224
Movimento açucareiro em 1940 .... Pág. 234
Custo de produção da cana de açucar na Provincia de Tucuman — Domingos Bórea . . . . Pág. 244
Situação das relações entre usineiros e fornecedores . . . . Pág. 327

AUSTRALIA

O pioneiro de sua industria açucareira . . . . Pág. 15
Situação do alcool carburante ..... Pág. 227
Problema do alcool motor ante as necessidades de guerra ..... Pág. 230
A questão dos rendimentos agrícolas Pág. 236
Dados estatísticos sobre a safra açucareira de 1939 . . .. Pág. 388
Movimento açucareiro em 1940 .... Pág. 399
Movimento açucareiro em 1940 — Produção . . . . Pág. 484
Possibilidades de uma industria alcooleira . . . . Pág. 500

— B —

BELGICA

Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 219

— C —

CUBA

Cuba e os mercados açucareiros norte-americanos — Luiz G. Mendoza Pág. 95
Embarques de açucar sob a forma de melaços invertidos como solução econômica — Sobre a produção de melaços de alto gráu ..... Pág. 139
Condições da safra de cana e produção de açucar em 1940 — Produção de melaços invertidos — Quotas mínimas para as pequenas fábricas . . . . Pág. 234
Notas sobre a evolução das variedades de cana — De 1796 a 1940 — Fernando Agete . . .. Pág. 322
Colheita de 1941 e perspectivas da quota de exportação . . .. Pág. 324
Problema da produção de melaços invertidos . . . . Pág. 397

Fixação da sua safra açucareira em 1941 . . . . . Pág. 483

— D —

DINAMARCA

Situação do açucar em 1938/39 .... Pág. 393

— E —

ESPANHA

Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 134
Produção e consumo de açucar em 1940 . . . . . Pág. 232
Experiencias com o cultivo da beterraba . . . . . Pág. 327
Incremento do cultivo da beterraba. Pág. 396

ESTADO DO RIO

Decreto-lei 217 do governo local financiando a safra açucareira de 1940/41 . . . . . Pág. 113
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — I ..... Pág. 288
Decreto-lei 214, do governo local, criando uma taxa especial sobre canas fornecidas às usinas do Estado . . . . . Pág. 315
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — II ..... Pág. 335
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — III ..... Pág. 408
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — Alberto Lamego — IV ..... Pág. 468

ESTADOS UNIDOS

Desenvolvimento de sua industria açucareira . . . . . Pág. 44
O contingentamento do seu açucar . Pág. 59
Consumo industrial de açucar ..... Pág. 129
Mercado de açucar bruto em 1940 .. Pág. 130
Desenvolvimento da situação açucareira em 1940 ..... Pág. 140
Possibilidades do emprego do alcool motor . . . . . Pág 230
Rendimento e safra de beterraba em 1940 . . . . . Pág. 235
Perspectivas da safra beterrabeira e produção de açucar em 1940-41 .. Pág. 324
Suas safras açucareiras ..... Pág. 390
Importação e aproveitamento de melaços em 1940 . . . . . Pág. 398

— F —

FILIPINAS

Sobre o preenchimento da sua quota de exportação para 1940 ..... Pág. 55

FINLANDIA

Situação açucareira em 1939/40 .... Pág 393

FRANÇA

Produção de açucar em 1939/40 ... Pág. 54
Situação de sua industria açucareira em face do conflito europeu .... Pág. 219
Situação açucareira: preços e estoques de açucar em 1940 ..... Pág. 233
Escassez de carburantes ..... Pág. 340

— G —

GRECIA

Situação açucareira ante a guerra .. Pág. 218

— H —

HAWAÍ

Movimento açucareiro em 1940 ... Pág. 400

HOLANDA

Economia açucareira de guerra .... Pág. 218

HUNGRIA

Produção de beterraba em 1941 .... Pág. 324

— I —

INDIA

Excessos de produção em 1939-40.. Pág. 55
Aspectos agrícolas e industriais em 1939/40 . . . . . Pág. 137
Possibilidades do emprego industrial do alcool . . . . . Pág. 229
Problemas de sua industria açucareira . . . . . Pág. 232

INGLATERRA

A economia açucareira do Imperio Britânico . . . . . Pág. 42
Mauricio — Introdução de variedades de canas produzidas pela Estação Experimental de Coimbatore — N. Graig . . . . . Pág. 90
O primeiro plantador de cana de açucar no Imperio Britânico — Noel Deerr . . . . . Pág. 108

O problema do alcool motor ..... Pág. 229
Sua industria açucareira ante a guerra ..... Pág. 352

IRAN

Situação de sua economia geral .... Pág. 137
Situação do plantio de beterrabas ... Pág. 325
Histórico do cultivo da cana ..... Pág. 396

IRLANDA

Consumo anual de açucar ..... Pág. 54
Problema do alcool motor ..... Pág. 229
Produção, importação e consumo de açucar em 1940/41 ..... Pág. 396

ITALIA

O uso do alcool carburante ..... Pág. 228
Produção de açucar e alcool carburante em 1940 ..... Pág. 233
Produção de alcool carburante à base de sorgo sacarino ..... Pág. 254
Produção de beterraba em 1940 .... Pág. 324

IUGOSLAVIA

Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 135

— J —

JAPÃO

Consumo de açucar, em 1939/40 .... Pág. 56
Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 138
Consumo em 1938/39 e produção de açucar em 1939/40 ..... Pág. 397

JAVA

Posição de sua economia açucareira ante a guerra ..... Pág. 219
Contrato entre a fábrica e o lavrador de cana ..... Pág. 310
Possibilidades para a exportação de seu açucar em 1940 ..... Pág. 397
Vendas de seu açucar em março de 1941 ..... Pág. 482

— M —

MATO GROSSO

Técnico para estudar a situação de sua industria açucareira ..... Pág. 8

MEXICO

Sugestões para a intensificação do consumo de açucar ..... Pág. 191
Situação de sua industria açucareira em 1940 ..... Pág. 235
Movimento açucareiro em 1939/40 .. Pág. 399

MINAS GERAIS

Municipios que não podem instalar novos engenhos e fábricas de aguardente ..... Pág. 342

— N —

NORUEGA

Situação açucareira em 1939/40 .... Pág. 393

— P —

PARAGUAI

Decreto 4.326, sobre exportação de excessos da produção açucareira.. Pág. 114
Crédito de 10 milhões de pesos pelo governo aos industriais de açucar Pág. 142
Exportação de seu açucar para Montevidéu ..... Pág. 484

PARANA'

A propósito da instalação de uma distilaria em Morretes ..... Pág. 503

PERNAMBUCO

Comportamento cultural-econômico das canas POJ e CO na zona da Mata de Pernambuco — Mario e Clovis Coelho ..... Pág. 154
Ampliação do limite de retrovenda em 1940 ..... Pág. 166
Convenção coletiva de trabalho entre usineiros e trabalhadores do açucar ..... Pág. 216
Decreto-lei de 15-3-941, do governo local, tornando obrigatorio o consumo do alcool motor nos veículos do Estado ..... Pág. 315
Decreto-lei 616, do governo local, sobre financiamento aos banguês .. Pág. 471

PERU'

Exportação de açucar em 1940 ..... Pág. 57

PORTO RICO

Desenvolvimento de sua industria açucareira nos últimos 40 anos .. Pág. 45
Produção de açucar em 1939/40 .... Pág. 57

PORTUGAL

Fechamento de fábrica de açucar à falta de materia prima ..... Pág. 326

— R —

RUMANIA

Situação de sua industria açucareira ante os acontecimentos políticos. Pág. 135
Situação de suas fábricas de açucar ante a guerra de 1939 ..... Pág. 217

— S —

SÃO DOMINGOS

Situação açucareira em 1939/40 .... Pág. 399

S. PAULO

Inauguração dos novos depósitos da C.I.P.A. . . . . Pág. 347

SUECIA

Situação açucareira em 1940 ..... Pág. 393

SUIÇA

Produção de carburantes sucedaneos Pág. 254
Fabricação de alcool à base da sacarificação da madeira ..... Pág. 340

— T —

TCHECOSLOVAQUIA

Emprego de misturas carburantes .. Pág. 228

TURQUIA

Desenvolvimento de sua industria açucareira . . . . Pág. 136

— V —

VENEZUELA

Em torno da rebaixa de direitos aduaneiros sobre açucar de fora ..... Pág. 142

INDICE POR AUTORES

— A —

Agete (Fernando) — Notas sobre a evolução das variedades de cana em Cuba . . . . Pág. 322
Ahlfeld (dr. Hugo) — Tendencias do desenvolvimento e transformações da estrutura da industria açucareira mundial nos ultimoos 25 anos — (conclusão) . . . . Pág. 10
A economia açucareira alemã na guerra mundial e atualmente ..... Pág. 295
Alma (V. C.) — Cultura simultanea da cana de açucar e de leguminosas — (resumo) . . .. Pág. 464
Azzi (Renato) — Cultura da cana de açucar . . . . Pág. 485

— B —

Beauchamp (C. E.) — Relação entre a cor do solo e a sua produtividade — (resumo) . . . . Pág. 308
Blumenkron (Julio) — Intensificação do consumo do açucar — (resumo) Pág. 191
Boréa (Domingos) — Custo de produção da cana de açucar na provincia de Tucuman . . .. Pág. 244
Borsacow (V.) — Climas adequados ao cultivo da cana (resumo) ... Pág. 210
Brandes (E. W.) — A luz — fator que influencia o crescimento das — canas — (resumo) ..... Pág. 411

— C —

Cabrera (Guillemo) — A industria açucareira de Porto Rico nos últimos 40 anos — (resumo) ..... Pág. 45
Calma (Valeriano C.) — Experiencias sobre a deterioração da cana queimada . . . . Pág. 405
Carvalho (Mario B. de) — Observações sobre o combate químico e biológico, da lagarta da folha da cana de açucar . . . . Pág. 494
Cavalcanti (João de S. L.) — Transportes maritimos do norte para os portos do sul . . . . Pág. 70
Coelho (Mario e Clovis) — Comportamento cultural-econômico das canas "POJ" e "CO" na zona da Mata de Pernambuco . . .. Pág. 154
Colepoper (J. E.) — Os adubos nitrogenosos na Africa do Sul .... Pág. 380
Cross (William E.) — Canas estrangeiras na Argentina ..... Pág. 208
Notas sobre o alcool carburante .. Pág. 224

— D —

Deerr (Noel) — O primeiro plantador de cana de açucar no Imperio Britânico . . . . Pág. 108
Dodds (H. H.) — Os adubos nitrogenosos na Africa do Sul ..... Pág. 380
Drumond (A.A. de Menezes) — O primeiro engenho brasileiro ..... Pág. 36

— F —

Filgueiras (Gabriel) — Demonstração do aproveitamento do vinhoto por pulverização nos gases de combustão . . . . Pág. 124

— G —

Gordon (Alexander) — O umedecimento da cana de açucar ..... Pág. 187
Graig (N.) — A introdução em Mauricia de variedades de canas produzidas pela Estação Experimental de Coimbatore ..... Pág. 90

Gray (Willet and) — Safras açucareiras mundiais . . . . . Pág. 32
Safras açucareiras mundiais . . . . . Pág. 144
Safras açucareiras mundiais . . . . . Pág. 377
Grotkas (R. E.) — Alemanha, primeiro mercado açucareiro do mundo . . . Pág. 286
Guerrero (Fernando) Méis e xaropes Pág. 182

— K —

Knoche (W.) — Climas adequados ao cultivo da cana — (resumo) . . . . Pág. 210

— L —

Lamego (Alberto) — O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — I . . . . . Pág. 288
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — II . . . . . Pág. 335
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — III . . . . . Pág. 408
O suplicio dos lavradores de cana na terra goitacá no século XVII — IV . . . . . Pág. 468
Lauritzen (J. J.) A luz — fator que influencia o crescimento das canas — (resumo) . . . . . Pág. 411
Leite (Lucidio) — Relatorio e Balanço do Instituto do Açucar e do Alcool . . . . . Pág. 262
Levey (Harold A.) — A produção de glicerina pela fermentação de açúcares e melaços — (resumo) . . . . Pág. 281
Licht (F. O.) — Estatísticas sobre a cana de açucar . . . . . Pág. 34
Consumo "per capita" de açucar no mundo . . . . . Pág. 171

— M —

Magalhães (Agamenon) — Quadros da economia de Pernambuco . . . . Pág. 94
A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco . . . . . Pág. 107
A lição dos fatos . . . . . Pág. 238
Maiz (Julio Gonzalez) — O uso da invertase na produção de melaços invertidos — (resumo) . . . . . Pág. 461
Martin — A doença das listas amarelas — (resumo) . . . . . Pág. 465
Maxwell (Francis) — Contrato entre a fábrica e o lavrador de cana em Java . . . . . Pág. 310
Mc Cleery (W. L.) — Dessacarificação de melaços — (resumo) . . . . Pág. 449
Mendoza (Luiz G.) — Cuba e os mercados açucareiros norte-americanos . . . . . Pág. 95
Produção de melaços invertidos em Cuba . . . . . Pág. 139
A propósito da produção de melaços invertidos em Cuba . . . . . Pág. 397

— O —

O. M. — Algumas pragas dos canaviais . . . . . Pág. 173
Ortiz (Fernando) — Os primeiros embarques de açucar produzidos na América . . . . . Pág. 47
Owen (William L.) — O fermento e a produção de melaços invertidos Pág. 88
Owen (W. L. e W. M.) — A produção de glicerina pela fermentação de açúcares e melaços — (resumo) Pág. 281

— P —

Peralta (Carlos M.) — Intensificação do consumo de açucar — (resumo) Pág. 191
Pereira (Moacir) — A industria açucareira em Alagoas . . . . . Pág. 168
Pettinati (Francisco) — Um italiano senhor de engenho . . . . . Pág. 421
Pickel (d. Bento) — A cana de açucar como forragem . . . . . Pág. 430

— R —

Richer (Charles) Relatorio da Distilaria Central do Estado do Rio Pág. 206
Rodrigues Filho (A. J.) — Escolha de variedades de cana para plantio Pág. 255
Curiosidades sobre a cana de açucar . . . . . Pág. 459
Romolini (E.) — O mercado do açucar em 1940 . . . . . Pág. 412

— S —

Sales (Apolonio) — Equiparação de preços — I . . . . . Pág. 66
Equiparação de preços — II . . . . . Pág. 146
Equiparação de preços — conclusão . . . . . Pág. 243
Despesas de retenção . . . . . Pág. 321
Fim de safra . . . . . Pág. 495
Smith (Walter E.) — Centrífugas de alta velocidade . . . . . Pág. 193
Stubbs (H. L.) — Em defesa da sacarose . . . . . Pág. 329

— T —

Tiangsing (J. P.) — Cultura simultanea da cana de açucar e de leguminosas — (resumo) . . . . . Pág. 464

— V —

Viana (Arlindo) — Explosivos de açucar e farinha . . . . . Pág. 237

— W —

Willcox (O. W.) — Pode a industria dirigir-se- a si mesma? — capítulo XII . . . . . Pág. 59
Pode a industria dirigir-se a si mesma? — capítulo XIII — (conclusão) . . . . . Pág. 147

ANUARIO AÇUCAREIRO

DE 1935, 1936, 1937, 1938, 1939 E 1940

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochado - 10$000
Pelo Correio - 12$000

Encadernado - 25$000
Pelo Correio - 27$000

ANUNCIOS:

Página a cores. . . . . 1:000$000

Página simples. . . . . 600$000

A' venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açucar e do Alcool nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Minas Gerais e na sede :

Secção de Publicidade

RUA GENERAL CAMARA, 19-7.º and.—s. 12

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GENERAL CAMARA N. 19 7.º AND. - S. 12

TELEFONE: 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

OFICINAS — RUA MAYRINK VEIGA, 22 — TELEFONE 23-3990

DIRETOR — **Miguel Costa Filho**
Redator principal — **Joaquim de Melo**
Redatores — **Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo**

Assinatura (anual), para o Brasil	**25$000**
Assinatura (anual), para o exterior	**35$000**
Número avulso.....	**3$000**

Acham-se esgotados, para venda avulsa, os números de março, abril e maio de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se coleções desde o 3.º volume, encadernadas, por semestre, e o número especial com o índice alfabético e remissivo, do 1º ao XIII volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açucar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

ANUNCIOS:

1	**Página**.....	**400$000**
1/2	"	**200$000**
1/4	"	**100$000**

Os anuncios com colocação determinada pagarão mais 20%.
Os recibos só serão válidos quando assinados pelo diretor.
Agentes de publicidade: Pernambuco — **Otavio de Morais**; Porto Alegre — **Heitor Porto & Cia**.

Representante para as Repúblicas Argentina e do Uruguai
Gaston T. G. DE MOL — Caixa Postal 793 - BUENOS AIRES.

sta Revista foi composta e impressa na Gráfica Rio-Arte — S/A J. Lucena — Rua Mayrink Veiga, 22

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agencias em todas as capitais e cidades mais importantes do país e correspandentes nas demais cidades e em tados as paises do munda.

Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . . .2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de rs. 10:000$000) . 4% a. a. (" ")

LIMITADOS (limite de rs. 50:000$000) . 3% a. a. (" ")

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . .3,½% a. a.

— de 12 meses. . . . . .4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente,** por meio de cheque.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante **previo aviso :**

— de 30 dias. . . . . .3,½% a. a.

— de 60 dias. . . . . 4% a. a.

— de 90 dias. . . . . .4,½% a. a.

——————::——————

Letras a premio-(sujeitas a selo proporcional)

— de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

——————::——————

Nesta Capital, alem da Agencia Central, sita à rua 1.º de Março, n.º 66, estão em pleno funcionamenta as seguintes Metrapolitanas :

GLORIA - Largo do Machado (Edificio Rosa).

BANDEIRA - Rua da Matoso, n.º 12

MADUREIRA - Rua Carvalho de Sousa n.º 299.

MEYER - Av. Amaro Cavalcanti nº 27

Companhia Usinas Nacionais

AÇUCAR

"PEROLA"

SACO AZUL

Cinta encarnada

Pacotes de 1 a 5 quilos

FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATE'

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITEROI

CAXIAS - EST. DO RIO

SEDE:

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi composta e impressa na Gráfica Rio-Arte — S/A J. Lucena — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro